



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO-UNIRIO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – CCH**

MAURÍCIO CARDOSO XAVIER

**MODELO PARA ORGANIZAÇÃO DE REGISTROS EM OBSERVATÓRIO SOBRE
MORADORES DE RUA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional de Biblioteconomia, do Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO.

Área de concentração: Biblioteca Pública.

Linha de pesquisa: Biblioteconomia, Cultura e Sociedade.

Orientadora: Profª Dra. Geni Chaves Fernandes

Rio de Janeiro, RJ.
2019

X3m Xavier, Maurício Cardoso

Modelo para organização de registros em observatório
sobre moradores de rua / Maurício Cardoso Xavier. – Rio de
Janeiro, 2019.

113 f.

Orientadora: Geni Chaves Fernandes

Dissertação (mestrado) – Universidade do estado do Rio de
Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia,
Mestrado Profissional em Biblioteconomia, 2019.

1.Observatórios sociais. 2. Moradores de rua. 3. Informação em
observatórios sociais. I Fernandes, Geni Chaves, Orient. II. Título

CDD:522

MAURÍCIO CARDOSO XAVIER

**MODELO PARA ORGANIZAÇÃO DE REGISTROS EM OBSERVATÓRIO SOBRE
MORADORES DE RUA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para

BANCA EXAMINADORA

Dra. Geni Fernandes Chaves – Orientador (a) –UNIRIO

Dr. Marcos Cavalcanti de Miranda – Titular- UNIRIO

Clóvis Ricardo Montenegro de Lima – Titular - IBICT

RESUMO

Observatórios sociais, como instrumentos de vigilância, ação sobre problemas identificados pela sociedade e demandas por políticas públicas, também são unidades de informação. Uma vez que em sua maioria carecem de instrumentos para organização de seus conteúdos, esta pesquisa tratou de desenvolver para eles bases de instrumentos, tendo como foco a temática moradores de rua. O modelo básico de organização de registros pretende facilitar o fluxo de informações entre pesquisadores e sociedade civil e facilitar a reunião de informações para pesquisa, demanda de políticas públicas, identificação de ações necessárias etc. Os conceitos de biopolítica de Michel Foucault e o conceito de *homo sacer* de Giorgio Agamben foram as bases para entender as relações sociais e direitos que envolvem os moradores de rua. Observou-se a necessidade de estabelecer critérios de aceitabilidade de fontes de informação para Observatórios sociais, uma vez que muitos dos registros que acolhem não podem se caracterizar como documentos, sendo necessário identificar e fazer conversar critérios diferenciados na produção de enunciados verdadeiros. As bases teóricas da Arquitetura da Informação e da Taxonomia alicerçaram a produção de instrumentos básicos de descrição. Também se levou em conta nesta produção que a apresentação da informação em um sítio deve ser simples e intuitiva, privilegiando os modos de busca e percepção do senso comum. Para as classes de descritores indicados como mais relevantes, desenvolveu-se um instrumento de organização dos registros por gêneros textuais e por forma de registro (texto, imagem, som). Para a descrição de assunto, elaborou-se uma taxonomia baseada nos termos que aparecem em teses e dissertações, em sítios oficiais que tratam do assunto e em entrevistas com voluntários, tomados como grupo de especialistas que auxiliaram na eleição das classes principais. Espera-se que o modelo básico desenvolvido possa ser adotado por Observatórios sociais que tratam do tema. Também se considera ser necessário pensar critérios de validade e credibilidade de fontes e o desenvolvimento de instrumentos de informação adequados para estas novas unidades de informação chamadas Observatórios.

Palavra-chave: Observatório. Moradores de rua.

ABSTRACT

Social observatories, as surveillance instruments, society action on identified problems, and demands for public policies, are also information units. Since most of them lack instruments for the organization of their contents, this research tried to develop bases of instruments for them, focusing on the theme of street dwellers. The basic model of records organization should facilitate the information flow between researchers and civil society, and facilitate the gathering of information for research, demand for public policies, identification of necessary actions, etc. Michel Foucault's concepts of biopolitics and Giorgio Agamben's concept of homo sacer were the basis for understanding the social relations and rights that surround street dwellers. The need to establish acceptability criteria of information sources for Social Observatories was observed, since many of their registers cannot be characterized as documents, being necessary to identify and do dialogue different criteria in the production of true statements. Information Architecture and Taxonomy theoretical bases supported the production of basic description tools. It was also taken into account the presentation of the information in a site should be simple and intuitive, privileging the ways of search and perception of common sense. For the classes of descriptors indicated as most relevant, an instrument of organization of the records was developed by textual genres and by means of registration (text, image, sound). For the description of the subject, a taxonomy was elaborated based on the terms that appear in theses and dissertations, in official sites that deal with the subject and in interviews with volunteers, taken as a group of specialists that helped in the election of the main classes. It is hoped that the basic model developed can be adopted by social Observatories that deal with the theme. It is also considered necessary to think about criteria of validity and credibility of sources and the development of adequate information tools for these new information units called Observatories

Keyword: Observatory. Street dwellers.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fontes de informação pessoais.....	38
Figura 2 - Disciplinas que contribuem com a Arquitetura da Informação.....	42
Figura 3 - Dependências gerais do observatório da <i>web</i>	44
Figura 4 - Mapa de gêneros textuais (discursivos) por forma de registro.....	61

LISTA DE TABELAS, GRÁFICOS E QUADROS

Tabela 01 - População Urbana de Londres, Paris, Nova Iorque, Chicago e Detroit de 1800 a 1900	10
Tabela 02 - Urbanização da população brasileira de 1940 a 1970	11
Tabela 03 - Ocorrência de termos para designar moradores de rua em teses e dissertação 1996-2015	14
Gráfico 01 - Crescimento da população mundial a partir de 1800	11
Gráfico 02 - Distribuição de modelos de observatório no levantamento	31
Quadro 01 - Terminologia em teses e dissertações para designar moradores de rua, 1993 – 2010	13
Quadro 02 - Ocorrência de termos referentes à população de rua em teses e dissertações em universidades brasileiras no período de 1996 – 2015	14
Quadro 03 - Alguns observatórios sociais na <i>web</i>	32
Quadro 04 - Componentes da Arquitetura de Informação e instrumentos associados	45
Quadro 05 - Construção de taxonomias	48
Quadro 06 - Principais relações não hierárquicas no domínio moradores de rua	55
Quadro 07 - Classes escolhidas como descritores dos registros sobre moradores de rua	56
Quadro 08 - Gêneros textuais selecionados por forma de registro	57
Quadro 09 - Formas de registros e gêneros textuais em <i>websites</i>	59
Quadro 10 - Organização do vocabulário sobre moradores de rua por categorias	63

SUMÁRIO

1	NA RUA.....	8
2	AS CIDADES E OS QUE HABITAM A RUA.....	10
2.1	A nomeação dos que habitam as ruas.....	12
2.2	População em situação de rua.....	15
3	A BIOPOLÍTICA, ESTADO DE EXCEÇÃO O <i>HOMO SACER</i>	17
4	OBSERVATÓRIO COMO INSTRUMENTO DE INFORMAÇÃO.....	24
4.1	O que é um observatório.....	24
4.2	Tipos de observatórios.....	27
4.3	Observatórios sociais.....	29
4.4	Observatórios de destaque no Brasil.....	30
5	FONTES DE INFORMAÇÃO E CRITÉRIOS DE CONFIABILIDADE.	34
5.1	Os múltiplos parceiros e os critérios de confiabilidade.	34
5.2	Confiabilidade de fontes oficiais e nas organizações.....	38
5.3	Fontes de informação não formais: parceiros de observatórios.....	39
6	ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM OBSERVATÓRIOS.....	41
6.1	Arquitetura da informação.....	42
6.1.1	Arquitetura da informação para observatórios.....	43
6.1.2	Componentes de uma Arquitetura da Infomação	45
6.2	Taxonomia e sua construção.....	47
7	METODOLOGIA.....	50
8	MODELO BÁSICO PARA ORGANIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM OBSERVATÓRIOS SOBRE MORADORES DE RUA.....	56
8.1	Classe de descritores de registros.....	56
8.2	Organização dos registros por gêneros textuais e forma de registros.....	57
8.3	Organização de assuntos no domínio de moradores de ruas.....	62
9	10 CONCLUSÕES.....	66
	REFERÊNCIAS.....	69
	APÊNDICE A - Termos identificados em teses e dissertações.....	78
	APÊNDICE B - Termos identificados em instituições oficiais.....	99
	APÊNDICE C - Identificação de termos nas entrevistas	100
	APÊNDICE D -Termos em ordem alfabética	102
	APÊNDICE E - Organização dos termos por categorias principais.....	111

1 NA RUA

Este trabalho está inserido na Linha de Pesquisa 1, “Biblioteconomia, cultura e sociedade”, do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da UNIRIO, dentro da pesquisa *Mediação e produção de serviços biblioteconômicos nas relações entre pesquisadores e sociedade civil*, da docente Geni Chaves Fernandes. Tem por tema a proposta de um modelo para organização de informação em observatório sobre moradores de rua, considerando que existem dados oriundos de grupos, instituições, administração pública, trabalhos acadêmicos etc. que se encontram dispersos, mas podem ser reunidos e disponibilizados em vista da construção de conhecimento sobre o tema e apoio às demandas de políticas públicas. Considera-se também que um modelo de organização destas informações tanto auxilia na visibilização destas pessoas em suas demandas, necessidades e dramas, quanto deve ser útil na mediação de informações entre a sociedade civil e a pesquisa no campo das ciências sociais e da saúde.

Esta pesquisa aponta a atenção de construção de instrumentos que facilitem a salvaguarda e recuperação de conhecimentos específicos e locais da sociedade civil, já que muito deste conhecimento, sem ancoragem institucional, tem contado com poucos meios para sua preservação e reutilização. O modelo observatório aparece como um meio contemporâneo e adequado a esta finalidade, mas por vezes carece de instrumentos de organização de informação já amplamente utilizados para saberes e conhecimentos ancorados em instituições. Trata-se de pensar na organização e arranjo de registros que muitas vezes não se caracterizam como documentos e se apresentam em vários formatos, reunindo e relacionando informações dispersas e facilitando sua recuperação.

Muitas das pessoas que hoje habitam as ruas não optaram por viver em situação de risco, morando embaixo das marquises, viadutos, no meio da praça, ou em outros espaços em que se sintam protegidas. Pedintes, mendigos, sem teto, moradores de rua, não habitam o meio rural ou as matas, são integrantes do espaço urbano, embora possivelmente este destino não constasse em seus projetos de vida. Muitos não pensam em voltar para casa por diversos fatores - brigas familiares, alcoolismo, pobreza e outras barreiras. Ora negligenciadas pelo poder público, ora hostilizadas por moradores de edifícios, casas e também pelo comércio, sua presença nos espaços públicos é quase sempre tensa. É inegável que “[...] alguns espaços públicos se tornam referência para esta população, seja como lugar de abrigo, seja para a realização de atividades cotidianas” (ROBAIANA, 2015, p.50).

A situação de rua não conta, ou raramente conta, com segurança por parte da polícia ou condições de salubridade. Salubridade é uma preocupação que emergiu no século XIX que,

segundo Foucault (1984), era um núcleo central da medicina social francesa no controle político-científico do espaço urbano, para proporcionar boa saúde. A noção de salubridade estaria associada às condições ambientais. As pessoas que moram na rua, muitas vezes, ao invés de entendidas como vítimas de condições insalubres podem ser consideradas causadoras de insalubridade urbana. Não raros movimentos de sua retirada da rua, por parte de prefeituras, têm em vista tornar o ambiente saudável, não para eles, mas para os outros moradores e visitantes da cidade. Eventos na cidade como, por exemplo, as olimpíadas de 2016 na cidade do Rio de Janeiro, em geral é precedido desta prática, garantindo a estética e o ordenamento do ambiente urbano (ROBAIANA, 2015, p.53).

Moradores de rua podem ser vistos como sem direitos no “[...] eclipse dos direitos fundamentais no estado de exceção, [que] ocorre sem a sua suspensão formal, durante a normalidade constitucional [...]” (JOSÉ, 2000, p.292). Por outro lado, pode-se vê-los como um desafio ao Estado, já que sua permanência e aumento alargam os desvios da normalidade e seu extermínio é objeto de denúncias locais e internacionais de descumprimento dos direitos humanos. Pesquisas acadêmicas sobre moradores de rua são indicativas da necessidade de informações que permitam conhecer melhor, deem visibilidade, demandem e oriente políticas públicas, mas muitos fatores desfavorecem a produção e o ordenamento sistemático destas informações. Dados de pesquisas acadêmicas e de alguns órgãos públicos estão, em geral, dispersos e muitas informações da sociedade civil sobre moradores de rua existem, mas não de forma organizada. Assim, os esforços de pesquisa têm de lidar com rastros destas informações e ações em campo e possivelmente levam a repetições dos mesmos passos. Diante deste panorama é relevante pensar em meios que viabilizem concentrar e disponibilizar informações em observatórios dos moradores de rua na sua tarefa de dar visibilidade a estes invisíveis e lutar por sua inclusão no ordenamento jurídico.

Dentre a variedade de unidades de informação, o modelo de observatórios aparece como adequado para reunir e difundir informações variadas e oriundas de atores heterogêneos. Esta pesquisa teve por objetivo propor um modelo para organização de registros para observatório de população de rua, facilitando a recuperação de informações para pesquisa e a visibilidade das ações, transformações e dados de atores da sociedade civil na temática. Definiu um escopo terminológico que permitisse capturar informações sobre moradores de rua; categorizou a tipologia dos registros disponíveis sobre o tema; elaborou modelo conceitual para organização de assuntos e discutiu bases para se pensar critérios de aceitabilidade de registros em observatórios.

2 AS CIDADES E OS QUE HABITAM NA RUA

A urbanização da população que ocorreu no século XIX, associada às revoluções industriais que marcaram um novo modo de produção, foi alavancada pelo setor secundário que passou a ser o grande empregador. A industrialização precisaria de um novo desenho das cidades metrópoles para dar conta do tamanho de suas populações. Para Foucault, (1984, p.86) “[...] sentiu-se a necessidade, ao menos nas grandes cidades, de construir a cidade como unidade, de organizar o corpo urbano de modo coerente, homogêneo, dependendo de um poder único e regulamentado”. Nesta aglomeração até então inédita de pessoas, conforme se pode ver na tabela abaixo, o espaço passará a ser cada vez mais disputado.

Tabela 1 - População Urbana de Londres, Paris, Nova Iorque, Chicago e Detroit de 1800 a 1900

	1800	1840	1860	1880	1900
Londres**	846.845	1.873.676	2.803.989	3.834.354	6.480.000
Paris**	547.754	935.261	1.174.346	2.260.023	3.330.000
Nova York*	60.515	312.710	813.669	1.206.299	3.437.202
Chicago*	Não existia	4.470	112.172	503.185	1.698.575
Detroit*	Não existia	9.120	45.619	116.340	285.704

Fontes: * GIBSON, 1998; ** SENNETT, 1988. Elaborado pelo autor

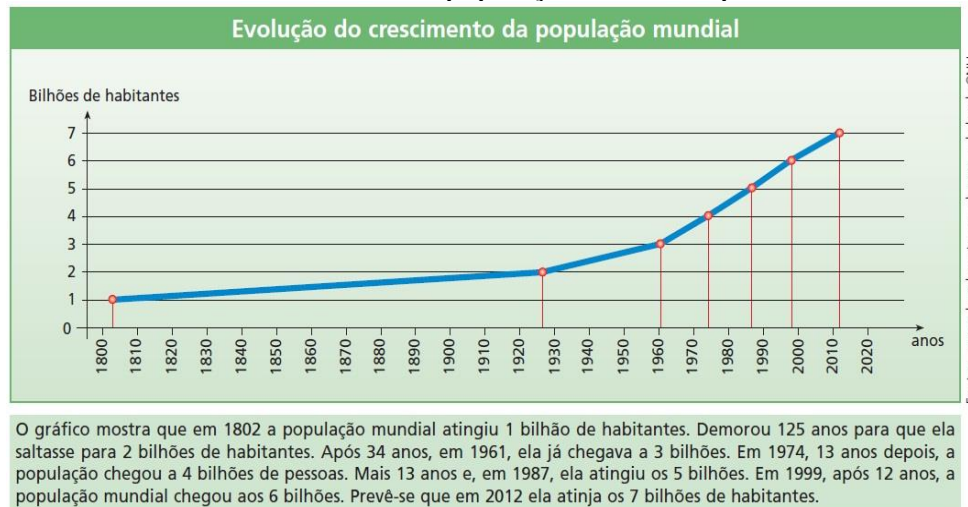
O capitalismo viria acompanhado de ciclos econômicos que até meados do século XX não contavam com instrumentos econômicos para sua atenuação (SENNETT, 1988, p. 176-178) e promoveriam a concentração da renda. Rapidamente as cidades não apresentavam uma fotografia saudável e atraente. Sem políticas públicas que atendessem aos mais necessitados emergiam os problemas de saúde que atingiriam os ricos. Na França do século XIX já se observavam problemas que demandariam ordem e vigilância sanitária para controlar surtos e epidemias.

A cólera de 1832, que começou em Paris [...] cristalizou em torno da população proletária ou plebeia [...] A coabitação em um mesmo tecido urbano de pobres e ricos foi considerada um perigo sanitário e político para a cidade, o que ocasionou a organização de bairros pobres e ricos, de habitações ricas e pobres. O poder político começou então a atingir o direito da propriedade e da habitação privadas. Foi este o momento da grande redistribuição [...] (FOUCAULT, 1984, p.94)

Ao longo do século XX, o incremento sem precedentes na população mundial foi acompanhado de concentração de renda tanto na população de vários países quanto entre regiões e países. “[...] o capital movimentava-se por meio das decisões de seus agentes econômicos e políticos, procurando territórios e articulando os pontos de redes e aprofundando

as desigualdades das escalas locais às supranacionais” (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2013, p.132).

Gráfico 1- Crescimento da população mundial a partir de 1800



Fonte: Fontanille, 2013, p.132

Agora as grandes cidades abrigam em seu tecido social camadas produzidas pela dinâmica capitalista, “[...] possibilitando [...] o acesso à cidade pela propriedade; revelando as desigualdades socioespaciais e, a outros [...] apropriação de seus espaços [...]” (CARLOS; SOUZA; SPOSITO, 2013, p.132).

A urbanização da população brasileira se deu a partir do final do primeiro quartel do século XX, chegando-se a 2010 a uma taxa de 84,36% de urbanização da população, conforme se pode ver na tabela seguinte.

Tabela 2- Urbanização da população brasileira de 1940 a 1970

Período	Total	Urbana	Grau de Urbanização	Incremento
1940	41.236.315	12.880.182	31,24	-
1950	51.944.397	18.782.891	36,16	590.271
1960	69.930.293	31.214.700	44,64	1.243.181
1970	93.139.037	52.084.984	55,92	2.087.028
1980	119.502.716	80.436.419	67,31	2.835.144
1991	146.825.475	110.990.990	75,59	2.777.688
2000	169.544.443	137.697.439	81,22	2.967.383
2010	190.755.799	160.925.792	84,36	2.322.835

Fonte: Brito e Pinho, 2012, p. 8.

A concentração de renda em 2010, segundo dados oficiais para o Brasil, apresenta elevado índice de desigualdade, onde “[...] os 5% mais ricos detêm 28% da renda total e da

riqueza, sendo que o 1% dos declarantes mais ricos acumulam 14% da renda e 15% da riqueza" (SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA, 2016, p.15).

O aumento sistemático da produtividade nas economias se deu pelas inovações tecnológicas e na virada do século XX ao XXI são consideradas como mais um contributo para o desemprego global, especialmente nas nações subdesenvolvidas, fenômeno considerado por alguns economistas transitório e, por outros, estrutural (cf. MILLER, 2002; PRONI, 2016). Associam-se na economia brasileira: crescimento significativo da população, baixo desenvolvimento econômico, concentração de renda, tendência ao aumento do desemprego e urbanização de quase a totalidade da população.

Já no século XXI, cidades como a exemplo Rio de Janeiro, São Paulo seguem a esteira do progresso com uma crescente camada de miseráveis que coabitam os espaços destas cidades em calçadas e marquises. As dificuldades de moradia ensejaram processos de construções e movimentação urbana - desde áreas perigosas como barracos em encostas, até moradias embaixo do viaduto. "No Brasil, a expansão urbana, diante desse processo acelerado de êxodo de populações rurais para as cidades, em um contexto de planejamento pouco eficaz, culminou em uma situação que passou de 'problema urbano' a 'caos urbano'" (JOHANSEM; CARMO; ALVES, 2016, p.424).

2.1 A nomeação dos que habitam a rua

Assim aparece como que em definitivo uma nova população habitante das ruas e cuja nomeação foi-se modificando ao longo do tempo, indicando a ideia de melhor representar sua situação, e que iremos chamar "moradores de rua". Estas pessoas vão configurando uma espécie de sociabilidade urbana com os demais os moradores das cidades e entre os próprios.

Denominados no cotidiano de mendigos, moradores de rua, população de rua, em situação de rualização, sem teto, pedintes, marginais etc., também aparecem na literatura acadêmica com certas indefinições e variações terminológicas.

Levantamento desta terminologia no âmbito acadêmico foi realizado por Silva (2012, p. 61), que indicava o uso de uma diversidade de termos como "[...] moradores de rua, população de rua, população em situação de rua, pessoas em situação de rua, população adulta de rua, loucos de rua, e homem de rua" (SILVA, 2012, p.61). É pertinente salientar que estas denominações, mesmo que ainda hoje convivam, foram sendo construídas ao longo do tempo, o que aponta sempre um repensar desta situação de habitação e de vida.

Silva (2012) aponta os termos utilizados, num recorte cronológico, em teses e dissertações, destacando que nas décadas dos 1970, 1980 e 1990 verifica-se muitas variantes.

Quadro 01 – Terminologia em teses e dissertações brasileiras para designar moradores de rua, 1993 – 2010

TERMINOLOGIA	DOCUMENTOS
População de rua	03, 05, 07, 14, 15, 20, 24, 25
Moradores de rua	08, 19, 21, 22, 23
População em situação de rua	16, 18, 26
Pessoas em situação de rua	27
Populações adultas de rua	13
Louco de rua	17
Homens de rua	01

Fonte: Silva, 2012, p. 61

O levantamento de Silva (2012) cobriu o período de 1993 a 2010. A fim de atualizar o aparecimento dos termos em teses e dissertações brasileiras, realizou-se levantamento junto ao Catálogo de Teses e Dissertações) mantido pela CAPES. O recorte temporal cobriu o período de 1996-2015. Observe-se que o campo de busca do termo não é especificado neste catálogo, inferindo-se sua ocorrência no título.

Para tanto utilizaram-se outros termos e modos de delimitação: mendigos; sem teto; morador de rua, população de rua, sem teto e, para o termo "população ou pessoas em situação de rua", fez-se uma expansão pela delimitação "em situação de rua", que inclui, pessoas, crianças, adolescentes, idosos, população etc.

Com isso, como se pode observar na tabela a seguir, o termo "em situação de rua" aparece com a maior ocorrência no início da série, e retoma já desde 2005 como o de maior frequência até 2015.

Tabela 03- Ocorrência de termos para designar moradores de rua em teses e dissertação 1996-2015*

Ano	"... em situação de rua"		População de rua		Morador (es) de rua		Mendigos		Sem teto		Total
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	
1996	4	50,0	1	12,5	1	12,5	1	12,5	1	12,5	8
1997	8	50,0	2	12,5	1	6,2	0	0,0	5	31,2	16
1998	8	47,0	3	17,6	5	29,4	0	0,0	1	5,8	17
1999	11	47,8	4	17,3	4	17,3	1	4,3	3	13,0	23
2000	8	38,0	6	28,5	4	19,0	0	0,0	3	14,2	21
2001	7	53,8	1	7,6	2	15,3	0	0,0	3	23,0	13
2002	8	27,5	5	17,2	10	34,4	1	3,4	5	17,2	29
2003	7	25,0	5	17,8	9	32,1	1	3,5	6	21,4	28
2004	11	25,5	7	16,2	12	27,9	4	9,3	9	20,9	43
2005	11	44,0	2	8,0	9	36,0	0	0,0	3	12,0	25
2006	18	52,9	3	8,8	9	26,4	1	2,9	3	8,8	34
2007	11	35,4	9	29,0	6	19,3	0	0,0	5	16,1	31
2008	18	43,9	4	9,7	9	21,9	0	0,0	10	24,3	41
2009	20	48,7	5	12,1	7	17,0	0	0,0	9	21,9	41
2010	16	43,2	6	12,2	3	8,1	0	0,0	12	32,4	37
2011	30	57,6	3	5,76	9	17,3	0	0,0	10	19,2	52
2012	35	55,5	8	12,6	10	15,8	0	0,0	10	15,8	63
2013	42	59,1	9	12,6	11	15,4	0	0,0	9	12,6	71
2014	55	64,7	10	11,7	12	14,1	0	0,0	8	9,4	85
2015	65	65,0	8	8,0	20	20,0	0	0,0	7	7,0	100
Total	393	-	101	-	153	-	9	-	122	-	778

Fonte: Elaboração a partir de consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

* Local de ocorrência do termo não especificado pela Base.

Observa-se que ao decréscimo de ocorrência de "morador de rua", a partir de 2005 corresponde a maior ocorrência dos demais, especialmente do termo "sem teto", mas que declina a partir de 2011. Portanto, a terminologia que aparece nos trabalhos acadêmicos ainda é variada, com a predominância de termos em períodos específicos que possivelmente resultam de questões sobre os sentidos que apontam. Por outro lado, observa-se que o termo "morador de rua" é o mais comum na mídia. Embora a rua seja uma "não moradia", ele expressa de certo modo esta condição de ter de se realizar tudo que se faz em uma moradia, não estando dentro dela. Sendo o termo de maior ocorrência o "em situação de rua", optou-se por apresentar na próxima seção algumas ponderações de autores que o consideram o termo mais adequado.

2.2 População em situação de rua

Os argumentos para adoção de cada novo termo indicam reanálises de sentidos e significados dos termos já utilizados. Para Silva (2012, p. 63) a expressão "morador de rua" seria inadequada por referir-se a um não-lugar, portanto, onde não se pode morar. Conceitos compostos pelo termo "população" têm sido criticados por sugerirem algo genérico que determina uma aglomeração geral de seres vivos, como população de Belém. Não indica uma circunstância ou conjuntura para tal ocorrência, já que a população de Belém sempre será a população de Belém. Para Nunes ([200-], p.2) o termo população também indica um coletivo que iguala uma formação de pessoas que, de algum modo, vivenciam na rua experiências iguais. Porém, os componentes desta população têm, em geral, experiências diferentes, de modo que inadequadamente “[a] palavra população traz um sentido coletivo para os sujeitos que nomeia” (NUNES, [200-] p.2). “[...] [C]onstituem um corpo, um grupo populacional heterogêneo, mas com características comuns: a miséria econômica, a fragilidade dos vínculos familiares e a falta de moradia regular [...]” (SERRANO, 2013, p.16). Para Pereira (2009), algo resultante do capitalismo e suas modificações urbanas nas cidades, gerando suas desigualdades com o progresso. Embora partilham o mesmo espaço, têm modos de vida distintos, e muitos podem estar nas ruas por determinado tempo. Nesse sentido (NUNES, [200-] p.2) considera que:

[...] segmento "em situação de", que determina o nome população, confere significações espaciais e temporais aos sujeitos, o que permite abranger tanto os sujeitos que moram na rua, que ali pernoitam ou permanecem por longo tempo, quanto os que "estão" na rua exercendo algum tipo de atividade no espaço público: venda de mercadorias, malabarismos, limpeza de para-brisas, etc. É aí que se estabelece uma divisão fundamental na PSR [pessoas em situação de rua]: aquela entre os trabalhadores e não-trabalhadores. (NUNES, [200-] p.2)

Mattos et al consideram que o termo “situação de rua” apontaria certas circunstâncias para este sujeito se encontrar na rua, enquanto os termos mendigo, morador, dentre outros, abriria “[...] espaço para formulação de preconceitos, que por muitas vezes são legitimados pelo governo, quando este promove as operações de higienização das ruas, onde se faz a remoção destas pessoas para albergues ou até para outras cidades.” (MATTOS et al [2009], p.3).

Dá-se nas calçadas uma nova sociabilidade com confronto, amizade, perigo, vícios e, acima de tudo, sobrevivência entre eles. Cada vez mais no contexto urbano dos grandes centros comerciais e turísticos se vê o surgimento dos movimentos das pessoas, primeiro para periferia

e depois para as calçadas e marquises das cidades, modificando-se assim o desenho das metrópoles brasileiras e estrangeiras.

[...] “população em situação de rua”, por exemplo, pode o leitor ter a impressão de que essa noção, a de população, existiu desde sempre. [...]. Falamos a respeito, lidamos e tratamos desse conceito, muitas vezes como se existisse naturalmente desde que a sociedade foi produzida. [...] Michel Foucault discute uma alteração de mecanismo de poder, que se deu, principalmente no século XIX, e que originou um novo conceito, ou a uma nova noção, na teoria do direito que foi o de população¹ (SERRANO, 2013, p.18).

A reflexão que envolve a terminologia para a população de rua aponta em geral a questão social de precarização do trabalho ao lado de uma mão de obra não qualificada.

“[...] somos remetidos a pensar a dicotomização do viver nas ruas/morar e trabalhar. Dicotomização esta que é fundada na divisão social e técnica do trabalho e nos exige, então, a necessidade teórico-metodológica de uma imbricação entre os momentos sociais da produção de necessidades e a reprodução da vida [...] (PEREIRA, 2009, p.181).

Apesar das justificativas e importantes reflexões sobre uso de uma terminologia mais precisa e adequada para abordar o fenômeno que tratamos, optamos pelo uso do termo "morador de rua". O termo "morador de rua" aponta pessoas que vivem, dormem, almoçam, jantam, nas calçadas e marquises, pessoas que habitam a rua de forma transitória ou não, posto isso faz destes espaços sua moradia. E já que morar indica um lugar, o termo "morador de rua" denuncia o não ter lugar em que vivem. O termo inclui a rua, lugar tipicamente urbano, de todos. Mas, principalmente, é termo mais divulgado na mídia do que "população em situação de rua", portanto mais fácil de ser buscado na *web* e que nos parece o mais adequado a um observatório social.

¹ Foucault aponta a mudança do termo povo ao termo população. O termo povo prevaleceu enquanto o Estado dirigia seu governo ao território. A adoção do termo população, associado a um conceito estatístico, prevalece quando este governo se dirige às pessoas enquanto seres *bios*. A partir daí o termo povo passaria a indicar aqueles que resistiam a este governo; pode-se dizer, uma ação política não esperada nem desejável (FOUCAULT, 2008^a). Neste sentido, podemos indicar como povo aqueles que participaram da ‘revolta das vacinas’ no Rio de Janeiro.

3 A BIOPOLÍTICA, ESTADO DE EXCEÇÃO O *HOMO SACER*

No trabalho de Foucault pode-se rastrear o exame de processo histórico, que vai do século XVII ao XIX, em que aborda a construção moderna do ordenamento político, indo da vigilância dos territórios ao controle da população, que denominou de biopolítica. Agamben, a partir da biopolítica de Foucault, indaga como foi possível, junto à formação do estatuto de cidadão em um Estado de Direito, o estabelecimento de uma biopolítica. Sua resposta o leva à proposição que desemboca no que chamou de tanatopolítica que estabelece os limiares a partir dos quais a vida se torna vida nua, sacrificável, sem que isto constitua um crime.

Entre os séculos XVII e XVIII os Estados nacionais iniciam o deslocamento de sua tônica de regulação e vigilância. Tratou-se "[...] do aparecimento de novos objetivos, logo de novos problemas e de novas técnicas." (FOUCAULT, 2008a, p.489). Até o século XVIII Estado, nação e território eram intrinsecamente relacionados, sendo a cidade a centralidade deste Estado; um território dentro do território, encerrado dentro de um espaço murado e denso. Terminava nesses muros sua jurisdição "[...] uma fronteira, dentro do espaço de seu próprio território" (FOUCAULT, 2008a, p.17). O soberano tornara-se arquiteto que disciplinava o espaço do território onde habitava o povo (FOUCAULT, 2008a, p. 39), mas com o crescente comércio e migração para as cidades, a partir do final século XVIII, a "[...] demografia urbana colocava o problema do seu adensamento e do seu encerramento no interior das muralhas" (FOUCAULT, 2008a, p.17).

Uma resposta para ajustar a população e sua circulação, foi desobstruir o espaço socioeconômico e administrativo da cidade, então "[...] em linhas gerais, era precisamente desse desencravamento espacial, jurídico, administrativo, econômico da cidade que se tratava no século XVIII" (FOUCAULT, 2008a, p.17). Eram necessários a circulação do ar e da água para eliminar os miasmas, articular as ruas das cidades com estradas e garantir a vigilância de dia e de noite, quando os muros foram suprimidos.

O século XVIII apontou alguns sintomas das aglomerações e relações sociais, incluindo doenças e a presença de "[...] populações flutuantes, mendigos, vagabundos, delinquentes, criminosos, ladrões, assassinos, etc., que podiam vir, como se sabe, do campo [...]" (FOUCAULT, 2008a, p.24). As diretrizes do Estado tratariam inicialmente de "[...] organizar a circulação, de eliminar o que era perigoso nela, de separar a boa circulação da má, [de] maximizar a boa circulação diminuindo a má" (FOUCAULT, 2008a, p.24). O controle exercido pela medicina especificava então seu foco nos agentes naturais como água e o ar que esta população usava e não na circulação de indivíduos (FOUCAULT, 1984, p.90).

Mas por volta do século XIX o entendimento de governo por parte do Estado sofreria um deslocamento de objeto, do território para as pessoas, agora já não mais o povo de um território, mas população, conjunto de membros que agem conforme a gestão do Estado em vista do bem da nação. População se contrapõe a povo, agora visto como o que se recusa a ser população, agindo fora do "normal" esperado. (FOUCAULT, 2008a, p. 57). Se o povo era vigiado para segurança das cidades, a população necessita de disciplina que normaliza com adestramento e controle os desvios anormais (FOUCAULT, 2008a, p. 75).

O Estado moderno governa mantendo a saúde da população para atividade econômica, tomando por parâmetro o estatisticamente esperado e exercendo políticas de controle que se desenrolam via práticas micro distribuídas para evitar surtos e epidemias como a varíola. Houve portanto um deslocamento da vigilância dos desviados e controle do ambiente em vista das boas condições de saúde para a normalização, onde a população, observados os indivíduos do ponto de vista biológico e não enquanto sujeitos políticos, apresenta regularidades, taxas esperadas de nascimento, morte etc., enfim, frequências que estabelecem uma curva normal e seus desvios (FOUCAULT, 2008a, p. 138).

É a partir desta percepção foucaultiana do governo dos homens como biopolítica que Agamben indaga como foi possível convergir a individualização moderna dos sujeitos de direito, com a instauração de seu modelo jurídico institucional, e a totalização objetiva do poder com a biopolítica (AGAMBEN, 2010, p. 13-14). Ou seja, como foi possível instituir um sujeito de direito moderno, conforme ordenamento jurídico institucional e, ao mesmo tempo, um Estado que administra a população (biopoder do Estado) do ponto de vista biológico.

Para tratar da aparente ambiguidade recupera a figura do *homo sacer*, da antiguidade romana, e do soberano. *Homo sacer* designava no mundo romano o separado, sem direitos jurídicos ou religiosos que podia ser morto por qualquer um, sem que isso implicasse em homicídio². O *homo sacer* é tomado por Agamben como uma espécie de metáfora para tratar daqueles que são excluídos do ordenamento jurídico pelo próprio ordenamento jurídico-político e não por natureza. Sua existência é designada como "vida nua", um limiar entre natureza e sociedade. Nos seus termos, os matáveis (AGAMBEN, 2010, p. 74-76), que assemelham-se aos expulsos do bando, os abandonados pelos clãs germânicos da Idade Média, destinados a viver uma vida solitária pelas florestas, tornando-se os não humanos que as lendas medievais diziam transmutados em lobos ou ursos (BATISTA, 2002).

² A recuperação desta complexa figura é tratada por Agamben (2010) na segunda parte do livro *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*.

O poder de exclusão do bando é tratado por Agamben como similar ao poder soberano. O poder soberano é aquele que antes ou fora de qualquer ordenamento jurídico, o institui. O poder soberano é o da ruptura com o estado natural pela instituição de tal ordenamento. Também é este poder que, com a instituição do ordenamento jurídico, decide quem está dentro e fora deste ordenamento (dentro ou fora do bando). Neste sentido, para Agamben, o Estado de Direito se constitui num estado de exceção, quer dizer, é fundado a partir de um poder soberano.

Se a ordem jurídica não tem fundamento jurídico (antes o funda), então, o Estado pode estabelecer um novo ordenamento jurídico onde qualquer um pode ser incluído como "fora dele". Assim como os banidos dos clãs germânicos da Idade Média tornavam-se vida nua (fora do ordenamento) pelas florestas, os incluídos fora do ordenamento jurídico do Estado tornam-se vida nua (destituídas de direitos políticos). O poder soberano é constituinte e o ordenamento que cria, inclui a exclusão de, por exemplo, prisioneiros dos campos de concentração, refugiados, "[...] bem como em certas periferias de nossas cidades" (AGAMBEN, 2010, p. 171).

Retomando as anotações de Foucault, Agamben aponta que o termo povo sempre esteve carregado do sentido de corpo político, "[...] indica também os pobres, os deserdados, os excluídos" (AGAMBEN, 2010, p. 172), enquanto a população, objeto da biopolítica, designa um corpo purificado, livre de doenças e insuficiências. Acrescenta:

E de modo diverso, mas análogo, o projeto democrático-capitalista de eliminar as classes pobres, hoje em dia, através do desenvolvimento, não somente produz em seu próprio interior o povo dos excluídos, mas transforma em vida nua todas as populações do Terceiro Mundo (AGAMBEN, 2010, p. 175).

Moradores de rua são quase sempre vistos como degenerações sociais. Encontram-se entre uma existência (seu corpo) a uma não existência (sua anulação como pessoa e cidadão), como indigente no meio urbano e “[...] destituído de direitos e transformado em vida nua torna-se sacrificável, matável e descartável, de acordo com os interesses do poder soberano em fazer viver, ou deixar morrer” (BAZZANELLA; DA SILVA, p.12, 2016).

José (2015), em sua tese sobre moradores de rua de Franca, parte de Agamben para considerar que se “[...] o campo de concentração é o paradigma biopolítico do moderno, não é exagerado dizer que as ruas, avenidas, viadutos e praças centrais de Franca funcionam como um autêntico campo” (JOSÉ, 2015, p. 299).

O morador de rua não tem documentos, não paga impostos, não vota, mas coexiste com cidadãos na paisagem urbana. Permanece dentro da cidade, mas abandonados “[...] *homo sacer*, muitos habitantes das cidades são rotulados como vidas sem valor, que podem ser expostas às mais diferentes formas de violência” (BAZZANELLA; SILVA, 2016, p. 26)

O direito de fazer viver ou deixar morrer parece ser o regulamento oculto da administrabilidade de um território e de sua população, e essa condição se manifesta se fizermos uma análise dos recursos financeiros que são destinados para uma parte do território (centro, bairros, localidades) em detrimento de outros. (BAZZANELLA; SILVA, 2016, p. 20).

A biopolítica (população-biológico) de Foucault e o *homo sacer* (vida nua) de Agamben acentuam a governança de indivíduos enquanto *zoe*, portanto, em condição não política. Mas Agamben avança para o entendimento de uma tanatopolítica na gestão da população que decide quem não merece viver, ao tratar do poder soberano na instituição do ordenamento jurídico. Tratando do século XX, parte do cenário do estado nazista governado por Hitler para apontar os programas de eutanásia para doentes mentais “[...] sob a aparência de um problema humanitário, no programa estivesse em questão o exercício, no horizonte da nova vocação biopolítica do estado nacional-socialista, do poder soberano de decidir sobre a vida nua” (AGAMBEN, 2010, p.137). Avança-se da exclusão para a eliminação, por negligência ou por eutanásia, como modo de regulação do bando pelo Estado da vida sem valor ou indigna de “[...] indivíduos que devem ser considerados ‘incuravelmente perdidos’ em seguida a uma doença ou ferimento [...]” (AGAMBEN, 2010, p.134). Tem-se aí “[...] imediatamente a fixação de um limiar além do qual a vida cessa de ter o valor jurídico e pode, portanto, ser morta sem que se cometa homicídio [...]” (AGAMBEN, 2010, p.135). É uma política sobre as populações que “[...] expõe à morte alguns de seus tutelados como estratégia governamental de fazer morrer uns para que outros vivam melhor” (SCISLESKI, 2016, p.88).

Agamben destaca a relação de um valor da vida frente a possibilidades que num dado momento essa valorização da vida para de existir.

É como se toda valorização e toda “politização” da vida (como está implícita, no fundo da soberania do indivíduo sobre sua própria existência) implicasse necessariamente uma nova decisão sobre o limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante [...] pode ser impunemente eliminada. (AGAMBEN, 2010, p.135)

Aqueles que podem ser mortos, por serem vida sem valor e pelo bem de outros, vão além da população de rua no Brasil, abrangendo a periferia, resultado da manutenção de relações sociais onde as diferenças continuam escamoteadas e “[...] neutralizadas sob o código domesticador do favor, da proteção e da lealdade [...]” (MATTA, 1985 apud TELLES, 2001, p.60).

Foi no governo Vargas que a população, até então submetida a todo poder irrestrito patronal, ganha o estatuto de ‘trabalhadora’, portadora de direitos, cidadãos. Entretanto, vai-se do arbítrio patronal à tutela estatal (TELLES, 2001, p. 22). Mesmo com os movimentos reivindicatórios do operariado no início do século XX, a “cessão” de direitos trabalhistas pelo Estado, associada a relações pessoais no lugar de relações sociais de classe, estaria no cerne da noção dominante de favor aos mais pobres e de filantropia aos miseráveis.

É interessante apontar que este sentido de inclusão no ordenamento jurídico da classe trabalhadora ainda hoje ecoa pelas frases que se ouvem quando da tomada de comunidades: “lá tem gente trabalhadora”. Não há reivindicação de direitos aos não trabalhadores, restando-lhes ser marginais, vagabundos, dignos de morte, ou miseráveis, dignos de pena.

No caso dos miseráveis, conforme Telles (2001, p. 3), “[...] a tradição cobra e continua cobrando seus tributos numa espécie de linha de sombra em que se confundem direitos e ajuda, cidadania e filantropia (TELLES, 2001, p.31). Um assistencialismo crônico e institucionalizado, algo cultural do povo brasileiro, essa piedade, esse favor ao miserável. A pobreza passa a figurar como coisa que “[...] pode provocar, mas não a indignação moral diante de uma regra de justiça que sido violada” (TELLES, 2001.p.32).

Como uma lógica administrativa, operaria o Estado de exceção, quando

[...] decide soberanamente cortar investimentos em saúde, educação, salário mínimo, moradia... Ao decretar [...] que é necessário o sacrifício de milhares de pessoas para um ajuste fiscal ou aumento de lucros, aplica-se uma suspensão efetiva de condições necessárias para uma vida digna dessas milhares de pessoas e sua inexorável condenação à condição de *homo sacer*. (RUIZ, 2011, p. 41).

Telles afirmava em 2001 que “se direitos, participação, representação já fazem parte do vocabulário político [...] a questão da pobreza permanece e persiste desvinculada de um debate público sobre critérios de igualdade e justiça.” (TELLES, 2001, p.31).

Os menos favorecidos de uma estrutura, seja familiar ou socio econômica, fazem parte de “[...] pobreza, aparecendo como condição que os descredencia como sujeitos, que os coloca aquém das prerrogativas que em princípio a lei e os direitos deveriam lhe garantir. (TELLES, 2001, p.66)

Os direitos precisam ser buscados nos espaços públicos civis, já que é “[...] na esfera das interações humanas que os direitos e leis instituídos tornam-se problemáticos e alvo de interrogação permanente [...]” (PHAROS apud TELLES, 2001, p.64). É nos espaços de relações onde são exercidos direitos e cidadania, mas onde também aparecem os não reconhecimentos

destes direitos, como uma sociabilidade incompleta, permeada de servidão e cordialidade (TELES, 2001, p.65). O favor nas relações dos ricos “[...] com os ‘humildes’ convive tão bem com a prepotência nas relações de mando, com a indiferença ante o ‘pobre anônimo’ das ruas e praças da cidade [...]” (BUARQUE apud TELLES, 2001, p.65). Já a “[...] prática dos direitos instaura uma forma de sociabilidade que constrói identidades na medida em que indivíduos se fazem ver, conhecer e reconhecer nas suas diferenças [...]” (PHARO, 1985, apud TELLES, 2001, p.64).

Portanto, a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores no governo Vargas, que aparece na frase “ali tem trabalhadores”, além de manter excluídos de direitos (do ordenamento jurídico) os que não trabalham (vagabundos e miseráveis), não permitiu a superação da sociabilidade incompleta entre ricos e patrões e trabalhadores. Filantropia e favores confundem-se ou substituem direitos.

Mas, por mais enraizados na cultura e relações sociais que sejam, avanços sobre o fazer aparecer as diferenças e daí por demandas por políticas são, como se apontou, objeto de reflexão e pesquisa acadêmica no Brasil e em movimentos e ações sociais que hoje garantem maior visibilidade na *web*.

No caso dos moradores de rua, além das pesquisas hoje disponíveis na rede, ferramentas de mídias sociais favorecem adesões, participações e circulação de informações por parte da sociedade civil. Isto não significa necessariamente uma mudança de concepção em relação aos moradores de rua, mas amplia possibilidades de se estar exposto a outros entendimentos, para além da filantropia, em um debate público. Também favorece à visibilidade de informações que podem ser utilizadas por base nas ações sociais e demandas por políticas públicas.

Neste sentido, os observatórios aparecem como um novo modelo que tanto favorece às participações e ações em rede quanto pode suprir a lacuna de salvaguarda, organização e utilização de informações provenientes da sociedade civil, assim como já o fazem as bibliotecas, museus, arquivos e centros de documentação para o Estado, instituições e empresas.

Certamente observatórios não se limitam a questões sociais ou informações da sociedade civil. Entretanto, é atualmente o meio que apresenta melhor potencial de unidade de informação oriunda da sociedade civil, a bem de incluírem informações de outras fontes. Mas maioria dos observatórios mantidos por movimentos sociais no Brasil carecem de instrumentos que permitam organização e recuperação da informação. Mantêm memória de registros de informações, ações e dados. Entretanto, esta memória, por falta de instrumentos, é de difícil recuperação. São mais mídias de comunicação do que unidades de informação.

Potencialmente, as informações oriundas de colaboradores heterogêneos, que podem ser mantidas e recuperadas em observatórios, são utilizáveis em pesquisa, na formação de opinião, demandas por políticas públicas e ações sociais mais precisas. Foi neste sentido que, a partir da temática de moradores de rua se construiu um modelo para organização de registros em observatórios de moradores de rua. A próxima seção faz uma abordagem sobre o instrumento observatório, evidenciando seu potencial.

4 OBSERVATÓRIO COMO INSTRUMENTO DE INFORMAÇÃO

Observatórios, enquanto instrumentos de monitoramento de informação, são relativamente novos. Operam a reunião, organização e disponibilização de informações sobre um tema ou área, dando-lhes visibilidade no âmbito da *web*. Reúnem e intercambiam informações de colaboradores interessados e envolvidos num tema ou área. Enquanto espaços de debate, construção e ação coletivas, “[...] monitoram em vista dar visibilidade de ações, de necessidades, de injustiças, oportunidades de parcerias, de negócios etc., via informações reunidas e disponibilidades” (MACHADO, 2015, p. 45). Nesta dupla função articulada, Silva (2016) entende um observatório como um dispositivo de informação.

Em seu aspecto de monitoramento de informações, os observatórios podem ser vistos como unidades de informação, assim como como bibliotecas, centros de documentação, arquivos etc., estando aptos a acolher uma diversidade de formatos de registros, tendo como marca diferencial a possibilidade de incluir os produzidos pelo que se pode chamar de senso comum e que usualmente não seriam incluídos nestas unidades. A produção de sujeitos de vontade política, frágil em meios de preservação, recuperação e transmissão de informação, quando comparada à produção documental incluída e instrumentalizada em unidades de informação tradicionais, passaria a contar com meios similares de reunião, ordenamento e reutilização de informações nos observatórios.

4.1 O que é um observatório

A ideia de observatório tem origem na prática dos astrônomos, mas atualmente também se refere, nos contextos político e socioeconômicos, a tomar conta. Os sinônimos de observar dão esta dimensão: olhar, contemplar, considerar, vigiar (TRZECIAK, 2009), “[...] ainda que sua origem esteja vinculada aos observatórios astronômicos, os observatórios atuais, [são] dirigidos a temas socioeconômicos [...]” (CORRÊA, 2016, p. 24). Indica “[...] local de vigilância, de acompanhamento. A partir especialmente dos anos 1990, a ideia [...] é caracterizada como redes sobre um cenário, incluindo-se o cenário social [...]” (ALBORNOZ; HERSCHMANN, 2006, p. 2).

Em Portugal e na França “[...] é utilizado com o sentido latino de *observare*, monitorar e centrar a atenção o [...] espaço de pesquisa de processos e aplicações e de geração de conhecimento e/ou informação” (CAPOBIANCO, 2013, p. 9). É um instrumento facilitador do intercâmbio de informações e de interação, que pode ensejar ações que modifiquem ou

melhorem o conhecimento, as inovações e as condições dadas (ANTUNES; MANGUEIRA, 2005).

“Os observatórios pressupõem uma finalidade e a existência de informações, ou a produção de novas informações, numa rede de relações entre seus interessados” (ALBORNOZ; HERSCHMANN, 2006, p. 2, grifo nosso). Em plataforma do universo digital, realizando operações como recolhimento e produção (OLIVEIRA; FREITAS; INHUMAS, 2016), um observatório, como uma biblioteca, não produz necessariamente informações, mas informações sobre as informações. Em geral é um receptor, disponibilizador e mediador, de maneira que informações produzidas e dispersas, em diversas formas como vídeo, áudio, textos, dados, páginas da *web*, etc., são por ele monitoradas e/ou enviadas, para que venham a agregar conteúdos. Assim, qualquer parte envolvida – pessoa, iniciativa privada, governo, ONGs etc., que trate do tema adotado pelo observatório, é um potencial colaborador.

Seu efetivo funcionamento vai além de sua arquitetura e mapeamento inicial e potenciais colaboradores. É necessário um voluntariado que o alimente, além de uma parceria entre quem irá gerir o instrumento e os respectivos possíveis colaboradores, de modo a que as informações não fiquem dispersas no mundo físico e virtual. Portanto, para além de um modelo inicial, fazem-se necessárias ações de divulgação e sensibilização daqueles que já estejam envolvidos na temática e nos objetivos traçados pelo observatório.

A literatura aponta para diversos tipos de observatórios. Silva (2016) define de modo geral que “são instituições voltadas à pesquisa, observação, coleta, análise e divulgação de informações associadas em sua origem às ciências da natureza [...]” (SILVA, 2016, p.37). São ferramentas de articulação que promovem o alerta sobre questões e temas sociais, como é o caso dos moradores de rua, tendo como metas a democracia e o favorecimento do exercício da cidadania. Dependem, portanto, de legitimação social, sendo alguns dos seus desafios a articulação com a sociedade, o fortalecimento de canais, a confiabilidade de seus dados etc. (BRAGA, 2015, p.8).

Minorias como os moradores de rua aparecem permanente como uma questão de saúde pública e vigilância sanitária. A falta de planejamento quanto ao seu acolhimento abre espaço aos observatórios como instrumentos de mediação na ação por políticas públicas. Pode ensejar ações como a *ação comunicacional midiaticizada*. “Fazendo parte de um sistema crítico [...] [são] potencialmente como crítica midiática [...]” (BRAGA, 2015, p.9).

Observatórios estão na internet servindo a interesses de públicos diversos, como crítica e ação política resultante de interações sociais midiáticas alargadas. Projetam-se para redes sociais, alcançando um número cada vez maior de seguidores a esse apelo social. “Os processos

de internet viabilizam uma efficientização e uma abrangência maior [...]” (BRAGA, 2015, p.10), de acumulação e trocas de informação. Deve-se ter em conta que os desdobramentos da circulação das informações mantidas por observatórios podem ensejar apropriações as mais diversas, novos posicionamentos e retornos de fluxos de informação. Deste modo, “A maioria dos processos interacionais “especializados” (em campos sociais) inclui componentes de *feedback*” (BRAGA, 2015, p.10) que devem permitir, ou mesmo poderá servir, como quesito de avaliação de uma ferramenta como o observatório de moradores de rua.

Conforme observa Braga (2015), os produtos do observatório, e aí se inclui a informação, são pontos de partida importante por sua materialidade, possibilitando circulação, inferências e apropriações. Mas é sua própria eficácia que implica em efeitos muitas vezes difusos e repercussões que exigem *feedback* e o repensar destes mesmos produtos, evitando sua cristalização e consequente paralização do fluxo iniciado.

Dentre os desafios apontados por Braga (2015) aos observatórios estão a geração, qualidade, divulgação e visibilidade dos dados e informações que colocam-se como pontos para os quais uma boa estratégia de organização de registros e informações é fundamental. A gestão destes fluxos informacionais deve acompanhar as demandas que as interações de seus participantes fazem emergir. Assim, as estruturas de organização da informação em um observatório devem ser hospitaleiras para inclusão de descritores. O sistema de interação incluído na arquitetura de um *site* de observatório pode permitir um conjunto de atividades dos usuários a partir das quais pode-se criar meios de identificação de temáticas de maior interesse. A busca por recursos da temática e seu destaque na página pode ser uma estratégia que responde a estas demandas.

Tendo de um lado o papel proposto aos observatórios e, de outro, sua necessidade vinculada de acolher, manter e difundir informações, é possível agregar a estas unidades técnicas e modelos do campo da Biblioteconomia para seleção e organização de registros de informação em seus múltiplos formatos e para múltiplos usos como dar visibilidade, reunir dados utilizáveis em pesquisas, agregar informações de suporte nas demandas por políticas públicas. A concepção de modelo com instrumentos de organização de informações e registros deve favorecer às ações que visam uma população ora à margem dos direitos e da sociedade. Um adequado arranjo das informações em um observatório deve suscitar interesses de pesquisa pela visibilidade dos dados e favorecer o estreitamento na interlocução entre pesquisadores, sociedade civil e instâncias do poder público.

4.2 Tipos de observatórios

Propostas para tipologia de observatórios têm sido realizadas tomando por base diferentes critérios, tais como finalidade, regiões, mantenedores etc. Observatórios podem ter finalidades, origens e desenvolvimentos variáveis.

Alguns deles surgiram para atenderem a uma determinada demanda existente; outros, como uma oportunidade de oferta de produtos e serviços de informação estratégicos para determinado setor; e outros, ainda, com base em observatórios já existentes. Todavia, diferenciam-se em termos de objetivos, serviços, produtos, missão, estrutura organizacional e funcional e fontes de apoio financeiro (CORRÊA, 2016, p.26).

Embora se veja o termo “observatórios sociais” para designar um tipo de observatório, considera-se que todo observatório, ao acolher uma demanda social (mesmo que de um setor da economia, por exemplo), tem este sentido de um coletivo.

Considera-se dois grandes tipos de observatório: o observatório fiscal que monitora a mídia e suas possíveis manipulações de informação e o observatório *think tank* que se ocupa e colabora, por intervenções coletivas em vista da construção de políticas públicas (ALBORNO; HERSCHAMANN, 2006, BRAGA, 2015, REBOUÇAS; CUNHA, 2010), embora um mesmo observatório possa agir nestes dois sentidos.

Rebouças e Cunha apontam que os observatórios que atuam para fins democráticos e com finalidade de política pública (*think tank*) apresentam várias práticas, a saber:

[...] **observação** (análises científicas com finalidade de produzir material especializado com pretensões de objetividade); • **fiscalização** (investigação com finalidade de produzir provas visando sanções); • **reflexão** (fóruns, grupos com finalidade de proposição a respeito das políticas de comunicações [...]) • **informação** [...] é o canal de comunicação do observatório com a sociedade [...] • **intervenção** (com finalidades de capacitação, educação, mobilização e ações na área das comunicações) (REBOUÇAS; CUNHA, 2010, p.91).

Os observatórios podem ser caracterizados por seus objetivos, visando processos inovativos na produção de bens, serviços, em cultura, produção de conhecimentos, transformações sociais, demanda de políticas públicas, dentre possivelmente outros. Também se caracterizam por suas temáticas “[...] atualmente existem observatórios relacionados às mais variadas temáticas, tais como: o racismo e a xenofobia, a imigração, as relações industriais, a tecnologia, o meio ambiente e a violência de gênero” (ALBORNOZ; HERSCHMANN, 2016, p.2).

Podem ser caracterizados por suas análises e disponibilização de informação. “Os observatórios podem ser mais passivos ou mais informativos, ou mais analíticos e disseminar informação mais detalhada, transformando-se num local de referência, desde que valorize a realidade do setor e permita que sejam feitas sugestões e recomendações” (TRZECIAK, 2009, p.37).

Outra proposta quanto à tipologia e atuação de observatórios é referir-se a uma região específica e a um determinado contexto junto à sociedade civil, como é o caso de controlar e monitorar algumas problemáticas que carecem de estrutura social. Assim, alguns observatórios se alinham numa perspectiva de direcionar as pessoas a terem seus direitos, recuperar sua cidadania, por exemplo, É o que propõem um observatório no Rio de Janeiro que utiliza como área de abrangência as favelas cariocas. O “Observatório de Favelas é uma organização da sociedade civil de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos.” (OBSERVATÓRIO DE FAVELAS, 2017).

Os observatórios também podem ser divididos por criadores e mantenedores, que podem ser instituições públicas ou privadas, Ongs, associações. As universidades e os órgãos públicos também criam seus observatórios, disponibilizando de maneira colaborativa uma ferramenta de auxílio à sociedade, com “[...] o objetivo de monitorar de forma sistemática o funcionamento de um setor ou temáticas específicas [...]” (ALBORNOZ; HERSCHMANN, 2016, p.2). As “[...] administrações públicas, nacionais, regionais e locais; desde instituições acadêmicas, sindicatos, empresas, fundações e entidades não lucrativas, vêm sendo aprimoradas e sustentadas com a criação de observatórios” (CORRÊA, 2016, p.26).

Os observatórios de instituições e centros de pesquisa, em geral “[...] caracterizam-se por uma concepção de trabalho dirigido a produtos, assuntos e serviços específicos [...]” (TRZECIAK, 2009, p.36). No campo de pesquisa e desenvolvimento da agropecuária, por exemplo, a Embrapa, busca manter informações atualizadas no Agropensa³, articulado a seus Observatórios de Estudos e Tendências. “A porta de entrada do Agropensa é o Observatório. Por meio desse componente, o Agropensa faz o monitoramento e a prospecção de tendências sobre o setor agropecuário no Brasil e no exterior” (EMBRAPA, 2017). É um dos poucos

³ “O Agropensa é o Sistema de Inteligência Estratégica da Embrapa dedicado a produzir e difundir conhecimentos e informações em apoio à formulação de estratégias de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) para a própria Empresa e instituições parceiras” Informação do sítio Agropensa. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/agropensa>>.

observatórios mantidos por instituição de pesquisa que mantém um canal de interlocução e troca de informações com a sociedade civil.

Braz (2015) destaca que os “[...] observatórios voltados para Planejamento e Governo se adequam ao modelo público institucional - aproximando-se das características de monitoramento de ações públicas e foco na tomada de decisões” (BRAZ, 2015, p.12). Instituições acadêmicas preponderam na manutenção de observatórios no âmbito da educação e políticas de educação. Já no trato de questões urbanas, junto às das iniciativas de instituições acadêmicas, também há iniciativas locais de ongs e de grupos da sociedade civil (BRAZ, 2015, p.12).

Assim, a caracterização de observatórios pode levar em conta diversos critérios como seus objetivos gerais (fiscalização ou *think tank*), objetivos específicos (produção de bens e serviços, de conhecimentos, transformações sociais, demanda por políticas etc.), práticas que em geral utilizam (fiscalização, reflexão, informação, intervenção), por seus criadores e mantenedores (ongs, instituições públicas, organizações privadas, associações etc.) e pelas temáticas de interesse, pela qualidade e dinâmica informativa que pode torna-lo local de referência para as análises temáticas.

4.3 Observatórios sociais

Os observatórios sociais atendem a uma determinada demanda de problemas em uma dada sociedade, de modo a que todos ou grupos específicos possam ser beneficiados por suas soluções via contatos, ações de controle e movimentos para construção de políticas coletivas e públicas. Podem ser entendidos como *think tank*, com objetivos específicos de transformação social, podem utilizar práticas diversas, dentre as quais necessariamente está a de intervenção, sendo em geral criados ou mantidos por associações da sociedade civil.

Hoje muitos dos observatórios que participam ativamente nas defesas de direitos são chamados observatórios sociais, muito embora nem todos tenham este termo em sua denominação. Seu campo de atuação se multiplicou, especificamente na Internet, abordando “[...] desde questões mais locais e seus problemas sociais, até os empenhados em questões de maior impacto social como a educação e mobilização social” (PEREZ; NASSIF, 2016, p.1). Podem atuar sobre um determinado aspecto, problema na sociedade civil como, por exemplo, desemprego ou habitação.

Podem ser considerados como ferramentas colaborativas na produção de conhecimentos e ações (PEREZ; NASSIF, 2016, p.2). São importantes auxílios “[...] colegiados

e integrados de forma plural, que têm a **função de facilitar o acesso público à informação de qualidade** e propiciar a tomada de decisões por parte das autoridades responsáveis” (MAIORANO, 2003 apud ALBORNO; HERSCHAMANN, 2006, p.2, grifo nosso).

O Observatório Social do Brasil (OSB)⁴ é uma Ong que, conforme consta em seu *site*, “[...] assegura a disseminação da metodologia padronizada para atuação dos observadores, promovendo a capacitação e oferecendo o suporte técnico aos OS [...]” (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL, 2017). Oferece uma arquitetura básica para os *sites*, com acesso por rótulos e sistema simples de busca por palavras nos textos, conforme seu manual “Comunicação: padronização e ferramentas” (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL, 2015). Mas, dos 134 observatórios da “rede” 42 não mantêm *sites*. Alguns nem ao menos têm telefone de contato. Observou-se que trabalhos acadêmicos, tratando de observatórios sociais, restringem suas análises aos componentes desta “rede” e mesmo afirmam que os OS no Brasil surgiram em 2006, e ignorando observatórios anteriores e fora desta “rede” que tem preferência no ordenamento de buscas do Google. A influência do OSB parece favorecer uma distorção no entendimento de observatórios.

Um observatório social pode vir a se encaixar num subtipo de observatório, conforme suas temáticas, objetivos, criadores-mantenedores, função analítica e função informativa. No sentido de resultados, o observatório social é uma ferramenta em vista de encontrar modos para ação e transformação. Posto isso, sua ação recai na contribuição de um conhecimento para algo, servindo como instrumento da sociedade civil para o desenvolvimento.

4.4 Observatórios de destaque no Brasil

O termo “observatório” não indica objeto com necessária presença na *web* (há observatórios sociais sem *site*, como já indicamos), nem uma estrutura especial ou plataforma que o identifique (são construídos em plataformas diversas). A busca na *web* fica por conta da ferramenta do Google e pelo termo observatório. Ocasionalmente pode-se encontrar na *web* observatórios que não têm tal designação (BEUTTENMULLER, 2007), como é o caso do Rede Nossa São Paulo, assim como recuperar sítios com o termo que não são observatórios, como é o caso do Observatório do Cinema (<https://observatoriodocinema.bol.uol.com.br/>), um sítio de

⁴ “O OSB é uma instituição não governamental, sem fins lucrativos, disseminadora de uma metodologia padronizada para a criação e atuação de uma rede de organizações democráticas e apartidárias do terceiro setor. A Rede OSB é formada por voluntários engajados na causa da justiça social e contribui para a melhoria da gestão pública”. Retirado do site do OSB. Disponível em: <<http://osbrasil.org.br/observatorios-pelo-brasil/>>.

propagandas. Não há critérios que permitam seu mapeamento, mesmo aproximativo, na *web*. Os estudos de observatórios precisam ser entendidos como de casos.

Para fins de uma primeira aproximação e exame dos tipos conforme levantado na literatura, foram identificados 17 observatórios de destaque no país pela *web*⁵. Realizou-se levantamento nos conteúdos que apresentam em seus sítios em vista identificar seus mantenedores (responsável), temáticas tratadas e natureza ou tipo.

Elaborou-se gráfico e tabela para uma melhor visualização da “área de atuação e natureza” dos observatórios e suas porcentagens neste universo.

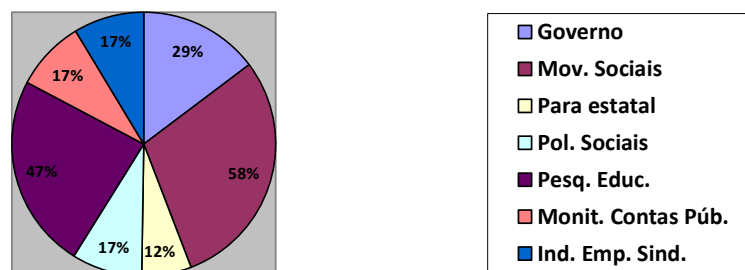
Área de atuação - Educação e pesquisa, Políticas Sociais, Monitoramento de contas públicas, Empreendedorismo, Indústria, Sindicato.

Natureza - Governo, Movimentos Sociais e associação, Paraestatal.

Foram elencadas quatro categorias que identificassem ações desses observatórios, como alguma organização da informação em abas - “instituição responsável”, “quem somos” “área atuação” e “natureza”. Desta maneira a tabela foi proposta para esboçar de forma sintetizada os muitos observatórios que se encontram em operações, visto que não se tem por pretensão de servir para estudo profundo, porém, é ilustrativa e considerou-se que:

Explorar a diversidade de observatórios nos permite identificar características heterogêneas relativas a: estratégias epistemológicas (como observa?), objeto de observação (o quê observa?), estrutura e metodologia de trabalho, objetivos, funções, transferência à sociedade, institucionalidade, dentre outras. Dessa forma, são muitas as categorias a partir das quais se podem conhecer diferentes observatórios [...] (BRAZ, 2015, p.12).

Gráfico 2 - Distribuição de modelos de observatório no levantamento



Fonte: o autor

⁵ O OSB elenca e dá link para 126 observatórios sociais que fazem parte de sua rede, distribuídos por 16 estados brasileiros e que têm por temática central a cidadania.

Quadro 3 - Alguns observatórios sociais na *web*

Instituição Responsável	Quem somos (temáticas)	Área atuação	Natureza/ Tipo
Universidade de Caxias do Sul	Constituir um espaço transdisciplinar de interação com base na investigação social que promova a formação de recursos humanos e a produção e sistematização de conhecimento na área da educação com foco nos processos educativos escolares e não escolares, nas infâncias e nas juventudes que compõem as historicidades do cotidiano.	Pesquisa / Educação	Governo
Observatório das Metrópoles	Constituímos hoje um grupo que funciona como um instituto virtual, reunindo hoje 159 pesquisadores (dos quais 97 principais) e 59 instituições dos campos universitário (programas de pós-graduação), governamental (fundações estaduais e prefeitura) e não-governamental, sob a coordenação geral do IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.	Pesquisa / Educação	Governo
Observatório USP CONTECSI	O Observatório USP CONTECSI é um centro de estudos sobre geração de conhecimento científico com abrangência nacional e internacional. É também um centro de divulgação das publicações dos eventos a fim de promover o conhecimento e propor reflexões sobre questões teóricas e práticas relacionadas à pesquisa em CI, TI e SI. Tais pesquisas serão estudadas e apresentadas em workshops.	Pesquisa / Educação	Governo
Observatório do PNE	Lançado em 2013, o Observatório do PNE é uma plataforma de advocacy pelo Plano Nacional de Educação (PNE) que tem como objetivo contribuir para que ele se mantenha vivo e cumpra seu papel como agenda norteadora das políticas educacionais no país. Com a coordenação do movimento Todos Pela Educação , a iniciativa é constituída por vinte e quatro organizações ligadas à Educação e especializadas nas diferentes etapas e modalidades de ensino que, juntas, vão realizar o acompanhamento permanente das metas e estratégias do PNE.	Pesquisa / Educação	Movimento Social Associação
Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV)	O Observatório Nacional de Segurança Viária (ONSV) é uma instituição social sem fins lucrativos , dedicada a desenvolver ações que contribuam de maneira efetiva para a diminuição dos elevados índices de acidentes no trânsito do nosso país.	Pesquisa / Educação	Movimento Social Associação
Observatório Nacional MCTI	Possibilitar o acesso à informação científica correta, aproximar a sociedade de uma instituição de pesquisa e capacitar professores da rede de ensino, vetor fundamental para multiplicar o conhecimento adquirido.	Pesquisa / Educação	Governo
Embrapa	Monitoramento e prospecção de tendências sobre o setor agropecuário no Brasil e no exterior.	Pesquisa / Educação	Governo
OLÉ- Observatório da Laicidade na Educação	É formado por uma rede de professores (as) e estudantes, militantes pró laicidade do Estado, que elaboram, reúnem e difundem pela internet posições relacionadas especialmente à educação pública laica . O OLÉ é gerido e financiado por essa rede, conforme suas próprias normas.	Pesquisa / Educação	Mov. Social Associação
Sistema Fiep	Prestação de serviços de pesquisa, prospecção , planejamento e articulação com vistas ao desenvolvimento da indústria e de sua competitividade.	Indústria	Paraestatal
SEBRAE	Realizado em parceria com o Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) desde 2011, o Observatório produz estudos e análises para orientar a estratégia do Sebrae nas suas ações no Rio de Janeiro e auxiliar decisões dos empresários e empreendedores . Pesquisas setoriais e regionais, diagnósticos e análises detalhadas de dados oficiais se constituem em importante acervo de informações e contribuem para o alcance de resultados e desenvolvimento do estado e dos pequenos negócios.	Empreendedorismo	Paraestatal
Observatório do Povo da Rua	Criado em 10 de abril de 2015, com o objetivo de disponibilizar o máximo de informação possível sobre tudo o que envolve a população em situação de rua . A proposta é atualizar diariamente a página, por meio da publicação de notícias, reflexões, fotos e análises sobre	Políticas sociais	Facebook Mov. Social

	as dezenas de milhares de pessoas que são forçadas a viver nas e das ruas do Brasil. Além da cobertura diária sobre o tema, o Observatório também oferece textos e fotos próprios, abordando a questão.		
Observatório de Drogas e Direitos Humanos Vozes da Rua	É uma iniciativa articulada entre movimentos sociais , entidades, pesquisadores e trabalhadores, cujo objetivo comum é dar visibilidade para as vozes das ruas, com atenção à dinâmica concreta que rege a vida das pessoas no contexto social em que vivemos. Abismos e exclusões estruturais, uma política de drogas que instrumentaliza sistemicamente a repressão à população pobre das grandes cidades, o reforço dos grandes meios de comunicação na construção de estigmas e preconceitos. [...]	Políticas sociais	Movimento Social Associação
Observatório das favelas	é uma organização da sociedade civil de pesquisa, consultoria e ação pública dedicada à produção do conhecimento e de proposições políticas sobre as favelas e fenômenos urbanos. Buscamos afirmar uma agenda de Direitos à Cidade, fundamentada na ressignificação das favelas, também no âmbito das políticas públicas.	Políticas sociais	Mov. Social Associação
Observatório Social do Brasil	Atuando como pessoa jurídica, em forma de associação , o Observatório Social prima pelo trabalho técnico, fazendo uso de uma metodologia de monitoramento das compras públicas em nível municipal, desde a publicação do edital de licitação até o acompanhamento da entrega do produto ou serviço, de modo a agir preventivamente no controle social dos gastos públicos.	Monitoramento de contas públicas	Mov. Social Associação
Observatório do 3º setor	Grupo brasileiro de comunicação que divulga as boas práticas das organizações sem fins lucrativos [...] Somos o único grupo de mídia no país dedicado à divulgação do trabalho do terceiro setor. Para isso, contamos com programas de rádio e TV, um portal e perfis nas principais redes sociais.	Monitoramento de contas públicas	Mov. Social Associação
Observatório da Sociedade Civil	O Observatório da Sociedade Civil é um projeto da Abong – Organizações em Defesa de Direitos e Bens Comuns que atua para construir um ambiente cada vez mais favorável à atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) [...] Nesse sentido, trabalha para dar visibilidade ao trabalho das entidades, ampliando a transparência e qualificando o debate social a respeito do tema, com especial atenção à mídia.	Monitoramento de contas públicas	Mov. Social Associação
Instituto Observatório Social	O Instituto Observatório Social é uma organização sem fins lucrativos que tem como objetivo a geração de conhecimento para o mundo sindical e o mundo do trabalho. Com abrangência nacional e internacional, o IOS realiza pesquisas e estudos especializados, com metodologias e processos participativos, que contribuem para a ação sindical, o diálogo social e o desenvolvimento sustentável. O IOS foi fundado em 1997 em uma iniciativa da CUT, Dieese, Cedec e Unitrabalho.	Trabalho - sindicatos	Mov. Social Associação

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa

O Observatório do Povo da Rua, criado em 2015, na temática desta pesquisa, divulga a violência e criminalização dos moradores de rua, tendo aparentemente finalidade de denúncia e de dar visibilidade; e o Observatório de Drogas e Direitos Humanos Vozes da Rua, focaliza a questão do tratamento de moradores de rua usuários de drogas. Potenciais usuários do modelo proposto por esta pesquisa, estão estruturados na plataforma *facebook* e vigiam para denúncia.

5 FONTES DE INFORMAÇÃO E CRITÉRIOS DE CONFIABILIDADE

Esta seção trata de discutir critérios de confiabilidade da informação em registros que não necessariamente são documentos. O entendimento do senso comum sobre documento atrela-se à “[...] noção de garantia, evidência, comprovante, ou representação [...]” (FERNANDES, 2014, p.32). A aceitação de algo como documento associa-se, desta forma, a critérios de sua construção e validação, “[...] uma série de práticas e de saberes institucionalizados. [...] costumes, práticas usuais, normas, acordos, contratos, leis [...]” que se articulam de algum modo para que reconheçamos algo como documento (FERNANDES, 2014, p.39).

Embora esta dissertação não aponte para critérios de validade de fontes para observatórios sociais, tratou-se de fazer uma abordagem sobre fontes e confiabilidade que aparece como desafio para aqueles que, mantendo um observatório, devem ter em conta a qualidade daquilo que colocam ao dispor. Procurou-se indicar que os critérios assentados, e nos quais se baseiam as unidades de informação tradicional, não são capazes de abranger boa parte dos registros oriundos da sociedade civil, mais visíveis com a Internet, sendo necessário avanço em pesquisas que incluam o exame de estrutura e critérios para registros não documentais. A partir das considerações de Foucault acerca dos regimes de verdade (2008a, 2008b, 2011, 2012), utilizou-se como base as propostas de González de Gómez (1996, 2002, 2003).

5.1 Os múltiplos parceiros e os critérios de confiabilidade

Considera Silva que observatórios devem ter em conta a qualidade de suas informações e a critérios de transparência, sendo “[...] relevante, confiável, comparável, rastreável e auditável e baseada em dados validados cientificamente” (SILVA et al, 2013, p.14). É de se indagar sobre a perda de informações que decorreria da adoção de critérios científicos para informações produzidas muitas vezes em práticas sociais não científicas. Dados e informações sobre moradores de rua produzidos por atores da sociedade civil podem estar sujeitos a limitações no que diz respeito a critérios metodológicos, por exemplo, mas isto não significa que são falsos ou não tenham relevância.

O risco de estabelecer um único critério para diferentes modos de construção/aceitação de registros de informação é constranger colaboradores a regras e critérios alheios às suas práticas. Por exemplo, um livro sem ISBN pode ser considerado livro para muitos leitores, mas não é considerado livro no meio acadêmico.

De qualquer modo, um observatório deve constituir regras para aceitação de material informacional vinda de diversos colaboradores, desde cidadãos a órgãos do governo. Mas não se pode esperar encontrar os mesmos critérios de construção e validação de registros. Muitos destes registros não seriam considerados documentos, ou seu acolhimento como documento dependeria da comunidade de sua referência (costumes, práticas, normas, acordos, contratos etc.).

Foucault (2011; 2012) designa por regime de verdade os atos guiados por condições, critérios e métodos de procedimentos, explícitos ou tácitos, estabilizados, mas sempre em concorrência, utilizados na produção de enunciados aceitos como verdadeiros e existente em diferentes campos ou práticas sociais. São, para Foucault, condições implicadas na relação consigo e com os outros (GROS, 2011). Trata-se não de “[...] uma certa lei da verdade, [mas sim] o conjunto de regras que permitem estabelecer, a propósito de um discurso dado, quais enunciados poderão ser caracterizados, nele, como verdadeiros ou falsos” (FOUCAULT, 2008a, p. 49). Portanto, há tipologias de ‘verdades’ e diferentes condições de produção e aceitabilidade a elas associadas, específicas a cada prática ou campo social. Um regime de verdade “[...] determina as obrigações dos indivíduos quanto aos procedimentos de manifestação do verdadeiro” (FOUCAULT, 2011, p. 85).

As considerações de Foucault não abrangem, entretanto, as negociações em regiões de trocas entre campos ou práticas sociais que permitam alguma flexibilidade na aceitação de discursos verdadeiros. As condições de aceitabilidade em práticas interdisciplinares (no âmbito da ciência) ou transdisciplinares (incluindo atores heterogêneos e externos à ciência) não implicam na construção de um modo único.

Já em 1996, González de Gómez, a partir de Habermas e Wittgenstein apontava a relevância da pragmática no exame das negociações de critérios de validação e de tradução informacionais para as pesquisas da ciência da informação. Em 2002, a partir das possibilidades abertas com a Internet, indicava a tendência de novas configurações da ordem informacional, incluindo as relações entre os domínios diversos como os da “ciência e tecnologia, saúde, cultura, educação, trabalho, indústria, entre outros” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 31). Na Internet os artefatos informacionais fazem papel de objetos fronteirços para as subjetividades coletivas, objetos não definíveis por seu enquadramento em organizações formais, corporativas, empresariais ou hábitos locais, demandando “revisão das categorias de análise dos procedimentos metodológicos com que se estudam essas novas figuras das redes e dos processos de informação em grande escala” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34).

Algumas práticas poderiam aumentar a transparência [...] as possíveis parcerias e alianças; os critérios de excelência vigentes no domínio (saúde, transporte, educação etc.), além de apreender as terminologias básicas do domínio e relacioná-las com seus próprios usos de linguagem, gerando condições para a participação de diferentes atores sociais em espaços e fóruns de tradução (entre interlocutores e entre conceitos, textos e valores). (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 36)

Em vista disso vamos fazer uma apropriação das considerações de González de Gómez (2003) ao indagar sobre o papel da Biblioteca ao lidar com os múltiplos interessados e intervenientes nas pesquisas hoje, segundo a autora, “[...] uma pluralidade de habilidades e ‘perícias’, tanto as práticas, as próprias de saberes locais, quanto as científicas” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 71). A pesquisa hoje se constitui com “[...] figuras intersubjetivas que assumem os processos de geração de conhecimentos, nos quais os por definição “não-cientistas” participam como interlocutores e ainda como co-produtores em campos cada vez mais amplos da pesquisa [...]” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 72).

Sendo o propósito deste modelo aqui proposto favorecer a pesquisas, os colaboradores devem ser tidos como interlocutores e mesmo co-produtores de conhecimento, no sentido apresentado pela autora. González de Gómez (2003) destaca os diferenciais de orientação (motivos) e as orientações de três grandes grupos participantes:

- i) Do âmbito acadêmico, têm por parâmetro **princípios paradigmáticos** da área de conhecimento, **orientados por questões** que são mantidas na memória científica e recuperadas em textos acadêmicos (comunicação científica). “Suas redes de formação e transmissão: instituições de ensino e pesquisa, fóruns de socialização especializada dos saberes, arquivos científicos, publicações, bases de dados referenciais, entre outros” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 73).
- i) Do âmbito de corporações, cujas geração, organização e reuso de conhecimentos e competências são mantidos por um grupo “[...] heterogêneo e interligado de organizações públicas e privadas, com suas definições singularizadas de objetivos e metas corporativas” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 73). Podemos no nosso caso incluir ONGs, instituições do governo etc. que têm por parâmetro **princípios setoriais ou corporativas**, sendo orientados por **famílias de interesses**.
- ii) Do âmbito local ou situacional. Neste âmbito o conhecimento e as competências estão voltados à solução de um problema específico, portanto por **princípios locais**, organizados por **famílias de problemas**. Trata-se, assim, de um conhecimento que “[...] fica ancorado em um território que exige a translação semântico-cultural de

seus modelos conceituais a uma situação singular [...]” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 73). Sua possibilidade de manutenção dependeria de bibliotecas, museus, casas de cultura, secretarias municipais e a mídia local. Observatórios podem ser considerados como um destes modos de manutenção destes saberes e competências, que González de Gómez entende como modo territorial de organizar, disponibilizar e transmitir “[...]conhecimentos especializados e os outros saberes culturais, articulando os diferentes atores e atividades de um município ou de uma região, compondo, assim, uma verdadeira ecologia informacional local” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2003, p. 73).

Além disso, hoje se conta com uma variedade de registros e muitas formas de acesso, que se transformam bem rápido, dificultando reflexões de grupos interessados quanto a critérios para sua aceitação. Com a internet, repositórios institucionais, bibliotecas digitais, portais de periódicos, *blogs*, canais, redes sociais e os próprios observatórios, o cenário de fonte de informação ganhou novos atores que são também fontes potenciais. E mesmo fora da Internet, é possível mapear outros atores e outras formas.

Assim, critérios de acolhimento de uma informação como válida não podem ser os mesmos para informações acadêmicas, corporativo-institucionais e locais- as duas primeiras já mapeadas pelos campos da Biblioteconomia e Ciência da Informação - já que os critérios ou princípios em que se ancoram não são os mesmos. Isto não significa que não deva haver critérios. Mas, para se ter informação com credibilidade, são necessárias fontes de informações que transmitam alguma confiança, já que

[...] as pessoas e as corporações são cada vez mais seletivas naquilo que necessitam e/ou buscam, verificando-se uma crescente exigência por informação especializada, sintética (concisa), focada e comprovada (credível), o que **demandam organismos próprios para disponibilizá-la**, de forma pública ou direcionada a setores ou instituições em particular. **Observatórios de informação e conhecimento inserem-se neste hiato.** (SILVA et al, 2013, p.2, grifo nosso).

Algumas condições relevantes para a gestão de um observatório, bem com sua funcionalidade, de modo contado com a colaboração de várias pessoas nesse projeto.

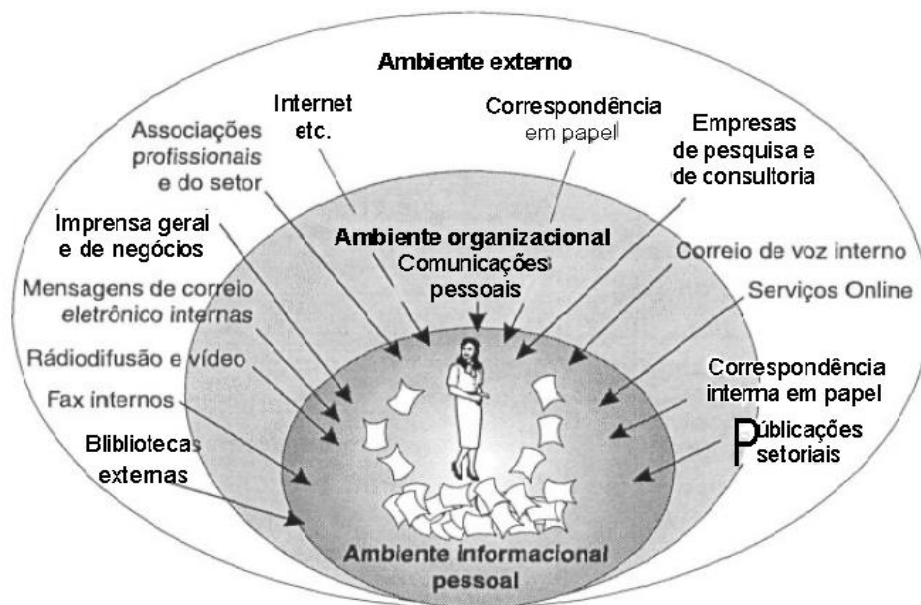
Um observatório deve primar pela autonomia e independência, tanto material quanto científica e de manifestação, como uma condição para adquirir e manter a credibilidade sobre suas atividades. O observatório é um projeto construído com a colaboração de múltiplos agentes. (SILVA et al, 2013, p.14).

Ao tratar do aspecto confiabilidade da informação na *web*, Tomaél (2001), observando de um ponto de vista acadêmico, destaca critérios como clareza e organização das informações, atualização constante, corpo editorial de publicação no caso de revistas eletrônicas, interface, precisão, credencias de autor, responsabilidade intelectual. Destaca que, no âmbito da internet, que a informalidade promove um maior fluxo de comunicação, mas resulta numa inconstância, incerteza quanto à origem a veracidade da fonte.

5.2 Confiabilidade de fontes oficiais e nas organizações

As fontes de informação **nas organizações** podem ser as mais diversas, passando por instituições, internet e pessoas. Para Davenport (1998), o autor destaca diversos canais, são caminhos que uma pessoa percorre em busca de uma informação.

Figura 1 - Fontes de informação pessoais



Fonte: Davenport, 1998, p.120.

Novas fontes de informação são produzidas a todo o momento, de modo que deve haver algum critério de avaliação de sua utilidade para uma determinada ação. Mas o quesito confiabilidade geralmente prevalece na tomada de decisão nas organizações. Porém, destaca que nas empresas há uma lacuna no que diz respeito a variedades de fontes de informação, impactando de forma negativa em suas rotinas.

A ausência de diversidade nas fontes de informação provavelmente é o fator principal que provoca pontos cegos na investigação do ambiente. Se empresas obtêm todo o seu acervo apenas de fontes 'aceitáveis', 'conservadoras' ou 'oficiais', provavelmente seus gerentes verão muito pouca alteração no ambiente externo. (DAVENPORT, 1998, p.271)

Já as **fontes oficiais** incluem as esferas de governos - federal, estadual, municipal já que dados, confidenciais ou não, são produzidos por diversos órgãos que compõem a administração pública. Também se podem incluir como fontes oficiais as organizações governamentais, as profissionais, sociedades científicas e organizações internacionais. São consideradas fontes confiáveis, não pelos conteúdos que divulgam, mas pelos critérios de sua construção e validação.

Canais geradores de informação em observatórios são os diversos “parceiros”-pessoas, empresas, órgãos públicos etc., qualquer ser que venha a produzir informação responsável, que se disponha a “alimentar” o observatório. Fica por enquanto a lacuna dos critérios aplicáveis a uma diversidade de potenciais colaboradores como paróquias, restaurantes, cidadãos voluntários, bibliotecas, grupos de amigos etc. envolvidos em ações com moradores de rua, que podem ser vistos como fontes informais.

5.3 Fontes de informação não formais: parceiros de observatórios

No que se refere a moradores de rua no país, há um subconjunto de informações, ancoradas na experiência da sociedade civil, sejam ONGs, instituições religiosas, empresas e iniciativas individuais, que raramente são acolhidas em bibliotecas ou outras unidades de informação tradicionais. Isto não significa que não possam ser fontes ou indicadores de informações relevantes, mesmo para pesquisa acadêmica sobre o tema e, especialmente, para políticas públicas voltadas a esta parcela da população, da qual se tem poucas informações oficiais sistematizadas.

Assim, além das fontes reconhecidas, ou formais, o conceito de fontes de informação deverá ir a outra etapa, que são as fontes não formais, que podem surgir de um determinado movimento produzido por uma alguém, ou mesmo por instituições com diferentes fins.

O observatório [...] precisa adotar a postura de revelar dados sobre si, tais como relação de colaboradores, fontes de financiamento e equipe técnica, [...] Enfim, os produtos gerados precisam ter sua fidedignidade e veracidade reconhecidas pelos possíveis usuários, que são, em última análise, a sua razão de ser. Um observatório é feito de trabalho colaborativo, participativo e parcerias. (SILVA et al, 2013, p.15).

Posto isso, há de identificar eventuais parceiros como as igrejas, restaurantes, ONGs, associação de moradores, outras pessoas envolvidas para que possam em determinado tempo, vir a realizar colaboração com o observatório, oferecendo informações pertinentes que têm origem em ações na relação com próprios moradores de rua.

Um exemplo claro do que venha a ser uma parceria em colaboração com o observatório é encontrado no bairro da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro, onde ocorre uma ação social direcionada aos moradores de rua, promovida por um restaurante que semanalmente serve cardápios aos moradores de rua do centro da cidade. O Refeitório Gastromotiva é o restaurante que realiza tal ação social, cuja proposta vai além do servir comida, também uma proposta de capacitação de mão de obra.

O Refeitório Gastromotiva oferece comida, cultura e dignidade para todos em um espaço cheio de arte. [...] Ele funciona como um restaurante-escola onde chefs convidados e jovens talentos da Gastromotiva cozinham com ingredientes excedentes. Servimos jantares gratuitos para população vulnerável e, em breve, almoços para o público em geral com o conceito “pague o almoço e deixe o jantar” (REFETTORIO GASTROMOTIVA COMIDA CULTURA DIGNIDADE, 2017)

As ONGs também podem viabilizar informações em larga quantidade devido às inúmeras que existem no Brasil. Diversos são os campos de atuação de uma fonte de informação como as ONGs, nesta perspectiva é destacada a Ong Economia Solidária que tem por objetivo de levar ao mercado de trabalho os moradores de rua. A ONG Economia Solidária é uma associação que visa resgatar moradores de rua, em sua maioria do sexo masculino, para o mercado de trabalho. Tal ONG parte da perspectiva de economia solidária intensificada na década de 90. (GARCEZ GHIRARDI et al, 2005)

Embora não seja uma fonte “oficial”, pode-se considerar a validade seus documentos, registros próprios e mesmo os de terceiros que a ONG valida. Assim, entende-se que existam critérios de aceitação de registros e documentos já estabelecidos em um observatório, ONGs, empresas, etc. que com eles colaboram, mesmo que instáveis, que se deve ter conta.

Associados à aceitação de fontes de atores heterogêneos estão os modos de organização da informação no observatório que levem em conta a tradução, de modo a que os artefatos de informação que disponibilizam possam realmente desempenhar o papel de objetos fronteiriços para as subjetividades coletivas, “[...] gerando condições para a participação de diferentes atores sociais em espaços e fóruns de tradução.” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 36).

6 ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM OBSERVATÓRIOS

Durante a pesquisa foram identificados na literatura trabalhos que abordassem a organização informação numa perspectiva de áreas da Ciência da Informação, implicando em metodologias associadas à interface de sistemas. Trabalhos que tratam da organização da informação num observatório não foram identificados na pesquisa. Utilizou-se inicialmente o *google* acadêmico para encontrar trabalhos citados que apontassem para bases ou periódicos mais relevantes no tema. Em seguida partiu para própria exploração dos artigos publicados nos periódicos da Universidade de Londrina e do repositório da Unesp, sobre organização da informação em ambiente digital. Como apontam Cicon e Lunardelli,

Dentre os critérios utilizados para organizar a informação na web, diferentes autores desenvolveram metodologias para este propósito, tendo como base os estudos da Organização da Informação (OI) advindos da Ciência da Informação (CI). Entre as disciplinas que abordam o tema “Organização da Informação na web”, Agner (2002) cita a Arquitetura da Informação (AI) e a própria CI, todos caracterizados como campos interdisciplinares. (CICON; LUNARDELLI, 2012, 135).

Ao tratarem da biblioteca digital, Sanches e Vidotti (2004) apontam aos desafios da quantidade de informação que podem incorporar e a unificação de informações em diferentes formatos, no que se assemelha aos observatórios.

As informações oferecidas em um observatório devem ser claras, objetivas, disposta numa interface com uma organização simples, além de promover acesso rápido e descomplicado. Para organizar informações no ambiente digital, “[...] demandam-se uma série de quesitos, tais como: planejamento, interatividade, arquitetura do *site*, personalização, avaliação da qualidade, usabilidade, acessibilidade, entre outros” (CICON; LUNARDELLI, 2012, 135).

Observatórios também são sistemas de informação que possuem certa finalidade. “A proposta conceitual de um observatório pode ser a de reter (organizar e registrar) informações que possam compor um conjunto satisfatório de sentidos sobre algo, mesmo vindo de diferentes fontes.” (SILVA, C., 2016, p.51).

Numa perspectiva que diversos ambientes devam ter seus objetivos e características próprios, é importante destacar que um modelo para organizar registros em observatório deva oferecer a seus usuários também uma navegação intuitiva, através de localização clara de tópicos que não confunda o usuário.

6.1 Arquitetura da informação

A organização do conhecimento para disponibilização e acesso em sítios tem sido chamada de Arquitetura da Informação (AI) que auxilia tanto na estruturação quanto na gestão da informação e do conhecimento na *web*, tratando dos “[...] aspectos informacionais, estruturais, navegacionais, funcionais e visuais de ambientes digitais por meio de um conjunto de procedimentos metodológicos” e oferecendo diretrizes para os gestores do sítio/sistema (VIDOTTI; CAMARGO, 2011, p.24).

A AI constrói uma estrutura de organização em vista da recuperação, que deve ter em conta a parte estética de uma determinada interface, adotando princípios “[...] como a beleza (estética e aparência) e a funcionalidade (utilidade e praticidade). A beleza está envolvida com o aspecto externo, enquanto a funcionalidade está relacionada com as funções do ambiente” (CAMARGO, 2010, p. 39). Portanto, pode ser avaliada segundo os pontos de vista criativo e técnico (NEVES JUNIOR, 2013, p.58).

Como campo, a AI compõe-se por relações interdisciplinares, que não se limitam a soluções técnicas para viabilização de um espaço informativo na *web* (NEVES JUNIOR, 2013).

Figura 2 - Disciplinas que contribuem com a Arquitetura da Informação



Fonte: Dillon (2000, apud Neves Junior, 2013)

Sanchez e Vidotti (2004) compreendem Arquitetura da Informação como utilizando instrumentos similares a uma biblioteca, priorizando a facilidade de busca da informação. Segundo autores os elementos numa página *web* devem ser estabelecidos também um arranjo que prevaleça o manuseio por parte do usuário. Para um observatório as informações devem

seguir uma lógica similar, estruturando os conteúdos com critérios bem definidos e uma apresentação visual de conteúdos de interesse do usuário que seja intuitiva e de fácil navegação.

Nesta pesquisa, tomou-se por pilares as concepções e conceitos de Arquitetura da Informação apresentados por Morville e Rosenfeld (2006), para os quais o termo arquitetura pode levar a entendimentos variados como, planejamento, organização, compartilhamento, de modo que envolverá um conjunto de partes que deverão ser inseridas, como no planejamento de um edifício. “Cada edifício serve exclusivamente ao seu propósito. Arquitetura, *design*, construção, mobiliário, habitantes e localização todos desempenham papéis importantes na formação da experiência global. Todos os elementos devem trabalhar juntos.” (MORVILLE; ROSENFELD, 2006, p.3, tradução nossa)

É o “[...] projeto estrutural de ambientes de informação compartilhada” com procedimentos claros, pensados a partir das necessidades de seus usuários e dos objetivos para sua existência. (MORVILLE; ROSENFELD, 2006, p. 4-5, **tradução nossa**)

Como qualquer esquema de categorização, este tem seus problemas. Por exemplo, pode ser difícil distinguir sistemas de organização de sistemas de rotulagem (dica: você organiza conteúdo em grupos e, em seguida, rotule esses grupos; cada grupo pode ser rotulado em diferentes maneiras)” (MORVILLE; ROSENFELD, 2006, p.193, **tradução nossa**).

A AI deve levar em consideração não apenas a organização em si, mas aspectos como a identificação e etiquetagem e a própria navegação e suas buscas. Sua organização como sistema de informação implica em relações de algumas funções, considerando-se que um sítio “[...] é uma coleção de sistemas interconectados com dependências complexas. Um *link* único em uma página pode ser simultaneamente parte da estrutura, organização e sistemas de etiquetagem, navegação e pesquisa [...]” (MORVILLE; ROSENFELD, 2006, p.193, **tradução nossa**).

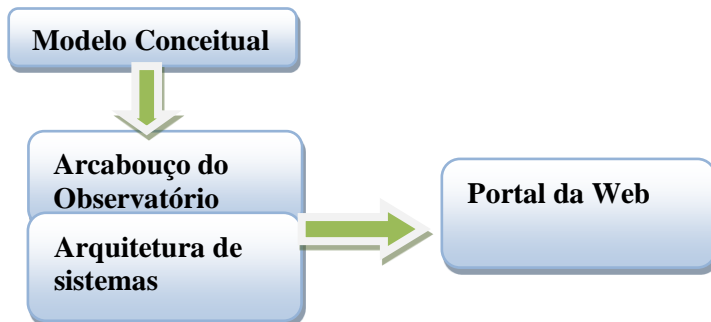
6.1.1 Arquitetura da informação para observatórios

Para um observatório, na perspectiva da AI, deve-se elencar alguns critérios, ou mesmo arranjos, que desenhem sua estrutura. O modelo proposto por Porto (2003) parece esclarecer a importância da própria AI sobre a organização de um determinado observatório.

Porto (2013) destaca três partes que um observatório necessita para sua construção e operação: “o modelo conceitual, a arquitetura do sistema e o arcabouço do *software*” (PORTO,

2013, p. 19). Nesta pesquisa trataremos apenas da organização dos registros, incluída no modelo conceitual proposto pelo autor.

Figura 3 - Dependências gerais do observatório da web



Fonte: Adaptado de Almeida et. al. (apud PORTO, 2013, p.20)

Porto (2003) estabelece grupos a para a elaboração do modelo conceitual:

1. **Contexto** - Assunto observado na Web. Exemplo: dengue.
2. **Entidades** - Algo que está sendo observado. Exemplo: dor no corpo, Aedes Aegypti.
3. **Fontes** - Local de onde serão retiradas as informações. Exemplo: Twitter, Facebook.
4. **Temas** - Assuntos específicos pertencentes ao contexto. Exemplo: saúde, saneamento básico.
5. **Grupos** - Organizações ou qualquer forma de agrupamento de entidades. Exemplo: grupos no Facebook.
6. **Autores** - É o responsável pelo conteúdo disponível na fonte. Exemplo: usuário da RSO.
7. **Eventos** - Acontecimentos importantes no contexto do observatório. Exemplo: surto de dengue em uma determinada cidade. (PORTO, 2013, p. 19, grifo nosso).

Portanto, é necessário estabelecer critérios de organização da informação em vista de múltiplas possibilidades para sua recuperação. Vidotti e Camargo (2011) apontam para necessária metodologia que facilite o tratamento da informação, mas lembram que estas metodologias estão em construção, de modo que a AI caminha para sua consolidação.

A AI é composta por recursos em seu arcabouço estrutural, sendo algumas dessas partes ocultas aos usuários. Na construção da relação entre os componentes da AI, pretende-se que se apresente “[...] aos usuários um conjunto predeterminado de caminhos para ajudá-los a navegar o *site*. Os usuários não articulam suas dúvidas, mas, em vez disso, encontram o caminho menus e *links*.” (MORVILLE; ROSENFELD, 2006, p.49, **tradução nossa**).

6.1.2 Componentes de uma Arquitetura da Infomação

Além dos sistemas principais da AI, associam-se outros componentes que permitem criar caminhos que geram outros sub recursos. “Esses componentes apresentam aos usuários um conjunto predeterminado de caminhos para ajudá-los a navegar o site. [...]” MORVILLE; ROSENFELD, 2006, p.49, **tradução nossa**).

Quadro 4 - Componentes da Arquitetura da Informação e instrumentos associados

De organização	De etiquetagem	De navegação	De busca
Exatos: alfabético, cronológico, geográfico	Textuais: hiperlinks contextuais, cabeçalhos, rótulos, termos de indexados	Integrada: global, local, contextual	Opções que devem permitir incluir atributos específicos do recurso
Ambíguos: por tópicos, por tarefas, segundo usuários específicos, por metáforas		Navegação complementar: mapa do site, Índice do site, busca livre	
Estruturados: hierárquicos, hipertextuais, classificação colaborativa	Iconográficos: rótulos são ícones		
Categorização dos componentes associados			
Navegação	Conteúdos e tarefas	Auxílio de pesquisa	Componentes invisíveis
Sistema de organização	Cabeçalhos	Interface de pesquisa	Controle de vocabulário
Sistema de navegação em site	<i>Links</i> incorporados	Linguagem de consulta	Algoritmos de recuperação
Sistema de navegação local	Metadados incorporados	Construtores de pesquisa	Melhores apostas
Sistema de conteúdos	Unidades lógicas de conteúdos	Algoritmos de pesquisa	
<i>Site</i> de índice- lista de <i>links</i>	Lista de <i>links</i>	Espaço de pesquisa	
Site de guias – informação sobre um tópico	Ajudas sequenciais	Resultado de pesquisa	
Navegação suplementar	Identificadores		
Navegação relacionada ao contexto- <i>links</i> no texto			

Baseado em Morville e Rosenfeld (2006, p.49).

Uma vez que tem-se como central o acesso e utilização das informações produzidas por múltiplos e heterogêneos atores no âmbito das pesquisas acadêmicas, também se pensou na construção de instrumentos com descritores que permitam maior precisão na recuperação de informações específicas ou séries de informações.

Sistemas de Organização (SO) gerem informações e “os *sites* da *Web* geralmente fornecem acesso a documentos em vários formatos. Você pode encontrar notícias financeiras, descrições de produtos, *home pages* de funcionários, arquivos de imagens e arquivos de *software* [...]” (MORVILLE; ROSENFELD, 2006, p.56, **tradução nossa**).

Este estudo está restrito aos instrumentos de organização dos recursos/registros do observatório, no âmbito do modelo conceitual. As linguagens documentárias permitem a organização, classificação, filtragem das informações que serão recebidas e o controle do vocabulário relevante na descrição dos assuntos de cada recurso. Também foi necessário, considerando os diversas formas de registros - como vídeo, áudio, texto etc.-, descrevê-los, assim como os gêneros discursivos e textuais - relatório, conto, artigo, carta, editorial etc.

No ambiente digital, metadados documentariam dados sobre elementos ou atributos de dados (nome, tamanho, tipo de dados, etc.) e dados sobre registros ou estruturas de dados (comprimento, campos, colunas, etc.) [...]” (MORVILLE; ROSENFELD, 2006, p.194, **tradução nossa**).

Dos diversos atributos que devem ser previstos para descrever um recurso/registro, o gênero discursivo ou textual, a forma de registro (áudio, imagem e texto) e o assunto dependem da construção de instrumentos que guiem e controlem a entrada destes atributos.

Portanto, o modelo teve em conta os elementos que descrevem as informações do e sobre cada recurso (registro), tanto o que diz respeito ao seu conteúdo (temática) quanto os referentes às características do recurso (descritivo), permitindo tanto precisão na busca de um recurso, série de informações e variados modos de recuperação.

Para organização de assunto, optou-se pelo uso da taxonomia que trata de construir subdivisões e papéis. Mattos (2010) coloca exemplo uma pessoa comum, que pode desempenhar diversos papéis: pai, filho, professora, num espaço de tempo. De modo se trazermos tal analogia para o mundo dos documentos, nessa lógica o documento pode ter suas múltiplas funções - através de seus formatos. Por exemplo, pode haver documento no formato de vídeo no gênero documentário sobre moradores de rua e textos com a mesma temática.

Mattos (2010) ainda dispõem de diversos exemplos de taxonomias e suas hierarquias, organizações que vão das pastas (diretórios) de um computador pessoal, como os “favoritos” que consta no *software windows* – de modo a elencar seus sítios favoritos. E também pastas pessoais, como **amigos, faculdade, família, pessoais**. Estas pastas subdividindo-se em outras.

6.2 Taxonomia e sua construção

Taxonomia, numa perspectiva das linguagens documentárias, é uma como lista de termos de preferenciais, apresentados em relações hierárquicas (GONZALEZ, 2011), com termos que designam objetos de um domínio.

Para Vital e Café (2007) as taxonomias, que em um primeiro momento visavam áreas da Biologia, têm sido amplamente utilizadas em sistemas digitais que permitem a recuperação pelos sistemas de busca, pelos sistemas de rotulagem, mas também podem ser disponibilizadas em um modelo de mapa conceitual para navegação. Conforme Conway e Sligar (2002) trata-se das taxonomia descritiva, de navegação (navegação na hierarquia por *clicks*) e taxonomia para gerenciamento de dados. Além das relações hierárquicas entre termos (gênero/espécies e todo/partes), é possível adicionar às taxonomias relações não hierárquicas que contemplem as características de certos recursos e os modos de associação no senso comum dos usuários como causa/efeito (evento na cidade/recolha de moradores de rua). (VITAL; CAFÉ, 2011). A taxonomia descritiva implica numa proposta de vocabulário controlado e foi esta a escolhida para esta pesquisa. (CONWAY; SLIGAR, 2002 apud VITAL; CAFÉ, 2007, p.4)

A “[...] construção da taxonomia deve estar orientada pelas cinco etapas [...]. Estabelecimento das categorias gerais, coleta dos termos, análise dos termos selecionados, controle da diversidade de significação, construção dos relacionamentos semânticos” (VITAL; CAFÉ, 2007, p.04). Também é possível partir dos termos coletados para estabelecer então as categorias gerais, que foi o critério adotado nesta pesquisa. Deve ser revista periodicamente para alteração ou inclusão de novos termos (VITAL, 2007).

A partir de Gonzalez (2011) apresenta-se abaixo um quadro que sintetiza métodos e processos alternativos para construção de uma taxonomia. Os elementos grifados foram utilizados nesta pesquisa.

Quadro 5- Construção de taxonomias

Crítérios gerais a considerar:	MÉTODOS PARA CONSTRUIR <i>Três métodos básicos (*Jagerman)</i>			PROCESSO DE CONSTRUÇÃO			
	Do genérico ao específico -	Do específico ao genérico – ascendente	Aproximação facetada	Mineração de dados	Análise da inf. que se agregará a taxonomia	Elaboração da estrutura classificatória	Verificação por especialistas
Que problema a taxonomia quer responder?				Identificar as matérias que se incluirão na estrutura classificatória como pontos de acesso à informação.	Ao servir de mapa de navegação p/ um tipo específico de informação, é necessária uma superestrutura classificatória que atende a natureza dos documentos agregados.	É importante definir a tipologia a representar [...] [sua] especialidade ou para que processos e tarefas e gestão [...]	Duas funções: confirmar o trabalho realizado. Transferir conhecimento do processo
Tipo de informação corporativa e seu alcance?	Passos a seguir						
Volume da informação que se espera?	1º passo- Levantar registro o material – tarefas	1º passo -Formar grupo de expertos no domínio da taxonomia a ser criada	1º passo –criar lista de termos que representem conceitos simples				
Disponibilidade os especialistas para desenvolver a taxonomia.	2º passo – Reduzir sinônimos e às variações de termo preferente ...	2º passo -Formar coleção representativa de documentos já indexados	2º passo – Agrupar os termos em categorias excludentes				
Qual AI e informática que conta a organização p/ apoiar a taxonomia?	3º passo- Elaborar a estrutura sistêmica prévia	3º passo-Criar uma coleção de docs se não estiverem indexados para extrair palavras-chave	3º passo - Classificar as facetas em número restrito de categorias fundamentais	Conclusão Para o usuário, uma taxonomia é um guia no assunto a ser pesquisado. [...] A navegação por categorias no acesso à taxonomia fomenta o pensamento associativo podendo guiar o usuário [em busca da] informação. Embora a navegação por taxonomias não seja melhor que outras formas de busca, como as palavras-chave nos sites e nos portais web. A utilização de taxonomia se tornou mais importante, pois a navegação é uma interface bem desenhada sobre as informações contidas nos documentos. Fonte: Baseado em (Gonzalez, 2011, p.55-62) <i>*Jagerman, Evert J. Creating, maintaing and applyng quality taxonomies. Zoetermeer: E.J Jagerman, 2006</i>			
Consideração sobre termos empregados	4º passo – Elaborar uma primeira versão do esquema	4º passo-Criar esquema taxonômico na primeira versão. Normalizar os termos.	4º passo-Usar notações p/ fixar valor classificatório de cada termo dentro da sequência.				
Comunicabilidade dos termos	5º passo- Completar a taxonomia c/todos os seus termos	5º passo – Contato com expertos no domínio para esclarecimento de significados.	5º passo – Fixar o significado, mediante definições dos termos mais abstratos ou ambíguos				
Utilidade: representatividade dos termos	6º passo – Experimentos de indexação e recuperação	6º passo – avaliar taxonomia mediante provas de indexação e recuperação.	6º passo – avaliar taxonomia mediante provas de indexação e recuperação.				
Motivação: induzir à navegação	7º passo – Publicar uma versão de taxonomia	7º passo – Publicar uma versão de taxonomia e fazer feedback	7º passo – Publicar uma versão de taxonomia e fazer feedback				

Utilizou-se nesta pesquisa o critério ascendente como método de construção. Considerou-se tomar voluntários que trabalham com moradores de rua como expertos no domínio (embora o termo domínio não seja o mais apropriado neste caso, conforme as reflexões apresentadas na seção FONTES DE INFORMAÇÃO E CRITÉRIOS DE CONFIABILIDADE). Como fontes dos termos a literatura científica, documentos e sítios de órgãos oficiais do Rio de Janeiro que abordam a temática e alguns potenciais colaboradores em um observatório de moradores de rua. A criação das grandes categorias tomou por base os assuntos considerados fundamentais por agentes que trabalham em ações voluntárias. Os procedimentos para o mapeamento e ordenamento dos termos estão apresentados na Metodologia.

7 METODOLOGIA

Para definir o escopo terminológico que permite capturar informações sobre moradores de rua e suas mudanças ao longo do tempo foi realizado levantamento documental no Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da CAPES, num recorte cronológico que foi de 1996 a 2015, cujos resultados foram apresentados na seção 4.1.

Para servir de base a coleta de dados para elaboração do modelo para organização dos recursos no observatório partiu-se e adaptou-se a proposta de Porto (2013), que foram adaptados e ampliado, para nosso caso.

- a) **Contexto:** Assunto observado na *web* e fora da *web*. Moradores de rua, especialmente na cidade do Rio de Janeiro.
- b) **Entidades** - O que está sendo observado. Nesta pesquisa, o que está sendo observado são informações registradas sobre moradores de rua.
- c) **Fontes** – Local ou fonte das informações. Consideram-se tanto espaços na *web*, conforme indicados por Porto, como colaboradores da sociedade civil e que não mantêm espaços na *web*. Instituições consolidadas no auxílio aos moradores de rua, como defensoria pública, ministério público e outras instâncias governamentais, que possam produzir alguma informação sobre moradores de rua. Há também os que realizam serviço voluntariado como as ONGs, igrejas, restaurantes, associações junto a esta população e são no Brasil os principais atores destes observatórios sociais.
- d) **Temas** - Assuntos específicos pertencentes ao contexto. Exemplo: saúde, saneamento básico, abrigo, alimentação, violência. Os temas das informações produzidas foram organizados em taxonomia e o método está descrito mais abaixo.
- f) **Grupos e autores** - São dois parâmetros que ora são relativos à responsabilidade, ora a uma autoria individual, ora a autoria coletiva, (ambas representadas por pessoas ou entidades). Então temos grupos, como uma noção de autoria compartilhada, podendo ser as organizações ou qualquer forma de agrupamento de entidades. Enfim, outras organizações que abordam o tema como é o caso de alguns outros observatórios.
- g) **Eventos** – Aqui trata-se de um elemento a ser incluído pelo mantenedor do sítio. A ideia é ter um espaço no observatório que permita divulgar o que é eventual e não está previsto no modelo conceitual.
- h) **Tipo de registro:** considerou-se aí o mapeamento e relacionamento entre os *gêneros textuais* que aparecem nos observatórios e as *formas de registro* em que podem se encontrar.

Para categorizar os tipos de registros sobre moradores de rua optou-se por mapear os que se pode encontrar na *web*, e em instituições oficiais e de voluntariado, especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Considerou-se que se devia-se encontrar uma cobertura significativa, atendendo aos descritores dos tipos informacionais sobre moradores de rua. Optou-se pelo termo **registro** por tratar-se de uma relação entre gêneros textuais e formas de registro que não necessariamente podem ser caracterizados como documentos, conforme o entendimento da Biblioteconomia.

Foi necessário elaborar os elementos descritores dos registros como parte da documentação destes registros, seus atributos, conforme recomendado por Morville; Rosenfeld (2006), a saber: título, responsabilidade, forma de registro, gênero textual (discursivo), assunto e tempo.

Alguns gêneros textuais (ou discursivos) são tipos documentais cujas características estão relacionadas com sua função e sua forma a critérios de construção validados, como é o caso de um artigo de periódico tem a função de divulgação e comunicação científica e tem uma estrutura típica (título, autor, resumo, abstract, palavras-chave, é parte de um periódico e tem número de páginas inferior a de um livro). Entretanto muitos deles, embora identificáveis como gênero não são da mesma natureza. Para tipificar estes registros, utilizou-se o conceito de gêneros textuais (discursivos) trabalhados no campo da linguística, porque estão mais próximos da variedade de registros que se podem encontrar em sítios de observatórios sociais. Não se limitam, como se pode pensar, a textos, embora exijam registros, mas caracterizado como gênero discursivo (FARIAS, 2013), já que um gênero como “[...] uma carta ao público pode ter como suporte: o papel, a televisão, o rádio, o *outdoor*, uma embalagem etc.” (MARCUSCHI, no prelo).

Gêneros textuais, são “[...] textos que exercem uma função social específica [...] e apresentam uma intenção comunicativa bem definida” (NEVES, s.d.). Nunca totalmente enumerados, estes gêneros podem ser: editorial, relato de viagem, lista de compras, cardápio de restaurante, abaixo-assinado, notícia, carta etc., que são entendidos como tais a partir de diversos critérios: o canal utilizado, o estilo, o conteúdo, sua função etc. Seu elenco e relações constitui “muito mais famílias de textos com uma série de semelhanças [...] que não se definem por características linguísticas [...]” (MARCUSCHI, no prelo).

Gêneros textuais remetem a modos que utilizamos na comunicação diária e são passíveis de combinação, estando sempre sendo criados novos gêneros. Uma vez que se caracterizam por semelhanças de família, é possível organizá-los em categorias, conforme diferentes semelhanças escolhidas. No caso desta pesquisa optou-se por grupamentos que

fossem intuitivos ao sujeito comum e compusessem um pequeno número de categorias. Para tanto abriu-se mão de uma lógica taxonômica pela de diferentes semelhanças de família.

Os registros também foram tipificados por formas de registro (áudio, imagem, texto) em que se podem encontrar os gêneros textuais em grupos. Assim, uma forma de registro ‘texto’ → pode ser um texto jornalístico, que pode ser → uma notícia, um editorial, um obituário etc. Relacionar formas de registros e gêneros textuais possibilita reunir, por exemplo, todos os relatos pessoais (gênero textual) que se encontre em diferentes formas de registro (filme, texto livre, narração em áudio). No caso do registro de imagens considerou-se mais próximo do senso comum atual separá-las em imagem (imagem fixa) e vídeo (imagem em movimento).

Partiu-se dos gêneros textuais que se espera encontrar em um observatório e suas possíveis formas de registro, buscando-se, para fins de organização, agrupá-los (gênero e tipos de gêneros textuais) em categorias. O mesmo procedimento foi realizado para as formas de registro para suas espécies.

Para organização de assunto dos registros a primeira parte foi o mapeamento de termos. Primeiramente utilizou-se o (CTD) Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, a partir dos termos previamente identificados na seção “A nomeação dos que habitam a rua”, a saber: moradores de rua, população de rua, em situação de rua, mendigos, sem teto. Havendo um grande número de teses e dissertações recuperadas, optou-se por selecionar as de 1996 e 2015. Totalizaram 4 teses e 31 dissertações e um total de 244 termos livres. O mapeamento de assuntos iniciou-se a partir de títulos, resumos, sinopses ou comentários dos registros. Os resultados estão no **Apêndice A**

A esta lista foram acrescentados os termos que ocorrem em documentos e descrições de ações e projetos em sítios da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos da Prefeitura do Rio de Janeiro, registros e documentos da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e outros órgãos públicos e a cartilha do Ministério da Saúde “População em Situação de Rua: um direito humano” **Apêndice B.**

Mapeamento de assuntos também foi realizado junto a potenciais colaboradores do Observatório. Foi agendada entrevista com Carla Beatriz Nunes Maia, defensora pública do Rio de Janeiro, que trabalha junto ao NUDEDH (Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos) que atende a minorias, incluindo moradores de rua. A defensora indicou como maiores riscos desta população violência policial e de pessoas, falta de amparo do poder público, enchentes e acidentes, termos incluídos no mapeamento de assuntos.

Para levantamento de termos junto a congregações e pessoas realizaram-se cinco entrevistas, em amostra por conveniência, tanto com voluntários que ora trabalham com a

população de rua, desempenhando um relativo comparecimento de atividades a esta população, quanto com profissionais que trabalham em instituições que prestam assistência para população de rua. As conversas foram gravadas com ciência do entrevistado, tendo a média de tempo de entrevista em 30 minutos. As perguntas que guiaram a entrevista foram:

i) Qual é o seu nome?

ii) Você é casado (a)?

iii) Que trabalho realiza junto a moradores de rua?

iv) Com que frequência?

v) Desde quando você faz este trabalho?

vi) Quando se refere a eles para outras pessoas, como os chama?

() moradores de rua

() sem teto

() mendigos

() população de rua

() população em situação de rua

() Outro. Especifique: _____

vii) Na sua opinião, quais são os cinco principais riscos que estas pessoas correm?

viii) Quando se trata de morador de rua, você poderia numerar os assuntos dos abaixo em ordem de importância?

() abrigos

() assistência / documentação

() drogas

() direitos / garantias sociais

() escolarização / profissionalização

() falta de políticas públicas

() espaços públicos (instituições)/ impedimentos

() espaços públicos (praças, ruas etc.) / impedimentos

() gravidez

() invisibilidade

() preconceito / higienização

() preconceito / criminalização

() relacionamento / outros moradores de rua

() relacionamento / cães

() saúde / doenças

() saúde / atendimento

() saúde / higiene

() segurança

() trabalho precário / catador

() violência / policial

() violência / terceiros

() violência / comlurb

() violência entre moradores de rua

ix) Que outros assuntos importantes você considera que não foram listados acima?

x) No aspecto voluntariado, alguma instituição do Rio agrega ou auxilia os que querem prestar eventuais trabalhos?

xi) Considerando o preconceito com relação aos moradores de rua, você passa algum tipo de mensagem para esclarecer, tirar as dúvidas das pessoas?

xii) Quando exerce seu trabalho junto a moradores de rua escuta deles algum tipo de sonho ou desejo?

Os termos que apareceram ao longo da gravação da entrevista foram selecionados (**Apêndice 3**), além dos que apareceram na resposta induzida, servindo estes últimos de base para geração das categorias básicas da taxonomia.

O conjunto de termos que indicam os assuntos mapeados nas três fases foram organizados em um quadro para agregar termos sobre o mesmo assunto ou assuntos próximos. Para reunião de termos-chave em grandes categorias considerou-se as respostas dos cinco entrevistados que indicam os assuntos mais relevantes a partir da lista que lhes foi apresentada. Portanto, levou-se em conta o grupo chamado por Gonzáles de expertos, considerando não só sua familiaridade com os assuntos da temática moradores de rua, mas suas considerações sobre os aspectos mais relevantes. Estes expertos são tanto potenciais colaboradores como usuários de observatórios sobre moradores de rua.

Uma vez que o detalhamento de assuntos não é aplicável na organização de informações em *sites* de observatórios, a estruturação de assunto limitou-se a três níveis. As categorias podem ser chaves para organização de rotulagens no sítio do observatório. Todos os termos livres identificados foram associados aos termos preferidos, devendo estar disponíveis para o mecanismo de busca (lupa simples ou avançado).

A elaboração da taxonomia destacou partes que se agregaram como num esquema de classificação, fornecendo uma sustentação sistêmica (CAMPOS, 2007). Organiza-se o domínio de forma dedutiva, escolhendo classes abrangentes (CAMPOS, 2007, não paginado).

As categorias são mutuamente excludentes e abrangem a totalidade dos assuntos apresentados nos termos. Foram obedecidos critérios de relações hierárquicas, ou sequenciais. É possível e mesmo desejável neste domínio indicar outros tipos de relação, dentre as apontadas por Vital (2007) no quadro a seguir, embora não tenha sido possível tal agregação nesta pesquisa.

Quadro 6 – Principais relações não hierárquicas no domínio moradores de rua

Relação	Exemplo de termos relacionados	
Atribuição	Política Higienista	Preconceito
Efeito/causa	Moradores de rua	Pobreza; drogas; doença mental
Ação/resultante da ação	Assistência Social	Cidadania; tratamento; autoestima

Fonte: Baseado em Vital (2007).

Também se considerou a reunião horizontal de conceitos (renques) que são partes ou tipos (CAMPOS, 2007). A ideia de exaustividade na identificação dos termos/conceitos de um renque é importante, mas sempre limitada ao presente, já que podem surgir novos tipos ou novas partes de algo.

8 MODELO BÁSICO PARA ORGANIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM OBSERVATÓRIOS SOBRE MORADORES DE RUA

Os descritores que basicamente caracterizam cada registro são elementos que devem permitir recuperação de registros específicos (em busca avançada) ou grupos de registros (mesmo assunto, mesmo autor ou suas combinações). As normas para entrada devem ser estabelecidas pelo Observatório.

8.1 Classes de descritores dos registros

Para descrever os registros do observatório foram consideradas 6 classes, conforme o quadro abaixo:

Quadro 7 - Classes escolhidas como descritores dos registros sobre moradores de rua

Classe de descritores	Conceituação	Subclasses escolhidas
Título	Tomando por base os FRBR, por título entende-se os nomes atribuídos a obras, no nosso caso aos registros, sejam músicas, textos, obras de arte etc. (BEKIARI et al, 2015, p. 161)	
Responsabilidade	Compreende tanto indivíduos como grupos que tenham alguma ação que permita considerá-los responsáveis por algum aspecto do registro, como é o caso de autores de cartas, protagonistas de filmes, editoras, instituições. (BEKIARI et al, 2015, p. 162)	Autor Protagonista Instituição Veículo
Forma de Registro	Qualquer meio que permite a persistência de uma informação no tempo.	Estão apresentadas em detalhe em seção específica.
Gênero Textual	São formas comunicativas que exercem uma função e apresentam algum padrão que permite reconhece-los.	Estão apresentados em detalhe em seção específica.
Assunto	Do que trata o registro.	Estão apresentados em detalhe em seção específica.
Tempo	Compreende formas de nomeação ou codificação como períodos históricos, datas, ano, eras, ou seja, para quaisquer extensões de tempo (BEKIARI et al, 2015, p. 165). No caso desta pesquisa limitamos a data, que permite a recuperação também por ano.	Data da postagem Data do registro

Fonte: o autor

8.2 Organização dos registros por gêneros textuais e forma de registro

Para organizar os registros por gêneros textuais, associado a forma de registro foi elaborado o quadro abaixo, considerando gêneros e formas mais frequentes em sites de observatórios.

Quadro 8 -Dos gêneros textuais selecionados por forma de registro

FORMA DO REGISTRO	FORMA	GRUPAMENTO DE GÊNEROS POR SEMELHANÇAS	GÊNEROS TEXTUAIS	TIPOS	
TEXTO	Texto livre	<i>Relatos</i>	<i>Relatos de fatos</i>	Pessoais De grupos	
			<i>Relatos de vida</i>	Biográficos Temáticos	
		<i>Ponto de vista</i>	<i>Entrevistas</i>	Individuais Coletivas	
			<i>Carta</i>	Relatos de fatos Pontos de vista	
			<i>Palestras</i>	Palestra, Seminários Conferências	
		Projetos e relatórios	<i>Ciência e ações</i>	<i>Resultados de pesquisa</i>	Teses e Dissertações Artigos científicos Resumos Livros científicos
	<i>Projetos</i>				Projetos
	Jornais	<i>Jornais, livros e revistas</i>	<i>Textos jornalístico</i>	Notícia Editorial	
	Revistas		<i>Entrevistas</i>	Individuais Coletivas	
	Livros		<i>Artigos de revista</i>	Artigos de revista	
			<i>Relatos ficcionais</i>	Contos Lendas Novelas Romances Dramas	
	Legislação	<i>Legislação</i>	<i>Textos legais</i>	Poemas	
	IMAGEM FIXA	Fotografia	<i>Fotos e imagens</i>	<i>Fotos</i>	Fotos
		Pintura		<i>Pinturas</i>	Quadros
Desenho		<i>Desenhos</i>		Charge e Tirinhas	

				Revista em quadrinhos
		Dados e logos	<i>Apresentações gráfico-numéricas</i>	Gráficos Esquemas Mapas Tabelas
			<i>Símbolos</i>	Logos Ícones
IMAGEM EM MOVIMENTO (vídeos)	Vídeos	Relatos	<i>Relatos de fatos</i>	Pessoal De grupo
			<i>Relatos de vida</i>	Biográficos Documentários
			<i>Entrevistas</i>	Individuais Coletivas
		Ciência e ações	<i>Resultados de pesquisa:</i>	Relatos de pesquisa
			<i>Palestras</i>	Exposições (aulas) Seminários Conferências
		Ficção	<i>Poesia</i>	Poemas
	<i>Relatos ficcionais</i>		Contos Lendas Novelas Romances Dramas	
	Animações	Animações	<i>Relatos de fatos</i>	Biográficos Documentários
			<i>Relatos ficcionais</i>	Contos Lendas Novelas Romances Dramas
	ÁUDIO	Narrações e conversas	Relatos	<i>Relatos de fatos</i>
<i>Relatos ficcionais</i>				Contos Lendas Novelas Romances Dramas
<i>Relatos de vida</i>				Biográficos Temáticos
<i>Poesia</i>				Poemas
Ponto de vista			<i>Entrevistas</i>	Individuais Coletivas
			<i>Debates</i>	Debates
Apresentações		Ciência e ações	<i>Palestras</i>	Palestra Seminários Conferências
		Música	Música	

Fonte: o autor

Obs: O termo imagem fixa não é intuitivo, em geral utiliza-se apenas o termo imagem para imagens fixas. O termo imagem em movimento também não é intuitivo, sendo mais claro utilizar vídeos. Os vídeos, por seu turno se dividem em vídeos e animações. A repetição do mesmo termo no gênero e espécie, embora não obedeça a lógica, é mais intuitiva.

As formas de **registros por gêneros textuais** e **gêneros textuais por forma de registros** são caminhos para recuperar os documentos em duas vias em alguns casos. Tanto,

por exemplo num dado momento o usuário ao pesquisar **relatos** (que é um gênero textual) poderá ter como uma das opções relatos em **áudio** (que é uma forma de registro). Por outra via, se o um usuário ao pesquisar **vídeos** (que é uma forma de registro) terá como uma das opções **relatos** (que é um gênero textual).

Tal flexibilidade pretende trazer ao usuário alguma especificidade na recuperação de registros. Vale lembrar que o observatório poderá mediar documentos de diversas formas e gêneros, podendo elaborar em sua etiquetagem para busca nas duas vias. A seguir estas organizações estão apresentadas nos seus grandes grupos:

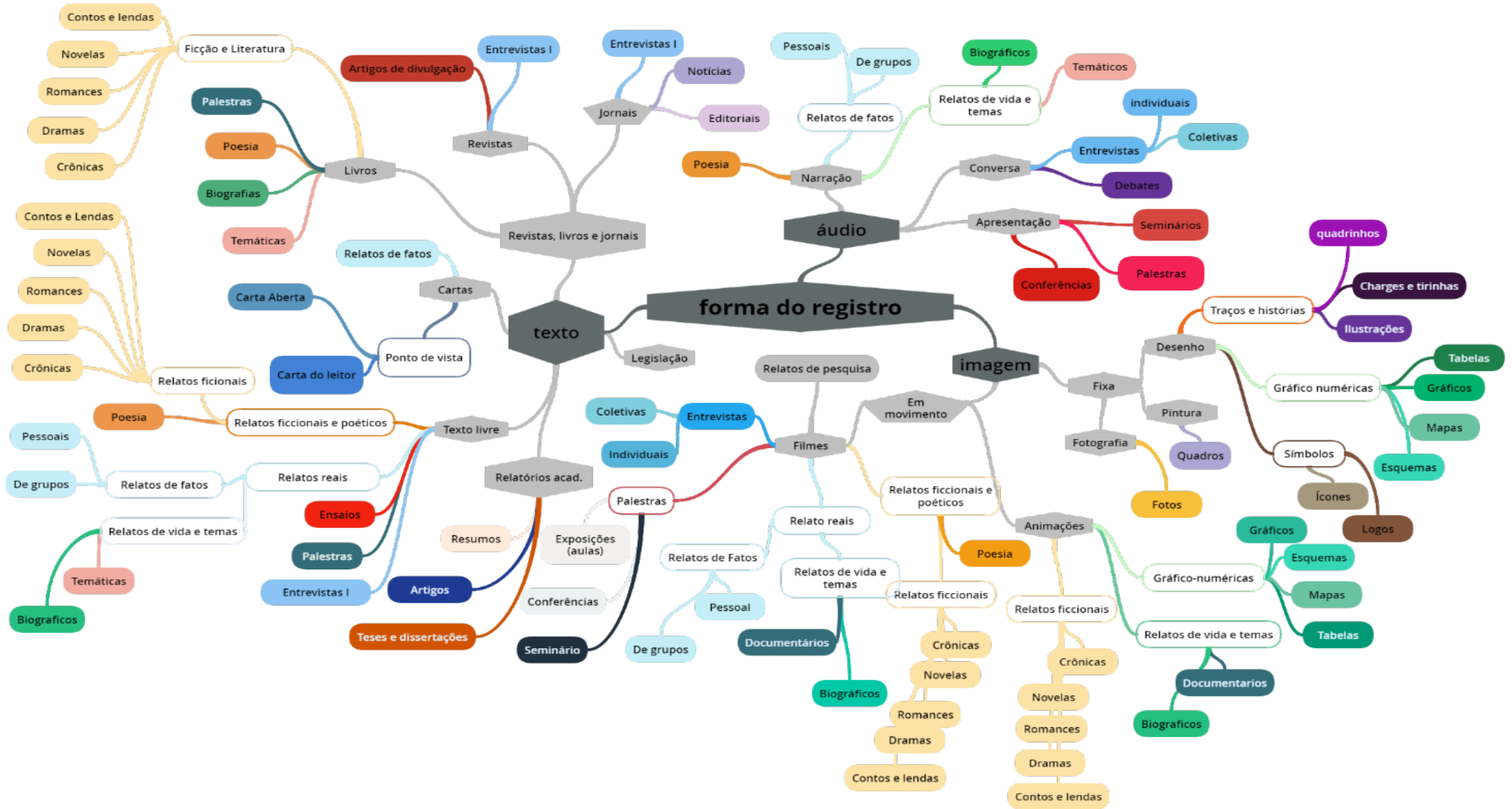
Quadro 9 – Formas de registros e gêneros textuais em *websites*

FORMAS DE REGISTRO POR GRANDES CATEGORIAS PARA GÊNEROS TEXTUAIS	GÊNEROS TEXTUAIS POR FORMA DE REGISTRO
<p>RELATOS <i>Texto</i> (relatos de fatos, relatos de vida) <i>Vídeos</i> (relatos de fatos, relatos de vida, entrevistas) <i>Áudio</i> (relatos de fatos, relatos ficcionais, relatos de vida, poesia)</p> <p>PONTO DE VISTA <i>Texto</i> (entrevistas, cartas, palestras) <i>Áudio</i> (entrevistas, debates)</p> <p>CIÊNCIA E AÇÕES <i>Texto</i> (resultados de pesquisa) <i>Vídeos</i> (resultados de pesquisa, palestras) <i>Áudio</i> (palestras)</p> <p>JORNAIS, LIVROS E REVISTAS <i>Texto</i> (texto jornalístico, entrevistas, artigos de revista, poesias)</p> <p>FICÇÃO <i>Texto</i> (relatos ficcionais)</p> <p>LEGISLAÇÃO <i>Texto</i> (textos legais)</p> <p>FOTOS E IMAGENS <i>Imagens</i> (fotos, pinturas, desenhos)</p> <p>DADOS E LOGOS <i>Imagens</i> (apresentações gráfico-numéricas, símbolos)</p> <p>ANIMAÇÕES <i>Vídeos</i> (relatos de fatos, relatos ficcionais)</p> <p>MÚSICA <i>Áudio</i> (música)</p>	<p>TEXTO <i>Relatos</i> (relatos de fatos, relatos de vida) <i>Ponto de vista</i> (entrevistas, cartas, palestras) <i>Ciência e ações</i> (resultados de pesquisa) <i>Jornais, livros e revistas</i> (texto jornalístico, entrevistas, artigos de revista, poesias) <i>Ficção</i> (relatos ficcionais) Legislação (textos legais)</p> <p>VÍDEOS <i>Relatos</i> (relatos de fatos, relatos de vida, entrevistas) <i>Ciência e ações</i> (resultados de pesquisa, palestras) <i>Animações</i> (relatos de fatos, relatos ficcionais)</p> <p>IMAGENS <i>Fotos e imagens</i> (fotos, pinturas, desenhos) <i>Dados e logos</i> (apresentações gráfico-numéricas, símbolos)</p> <p>ÁUDIO <i>Relatos</i> (relatos de fatos, relatos ficcionais, relatos de vida, poesia) <i>Ponto de vista</i> (entrevistas, debates) <i>Ciência e ações</i> (palestras) <i>Música</i> (música)</p>

Fonte: o autor

A figura a seguir apenas ilustra a relação entre as formas de registro, apresentadas em cinza e os gêneros textuais que podem comportar, em cores. Os gêneros textuais que se repetem por forma de registro estão apresentados na mesma cor. Os termos sem cor foram utilizados apenas como modo de organização desta relação.

Figura 4 - Mapa de gêneros textuais (discursivos) por forma de registro



8.3 Organização de assuntos no domínio de moradores de ruas

Finalmente, o principal descritor dos registros é o assunto de que trata. Os termos identificados, conforme método já descrito, foram sumarizados pela identificação de sinônimos ou quase sinônimos, variações de gênero e grau, e estão listados em ordem alfabética no **Apêndice D**. No caso de drogas e vício, embora trate-se de objeto e uso do objeto, optou-se por reuni-los porque neste domínio as drogas estão quase sempre associadas ao vício e não a outras ações como o tráfico.

Para a organização taxonômica dos termos que identificam assuntos e temáticas sobre moradores de rua, consideraram-se as respostas ao questionário aplicado ao grupo de especialistas **Apêndice C**, identificando-se os grandes temas de maior frequência (os de menor frequência foram incluídos nas categorias identificadas). Num segundo momento, reduziu-se o número de categorias principais, visando os sistemas de etiquetagem para buscas em um sítio de observatório. Com isso reuniram-se algumas grandes categorias como **DIREITO** e **DISCRIMINAÇÃO**. Observe-se que direito e discriminação não são sinônimos, mas um tipo de relação, ação /resultante da ação. Do mesmo modo reuniram-se **POLÍTICAS, AGENTES E AÇÕES SOCIAIS**, que também são associados, já que políticas e ações sociais são ensejadas por agentes.

O quadro a seguir apresenta as sete categorias principais e até quatro níveis de hierarquia. O quadro completo (incluindo os sinônimos, quase sinônimos, variações de número e grau e algumas variações de gênero) encontra-se no **Apêndice E**.

Quadro 10 – Organização do vocabulário sobre moradores de rua por categorias

CATEGORIA	NÍVEL 1	NÍVEL 2	NÍVEL 3	NÍVEL 4	
MORADORES DE RUA	Mulheres em situação de rua				
	Crianças em situação de rua				
	Homens em situação de rua				
	Famílias em situação de rua				
	Idosos em situação de rua				
DIREITOS E DISCRIMINAÇÃO	Direitos	Segurança	Violência (opressão; tortura; agressão)	Violência policial	
				Violência de agentes públicos	
				Violência entre moradores de rua	
				Violência de civis	
			Violação de direitos	Remoção	
	Recolhimento de pertences				
	Discriminação (preconceito)	Cidadania			Internação involuntária
					Política higienista
					Criminalização
					Estigmatização
Exclusão social					
Invisibilidade social					
SAÚDE	Doenças (doença; adoecimento; males)	Depressão			
		Transtornos mentais			
		Infestações	Piolho		
			Percevejo		
			Carrapatos		
			Sarna		
		Hipertensão			
		Hanseníase			
		Tuberculose			
		Diabetes			
	DSTs				
	Vícios	Maconha			
Crack					

	Obs: optou-se por reunir ao vício o usuário e a droga.	Cocaína			
		Alcoolismo			
		Usuário de Cola			
	Sexualidade		Identidade de gênero		
			Prostituição		
			Gravidez		
			Relações sexuais		
RELAÇÕES AFETIVAS (vínculos afetivos; afetividade)	Relações com agentes sociais				
	Relações com animais				
	Relações familiares				
	Relações entre moradores de rua				
EMPREGO	Desemprego				
	Trabalho precário	Catadores	Catador de latas		
		Flanelinhas	Catador de papel		
ESPAÇOS COLETIVOS E PÚBLICOS	Instituições públicas	Bibliotecas			
		Hospitais			
		Abrigos			
		Refeitórios			
		Defensoria pública			
	Espaços urbanos	Ruas			
		Praças			
		Viadutos			
		Marquises			
		Crackolândia			
POLÍTICAS, AGENTES E AÇÕES SOCIAIS	Agentes sociais	Voluntariado	Voluntários		
			Ongs		
			Igrejas		
			Centros		
			Associações civis		
			Empresas		

		Agentes públicos	Assistente social			
			Agentes de saúde			
			Procuradores públicos			
			Defensores públicos			
	Ações sociais	Ações socioculturais		Ensino de artesanato		
				Leitura		
				Formação de corais		
		Ações socioassistenciais			Documentos	
					Encaminhamento rede de assistência	
					Reinserção familiar	
					Reinserção social	
					Distribuição de comida	
		Ações socioeducativas			Distribuição de roupas	
					Capacitação	
		Ações de saúde e higiene		Consultório na rua	Escolarização	
					Gerontologia social	
					Odontologia	
				Higiene e beleza	Pré-natal	
					Diagnósticos	
					Corte de cabelo	
	Políticas públicas			Banho		
Manicure						
Barba						
Políticas de saúde						
Políticas de assistência social						
Políticas de habitação						
Políticas de trabalho						
Políticas de conscientização						

9 CONCLUSÕES

O objetivo deste trabalho foi propor um modelo básico para organização da informação em um observatório social, tendo como foco os que têm por temática moradores de rua. Observatórios sociais, como instrumentos de vigilância, ação sobre problemas identificados pela sociedade e demandas por políticas públicas, também são unidades de informação, mas carecem, em geral, de meios e instrumento que possibilitem a organização de suas informações. Uma mais adequada organização para recuperação da informação nestes observatórios deve facilitar o fluxo de informações entre pesquisadores e sociedade civil, facilitar a reunião de informações para pesquisa, recuperar dados e informações para demanda de políticas públicas e identificação de ações necessárias, além de melhorar as consultas de seus usuários. Há um claro interesse, especialmente da sociedade civil, em denunciar abusos, inobservância de direitos, violência, dentre outros, contra os moradores de rua nestes observatórios. Há interesse da pesquisa acadêmica na temática, onde se observou variedade de transformações nos termos utilizados para designar estas pessoas. Recentemente o uso do termo “em situação de rua” é predominante, resultado de reflexões sobre sentidos e significados que estão embutidos ao se nomear estes cidadãos. Uma variedade de pessoas com histórias e práticas diversas estão em situação de rua.

Para entender as questões de sociabilidade entre a população urbana e os moradores de rua, recorreu-se aos trabalhos de Michel Foucault que abordam o desenvolvimento do que chama de uma biopolítica na relação entre o Estado e a população. Esta perspectiva permitiu identificar a existência de propostas e políticas chamadas de higienistas, calcadas na noção de biopolítica. Remoções pelo poder público e meios de moradores e comerciantes para afastar estas pessoas de suas portas supõem saúde, limpeza e estética não como direito da população de rua, mas como direito da sociedade civil, obstruída pela presença de moradores de rua.

Também se recorreu ao conceito de *homo sacer* de Giorgio Agamben, que parte do diálogo com a biopolítica de Foucault. O filósofo aponta que o estabelecimento do ordenamento jurídico moderno já sempre incluir alguns como excluídos de direitos. Para tratar destes incluídos na modalidade de excluídos, Agamben lança mão de uma figura do direito romano chamada *homo sacer*, que poderia ser morto por qualquer um sem que isto significasse crime (homicídio). Trabalhando com os incluídos como excluídos judeus dos campos de concentração, avança para os dias atuais, indicando a mesma prática na

periferia de grandes metrópoles. Seu extermínio alternativamente a ser visto como um crime, é entendido como purificação da sociedade, eliminando-se doenças e insuficiências.

Deste modo, os observatórios sociais, ao tratarem dos moradores de rua, apresentam resistência a este entendimento discriminatório e são meios de conscientização sobre a ausência de direitos de cidadãos brasileiros, mas carecem, como um novo tipo de unidade de informação, de instrumentos de informação para organização de seus registros.

O uso do termo registro indica, nesta pesquisa, que parte da variedade informativa que pode estar disponível em um Observatório social não está caracterizada como documento. Isto implica em desafios ao estabelecimento de critérios de validade e aceitabilidade destes registros, já que sua construção não obedece a critérios de verificação estabelecidos na ciência, nas organizações e instituições. Considera ser necessário pesquisas para pensar critérios de validade e credibilidade de fontes de informação em Observatórios

As diretrizes da Arquitetura da Informação para organização de informações em sítios e a Taxonomia foram os fundamentos utilizados para construção de um modelo básico para descrição dos registros para o observatório. A Arquitetura da Informação indica a necessidade de organização dos registros, ao mesmo tempo que deve primar por meios que permitam na exposição de etiquetagem simplicidade e opções intuitivas.

A partir dos descritores básicos para os registros: tipo, responsabilidade, forma de registro, gênero textual (alternativo a documento), assunto e tempo, foram desenvolvidas bases para descrição dos gêneros textuais, forma de registro e assunto.

Considerou-se relevante em um sítio opções de busca por forma de registro (texto, imagem, áudio), assim como a apresentação por tipo de registro. Para caracterizar os tipos de registro, considerando que nem todos são documentos, utilizou-se o conceito de gêneros textuais (discursivos) abordados pela Linguística. Assim, cartas, projetos, cardápios, lista de compras, abaixo-assinados, por exemplo, são gêneros textuais. Identificáveis, mas não tendo um único traço em comum, por semelhanças de famílias. Isto permitiu que seu grupamento em classes seguisse critérios diversos, primando-se pelas identificações mais intuitivas.

Para descrever a forma de registro partiu-se de quatro formas básicas: texto, vídeos (opção para imagem em movimento); imagem (opção para imagem fixa) e áudio.

As formas de registro e os gêneros textuais foram relacionados e apresentados num quadro de resumo.

Para construir a base da taxonomia para o domínio, pensando-se no diálogo entre pesquisadores e sociedade civil e nas ações ensejada por esta última em Observatórios sociais, foram mapeados termos livres em teses e dissertações do Catálogo da CAPES de 1996 a 2015, em sítios oficiais e em entrevistas com cinco pessoas, tanto voluntários quanto profissionais de instituições que prestam assistência à população de rua.

A organização das grandes classes da taxonomia teve em conta as respostas ao questionário aplicado ao grupo de especialistas para identificar os grandes temas e temas de maior frequência. Num segundo momento, reduziu-se o número de categorias principais, visando os sistemas de etiquetagem para buscas em um sítio de observatório. As grandes classes incluem os próprios moradores de rua e seus seguintes aspectos: Direito e discriminação; Saúde; Relações afetivas; Espaços coletivos e públicos; Políticas, agentes e ações sociais.

Considera-se interessante que relações não hierárquicas possam ser incluídas na taxonomia, como atribuição, causa/efeito, ação/resultado da ação. Infelizmente não foi possível incluí-las nesta pesquisa.

No caso de adoção das bases de instrumentos aqui propostos por Observatórios sociais de moradores de rua, recomenda-se o estabelecimento de políticas para desenvolvimento (inclusão) dos gêneros textuais, que estão sempre sendo criados, e de termos (assuntos). Também será necessário estabelecer critérios de normalização de entrada de dados.

Este estudo constituiu uma tentativa de contribuir na reunião e organização de informações sobre moradores de rua em Observatórios sociais. Espera-se estimular o maior reconhecimento e aumentar a visibilidade de moradores de rua e de seus direitos.

Dada a importância dos Observatórios sociais considera-se que o campo da Biblioteconomia pode estender seus esforços e conhecimentos já consolidados no desenvolvimento destas unidades de informação.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua** 1. 2 ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. (Humanitas).

ALBORNOZ, Luís A.; HERSCHMANN, Micael. **Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajetória**. E-Compós, v.7, p. 1-20, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/102/101>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

ALMEIDA, Delano. Augusto Corrêa de. Morador de rua: da questão social para a questão midiática. **Puçá: Revista de Comunicação e Cultura na Amazônia**. Belém, v.1, n.1. p. 77-102, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/puca/article/view/95/92>> Acesso em: 14 dez. 2016.

ALVARES, Lilian (Org.). **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo, B4 Ed., 2012.

ANTUNES, Adelaide M.de S.; MANGUEIRA, Ana Carolina S. A importância do observatório de atividades industriais vis-à-vis às tendências em ciência, tecnologia e inovação. **Química Nova**, v. 8, suplemento, p. S112-S118, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v28s0/26787.pdf>>. Acesso em 24 nov. 2017.

ARAÚJO, Nelma Camêlo; FACHIN, Juliana. Evolução das fontes de informação. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 29, n.1, 2015. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/5463>>. Acesso em: 30 ago.2017.

ASSIS, Wilson Martins. Fontes de informação para o setor siderúrgico. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 2, p. 92-105, ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652007000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 set. 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652007000200010>

BAZZANELLA, Sandro Luiz; SILVA, Silvano Silvero da. As manifestações biopolíticas na conformação dos espaços citadinos do Planalto Norte Catarinense e suas implicações em relação ao Desenvolvimento Regional. **Revista Grifos**, v. 25, n. 40, p. 11-42, 2016. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/3355>>. Acesso em: 14 jun. 2017.

BEUTTENMULLER, Gustavo. **Observatórios locais de políticas públicas no Brasil: seu papel na produção, disseminação e transparência das informações**. 2007. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo)- Escola de Administração de Empresas de São Paulo - Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2434>> Acesso em: 26 ago. 2017.

BEKIARI, Chyssoula et al (Ed.). **FRBR object-oriented definition and mapping from FRBRer, FRAD and FRSAD** (version 2.1). s.l: International Working Grupo on FRBR and CIDOC CRM harmonization, 2015.

BRAGA, José Luiz. A política dos internautas é produzir circuitos. In: _____ ALEXIUS, Atila; SILVA, Liz Carniel da; MAIA, Marilene (Org.). **Observatórios, Metodologias e Impactos: referências, memórias e projeções**. São Leopoldo: Unisinos, 2015.p.7-21Disponível em:< disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/areas/trabalho/observa-sinos/529602-rede-de-observatorios>>Acesso em: 11 nov.2018

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. **Banco de Teses e Dissertações**. Brasília, 2017. Disponível em: <[http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/> Acesso em: 14 fev. 2017.](http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/)

BRAZ, Paula Bessa. Observatório - modo de conhecer. In: OBSERVATÓRIOS, METODOLOGIAS E IMPACTOS: DADOS DE PARTICIPAÇÃO, 5., 2015, Fortaleza, **Anais...**Fortaleza: Unisinos, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unisinos.br/ihu/v-seminario-observatorios/19-braz-observatorio-conhecer.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

BRITO, Fausto Alves de; PINHO, Breno Aloísio T. Duarte de. **A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012. (Texto para discussão, 464). Disponível em: <<http://cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20464.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

CAMARGO, Liriane Soares de Araújo de. Metodologia de desenvolvimento de ambientes informacionais digitais a partir dos princípios da arquitetura da informação. 2010.Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103357>>. Aceso em: 14 set. 2017

CAMPELLO, Bernadete Santos. Organizações como fonte de informação. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Org.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000, p.35 - 48.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Taxonomia e classificação: a categorização como princípio. 8, 2007, Salvador. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB) 8., 2007. Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador,2007. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--101.pdf>> Acesso em: 02 jan. 2019.

CAPOBIANCO, Maria Ligia et al. Construção do Observatório USP CONTECSI: Análise da dinâmica científica e impacto nacional e internacional de um congresso acadêmico.**Prisma.com: Revista de Ciências e Tecnologia de Informação e Comunicação**, n. 20, 2013. Disponível em: <<http://pentaho.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/1928>>. Acesso em: 31 jul.2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2013.

CICON, Claudia Regina; LUNARDELLI, Rosane S. A. A organização da informação em ambiente web: um estudo do portal do PROCON- PR. **Inf. Prof.**, Londrina, v.1, n. 1/2, p.

132-151, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/infoprof/>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

CONFORTO, E. C.; AMARAL, D. C.; SILVA, S. L. D. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO (CBGDP) 8., 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2011, p.1-12. Disponível em: <<file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/Conforto+roteiro+para+revis%C3%A3o+bibliogr%C3%A1fica+sistem%C3%A1tica.pdf>> Acesso em: 04 set. 2017.

CORRÊA, Dominique de Lira Vieira. **A interpretação semântica de textos científicos em português na perspectiva da Ciência da Informação**: procedimentos e aplicação à área de Ciências Agrárias. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/17620>> Acesso em: 31 jul. 2017.

COSTA, Daniel de Lucca Reis. **A rua em movimento - experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua**. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-20122007-140625/pt-br.php>> Acesso em: 11 set. 2017.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**: por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. Tradução Bernadette Siqueira Abrão. São Paulo: Futura, 1998.

DIÓGENES, Francisco Bruno Pereira. Racismo de estado e tanatopolítica: sobre o paradoxo do Nazismo em Michel Foucault e Giorgio Agamben. **Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea, Brasília**, n.2, ano 1, 2013.

FONTANAILLES, Gilvan. **Crescimento da população mundial**. Blogspot Geografalando, Post de 13 de fevereiro de 2013. Disponível em: <<http://geografalando.blogspot.com.br/2013/02/crescimento-da-populacao-mundial.html>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

EMBRAPA, Agropensa. Observatórios de estudos e tendências 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/agropensa/observatorio>> Acesso em: 05 mar. 2018

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo Martins Fontes: 2008b. (Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade**: o governo de si e dos outros II. Curso no Collège de France, 1983-1984. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. (Obras de Michel Foucault)

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. (Ditos e escritos IV).

GARCEZ GHIRARDI, Maria Isabel et al. Vida em la calle y ida en la calle y cooperativismo: transitando por la producción de valores. São Paulo. **Interface Comunicação e Saúde** 2005, vol.9, n.18, pp.601-610.

GIBSON, Campbell. **Population of the 100 largest cities and other urban places in the United States: 1790 to 1990**. Washington, D.C.: U.S. Census Bureau/ Population Division, June 1998. (Population Division Working Paper n. 27). Disponível em: <<http://www.census.gov/population/www/documentation/twps0027/twps0027.html>>. Acesso em: 22 de jan. de 2017.

GOMES, Cilene; RESCHILIAN, Paulo Romano; VIANNA, Paulo Vilhena Carnevale. Observatório do Vale do Paraíba e Litoral Norte (SP): lugar social e construção coletiva. In: SEMINÁRIO OBSERVATÓRIOS DEMOCRACIA POLITICAS PUBLICAS E INFORMAÇÃO, 6., 2015, São Leopoldo. **Anais...** São Leopoldo: Universidade do Vale dos Sinos, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unisinos.br/ihu/v-seminario-observatorios/16-gomes-reschilian-observatorio-valedoparaiba.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

GONZÁLEZ, José Antonio Moreiro. **Linguagens documentárias e vocabulários semânticos para web: elementos conceituais**. Salvador: EDUFBA, 2011

CONFORTO, E. C.; AMARAL, D. C.; SILVA, S. L. D. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO (CBGDP) 8., 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2011, p.1-12. Disponível em: <<file:///C:/Users/USUARIO/Downloads/Conforto+roteiro+para+revis%C3%A3o+bibliogr%C3%A1fica+sistem%C3%A1tica.pdf>> Acesso em: 04 set. 2017.

FARIAS, Sandra A. L. S. O conceito de gênero textual e gênero discursivo. In: FARIAS, Sandra A. L. S. **Gêneros textuais em livros didáticos: uma análise de duas coleções do ensino médio**. Dissertação (Mestrado em Letras)- Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura/ UFBA, Salvador, 2013. Disponível em: <http://www.lem.seed.pr.gov.br/arquivos/File/sugestoes_leitura/sandrafarias.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Comentários ao artigo 'hacia um nuevo paradigma em bibliotecologia'. **Transinformação**, v.8, n. 3, set./dez. 1996. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1600>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975/1013>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. As relações entre ciência, estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, v. 32, n. 1, p. 60-76, 2003. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/528>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

GROS, Frédéric. Situação do curso. In: FOUCAULT, Michel, **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros II**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011. (Curso no Collège de France ,1983-1984), p. 301-316.

JOHANSEN, Igor Cavallini; CARMO, Roberto Luiz do; ALVES, Luciana Correia. Desigualdade social intraurbana: implicações sobre a epidemia de dengue em Campinas, SP. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 18, n. 36, pp. 421-440, jul. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-99962016000200421&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2017.

JOSÉ, Caio Jesus Gadruque. De acusados de vadiagem a condenados à liberdade: Breve narrativa do Estado de exceção vivido pela população em situação de rua em Franca/SP. **Rev. EMERJ**, v. 18, n. 67, p. 291 - 305, jan./ fev. 2015. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista67/revista67_291.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2017.

KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo; KARRUZ, Ana Paula; KARRUZ, Silvia Maria. Sistemas locais de informação e a gestão pública da qualidade de vida nas cidades. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, v.1, n. 18, p.115 -132, jan./ jun. 2002. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/148>>. Acesso em: 13 ago.2017.

MACHADO, Ricardo. Tornar visível o invisível. O papel dos observatórios na luta dos movimentos sociais,. Entrevista com Noemi Krefta. In: ALEXIUS, Átila, SILVA, Liz Carniel da; MAIA, Marilene. **Observatórios, metodologias e impactos**. São Leopoldo: Unisinos, 2015, p. 45-49. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/images/outras/Publicacoes/Anexos/caderno_observatorios.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: _____ **Gêneros textuais: constituição e práticas sócio-discursivas**. São Paulo: Cortez (no prelo). Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/133018/mod_resource/content/3/Art_Marcuschi_G%C3%AAneros_textuais_defini%C3%A7%C3%B5es_funcionalidade.pdf>. Acesso em: 17 out. 2018.

MATTOS, Alexandre Pereira de et al. Entre a diversidade e a sobrevivência: os fatores de resiliência para as pessoas em situação de rua. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABRAPSO, 15., 2009, Maceió. **Anais...** Maceió: ABRAPSO, 2009. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/index.php?option=com_content&task=view&id=352&Itemid=96> Acesso em: 18 jan. 2017

MILLER, Lilian Maria. Mudança tecnológica e o emprego. **Revista da ABET**, v. 2, n. 2, p.71-90, 2002. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/abet/article/viewFile/15473/8844>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

MORVILLE, Peter; ROSENFELD, Louis. **Information Architecture: for the Word Wide Web**. Sebastopol, CA: Ed. O'Reilly Média, 2006.

NEVES JUNIOR, Odilon. Sobre uma Arquitetura da Informação do Governo Brasileiro: AIGov-BR. Brasília, 2013. Tese (Doutorado em Ciência da Informação)- Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Brasília (DF) Disponível em:

<http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14522/1/2013_OdilonNevesJunior.pdf>. Acesso em: 25 set. 2017.

NUNES, José Horta. **Palavras da cidade**: sujeitos em discursividades contemporâneas. UNESP-SJRP, [São Paulo], [200-] Disponível em: <<http://dml.fflch.usp.br/sites/dml.fflch.usp.br/files/JOSE%20HORTA.pdf>>. Acesso em: 15 jan.2017.

OBSERVATÓRIO DE FAVELAS. Disponível em: <<http://of.org.br/pt>> Acesso em: 05 mar.2018.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://osbrasil.org.br/o-que-e-um-observatorio-social-os/>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

OLIVEIRA, Luma Cristina Ferreira de; FREITAS, Carla Conti de. A atuação de observatórios como ferramentas para a gestão do conhecimento em educação e formação para professores. Universidade Estadual de Goiânia. In: ENCONTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA ESTRANGEIRA (ENFOPLE), 12., 2016, Inhumas, (GO). Anais ... Goiás: UEG, 2016, p. 227-230. Disponível em: <<http://www.anais.ueg.br/index.php/enfople/article/view/8368> > Acesso em: 23 jul. 2017.

PEREIRA, Viviane Souza. Expressões da questão social no Brasil e população de rua: notas para uma reflexão. **Libertas**: Revista da Faculdade de Serviço Social- Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Juiz de Fora, v.4, n.1, p. 179 - 205, jul./dez. 2009. Disponível em: < <https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/1859> >. Acesso em: 18 dez. 2016.

PEREZ, Lisandra Guerrero; NASSIF, Mônica Erichsen. Fatores de influência na avaliação dos observatórios sociais do Brasil entendidos como sistema de vigilância informacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., (ENANCIB), 2016., Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2016. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/schedConf/presentations?track=124> >Acesso em: 29 ago.2017.

PORTO, Túlio César de Araújo. Uma Abordagem Exploratória de Análise de Dependabilidade no Contexto do Observatório da Web. Brasília, 2013. Monografia (Graduação em Computação)- Instituto de Ciências Exatas Departamento de Ciência da Computação - Universidade de Brasília, 2013. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/6565> >. Acesso em: 27 set. 2017.

PRATES, Cruz Jane; PRATES, Flavio Cruz; MACHADO, Simone. População em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciada por esse segmento. **Temporalis**, Brasília, v. 11, n.22, p.191-215, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1387>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

PRONI, Marcelo Weishouph. Teorias do desemprego: debates contemporâneos. **Pesquisa & Debate**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, São Paulo, v. 27, n. 1(49), p.63-90, mar. 2016. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/23333/19256>>. Acesso em: 23 jan. 2017.

REBOUÇAS, Edgard; CUNHA, Patrícia. Observatórios de mídia como instrumentos para (da) democracia. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 4, n. 4, out. 2010. ISSN 1981-6278. Disponível em: <<https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/650>>. Acesso em: 06 set. 2017.

REFETTORIO GASTROMOTIVA Comida. Cultura. Dignidade. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://www.refettoriogastromotiva.org/>> Acesso em: 23 out. 2017.

ROBAINA, Igor Martins Medeiros. **Entre mobilidades e permanências**: uma análise das especialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.geografia.ufrj.br/pos-graduacao/publicacoes-ppgg/>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

RODRIGUES, Igor de Souza. **A construção social do morador de rua**: o controle simbólico da identidade. Juiz de Fora, 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/xmlui/handle/ufjf/2199?locale-attribute=pt_BR>. Acesso em: 17 fev. 2017.

RUIZ, Castor. O estado de exceção como paradigma de governo. **IHU on-line**, n. 373, p. 30-41, set. 2011. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao373.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2018.

SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA. **Relatório da distribuição pessoal da renda e da riqueza da população brasileira**: dados do IRPF 2015/2016. Brasília: Ministério da Fazenda/ Secretaria de Política Econômica, 2016. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/transparencia-fiscal/distribuicao-renda-e-riqueza/relatorio-distribuicao-da-renda-2016-05-09.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERRANO, Cesar Eduardo Gamboa. **Homem de rua, home doente**: a população de rua nos discursos do acolhimento institucional público. 2013. Tese (Doutorado em Psicologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo. 2013. Disponível em: <<http://bdtd.ibict.br/vufind/Author/Home?author=Cesar+Eduardo+Gamboa+Serrano>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho. et al. Racismo de Estado e tanatopolítica: reflexões sobre os jovens e a lei. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 28, n. 1, p. 84-93, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicoshumanas.uff.br/Fractal/article/view/1139/1271>>. Acesso em: 28 maio 2018.

SILVA, Claudia Lúcia da. **Estudos sobre população adulta em situação de rua**: campo para uma comunidade epistêmica? 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em:

<<https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/17574/1/Claudia%20Lucia%20da%20Silva.pdf>>
Acesso em: 21 jan. 2017.

SILVA, Emília Vitória da; CASTRO, Lia Lusitana Cardozo de. A internet como forma interativa de busca de informação sobre saúde pelo paciente. A internet como forma interativa de busca de informação sobre saúde pelo paciente. **Revista Textos de la Ciber Sociedad**, v. 16, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/11667>> Acesso em: 23 out. 2017.

SILVA, Selma Cristina da. **Observatórios culturais no Brasil: genealogias práticas e contribuições ao campo cultural**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27151/tde-15022017-160014/en.php>> Acesso em: 04 ago. 2017

SILVA, et al. Observatórios de informação e conhecimento: discutindo bases conceituais e perspectivas de efetividade. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 9, 2013, Rio de Janeiro, RJ, p.15. Disponível em:
<<http://www.inovarse.org/node/69>> Acesso em: 05 mar. 2018.

TELLES. Vera da Silva. Pobreza e cidadania. São Paulo. Editora 34.

TOMAÉL, M. I. S. et al. Avaliação de fontes de informação na internet: critérios de qualidade. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 11, n. 2, p. 13-35, 2001. Disponível em:
<<http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/1061>>. Acesso em: 01 Set. 2017.

TRZECIAK, Dorzeli Salete. **Modelo de observatório para arranjos produtivos locais**. 2009. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/92679>>. Acesso em: 01 ago. 2017.

SANCHES, Silviane Aparecida Sanches; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório . Arquitetura da informação em web sites. In: XII SIICUSP - SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA USP, 2004, São Paulo. XII SIICUSP.

TAVARES, Derek. Escrita de si: uma ilusão autobiográfica. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS FOUCAULTIANOS: governamentalidade e segurança, 1., João Pessoa, 2014. **Anais eletrônicos ... João Pessoa: UFPB**, 2014. Disponível em:
<<http://www.cchla.ufpb.br/ocs-2.3.6/index.php/estudosfoucaultianos/estudosfoucaultianos/paper/view/64/71>> . Acesso em: 27 dez. 2016

VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregório; CAMARGO, Liriane Soares de Araújo de. **Arquitetura da Informação: uma abordagem prática para o tratamento de conteúdo e interface em ambientes informações digitais**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

VITAL, Luciane Paula; CAFÉ, Lígia. Proposta para o desenvolvimento de taxonomias em portais corporativos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 16, n. 3, p. 45-54, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v16n4/v16n4a05.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2018.

VITAL, Luciane Paula; CAFÉ, Ligia Maria Arruda. Práticas de elaboração de taxonomia: análises e recomendações. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB) 8., 2007, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA 2007. Disponível em: < <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--141.pdf> > Acesso em: 06 out. 2018.

APÊNDICE A - Termos identificados em teses e dissertações

- Levantamento de assuntos Moradores de rua – 2015

<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ Programa: SAÚDE DA FAMÍLIA Título: A ABORDAGEM DA EQUIPE DO CONSULTÓRIO NA RUA DA AP3.2 À GESTANTE USUÁRIA DE CRACK: UM CAMPO DE POSSIBILIDADES Autor: ADRIANA BONNETERRE PIMENTEL DE OLIVEIRA Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 30/10/2015</p>	<p>A População em situação de rua (PSR) sobrevive em um mundo de desumanização e estigmas, tendo a vida marcada pela violência e segregação. Tal problema se intensificou ainda mais a partir dos anos 90 com o surgimento do crack no Brasil. Entre as medidas desenvolvidas para o cuidado deste subgrupo está a criação de Consultórios de Rua nos locais de maior incidência de consumo, em municípios com mais de 100 mil habitantes. As mulheres estão especialmente vulneráveis diante dos diversos problemas vividos como a gravidez, violências e doenças sexualmente transmissíveis. Objetivo: Refletir sobre os limites e possibilidades da abordagem da Equipe do Consultório na Rua (eCR) da Área Programática (AP) 3.2 no Município do Rio de Janeiro, à gestante usuária de crack, em situação de rua. Método: O estudo foi qualitativo de base etnográfica, onde foram realizadas nove entrevistas semi estruturadas com os profissionais da eCR e feitas observações diretas durante as vinte e seis horas de permanência no campo, registradas em diário de campo. O perfil da Equipe do Consultório na Rua foi identificado, considerando seu contexto de atuação; protocolos e políticas utilizadas pela equipe na abordagem específica à gestante usuária de crack em situação de rua; e por fim, descrevendo as ações que facilitavam ou não a aproximação da eCR à gestante usuária de crack. Os sentimentos vivenciados pelos profissionais no cotidiano do trabalho junto a essa gestante. Também foram alvo de investigação. A análise dos resultados baseou-se na metodologia de Análise de Conteúdo. Resultados: A eCR tem conhecimento e utiliza as políticas públicas como norteadoras de suas ações, porém vivencia no cotidiano diversas dificuldades. Entre os problemas encontrados ressalta-se o não estabelecimento de um fluxo intersetorial de atenção a PSR e em especial a mulher gestante, a falta de comunicação e capacitação dos demais profissionais envolvidos nas linhas de cuidado do território, prejudicando sua atuação junto a gestante usuária de crack. Verificou-se ainda que apesar desta equipe ficar como a responsável pela continuidade no atendimento desta população, não conta com espaço para estabelecer uma busca ativa e propiciar um pré-natal precoce a essa gestante que, por medo de perder a guarda do bebê, dentre outros fatores de ordem psicossocial não procura o serviço de saúde. Conclusão: A principal recomendação a partir dos dados analisados seria a elaboração de uma abordagem específica para a gestante usuária de crack e moradora de rua, com a elaboração de ações que contribuam para mudanças na realidade dessas mulheres, seus bebês e suas famílias. Gestante, Moradores de rua, Atenção Básica, Cocaína crack</p>	<p>Estigmas Crack Consultórios de Rua Gestante Mulher Moradora de rua Políticas públicas Segregação Situação de rua PSR- pessoas em situação de rua Violências Vulneráveis Pré-natal Protocolos e políticas gestantes Gestante usuária de crack</p>
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE Programa: ANTROPOLOGIA SOCIAL Título: ACHAM QUE BROTAMOS DAS FONTES DESSA CIDADE?" Uma etnografia sobre o cotidiano de</p>	<p>Através da observação participante, realizada na região administrativa leste de Natal/RN – referida aqui como “região central” – esta pesquisa teve como objetivo principal compreender o cotidiano dos sujeitos em situação de rua na cidade. Como se relacionam com o espaço onde vivem? Nessa relação, quais os usos e estratégias de sobrevivência acionadas por esse segmento social? Esses foram alguns dos questionamentos que nortearam esta pesquisa, com o propósito de evidenciar as especificidades deste modo de vida e os desdobramentos possíveis que tal situação possa reverberar aos seus sujeitos. Nesse sentido, houve um esforço de acompanhar as pessoas em situação de rua, seus itinerários e apreender as narrativas. Ao longo da trajetória de pesquisa – que aconteceu de forma intermitente entre os anos de 2011 a 2015 – frequentei espaços de ocupação e trânsito desse grupo populacional no meio da rua, como também me inseri e me envolvi em eventos, fóruns, seminários, reuniões e articulações de sujeitos em situação de rua enquanto movimento político (MNPR/RN). São consideradas nesta pesquisa como pessoas em situação de rua àquelas que ocupam a rua como espaço principal de</p>	<p>Pessoas em situação de rua Rua Violência Situação de rua Estigmatizados Excluídos espaços abertos e públicos</p>

<p>sobrevivência de pessoas em situação de rua em Natal/RN. Autor: MARILIA MELO DE OLIVEIRA Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 14/09/2015</p>	<p>sobrevivência e ordenação do cotidiano: nas ruas dormem, alimentam-se, satisfazem as necessidades fisiológicas e de higiene, bem como é o local onde tiram o sustento. A rua é tomada nesta investigação no seu sentido amplo, incluindo todos os possíveis locais relativamente protegidos do frio, da chuva e da exposição à violência, portanto inclui tanto espaços abertos e públicos: como praças e parques; como também locais fechados e privados: albergues, depósitos abandonados, presídios, etc. Observou-se que em nenhum desses espaços os sujeitos em situação de rua se estabelecem de maneira fixa, ao contrário, vivenciam a itinerância, que em parte deve-se aos ordenamentos urbanos – que tende a estigmatizá-los e excluí-los dos lugares – e à própria necessidade de sobrevivência, pois ao viver no meio da rua práticas diferenciadas são acionadas, e estas divergem do modo de vida sedentário dominante. Palavras-Chave: moradores em situação de rua; cidades; cotidiano; estigma</p>	
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO Programa: ENFERMAGEM Título: Viver em situação de rua: experiência de mulheres que utilizam o albergue para pernoitar Autor: PRISCILLA RIBEIRO BISCOTTO Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 14/12/201</p>	<p>Morar na rua é um problema global tanto de nações desenvolvidas como das que estão em desenvolvimento, situação esta ancorada principalmente em centros urbanos de médio e de grande porte. Objetivo: compreender a experiência de mulheres que vivem em situação de rua e utilizam o albergue para pernoitar. Método: estudo fundamentado na fenomenologia social de Alfred Schütz, realizado com dez mulheres em situação de rua que pernoitam em um albergue de um município de Minas Gerais. Para obtenção dos depoimentos, foi utilizado um roteiro de entrevista com questões abertas: como é para você viver em situação de rua? O que faz a mulher buscar o albergue para pernoitar? Além do Albergue, a quem você recorre para ajudá-la? Quais suas expectativas, considerando que você está vivendo em situação de rua? A organização e análise foram realizadas seguindo os passos preconizados por estudiosos da fenomenologia social de Alfred Schütz. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, sob o Parecer nº 952.239, de 09 de fevereiro de 2015. Resultados: a mulher que vive em situação de rua e utiliza o albergue para pernoitar traz em sua experiência os conflitos familiares que se mostram propulsores para a sua condição. Tem como dificuldades do dia a dia nas ruas a falta de infraestrutura para higiene e descanso, a vulnerabilidade para o uso de drogas, o convívio com situações de violência, a prostituição, o sentimento de culpa e solidão. Procura ajuda de estranhos e familiares, assim como de instituições beneficentes, equipamentos governamentais e não governamentais. Aponta o albergue como principal suporte para suprir suas necessidades básicas de alimentação, higiene e repouso. Espera sair das ruas, conseguir um emprego, se livrar das drogas, da prostituição e resgatar a família, contudo se mantém na situação de rua por falta de trabalho remunerado, facilidade de ganho financeiro no tráfico de drogas e na prostituição, além da liberdade que a vida nas ruas lhe proporciona. Considerações Finais: os achados deste estudo permitem refletir que, apesar do crescimento de políticas voltadas para as questões que envolvem a população de rua, na prática, ainda se observa a necessidade de investimentos governamentais e não governamentais que possam coibir a violência urbana e melhorar as condições de vida dessa população. As vulnerabilidades identificadas a partir da experiência de viver nas ruas do grupo social estudado remetem à necessidade de a Enfermagem e demais profissionais da saúde buscarem mecanismos para prover um cuidado apoiado a estas mulheres, atuando sobre os riscos que as envolvem cotidianamente. Cabem intervenções interdisciplinares na mediação e/ou criação de estratégias que vão ao encontro das expectativas levantadas neste estudo, viabilizando perspectivas não vislumbradas no presente vivido e que sustentam a decisão das mulheres por manterem-se em situação de rua. Palavras-Chave: Moradores de rua; Vulnerabilidade; Exclusão social; Abrigo; Pesquisa Qualitativa; Enfermagem</p>	<p>Drogas Família Mulheres População de rua Prostituição Situação de rua Violência urbana Vulnerabilidade ; Abrigo; investimentos governamentais mecanismos para prover um cuidado</p>
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA</p>	<p>Esta pesquisa tem como objetivo relatar as experiências vividas por moradores de rua. O estudo foi desenvolvido dentro de uma abordagem qualitativa, tendo sido entrevistadas seis pessoas que vivem ou já viveram na rua das cidades de Rio Branco, Acre, e Porto Velho, Rondônia. Foram contatadas por intermédio de unidades da rede de atenção a moradores de</p>	<p>Baixa escolaridade Estigma Desemprego</p>

<p>Programa: PSICOLOGIA Título: Sentidos subjetivos: história e trajetória de moradores de rua Autor: REGIS ALBUQUERQUE HENRIQUE Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 15/07/2015</p>	<p>rua ou na própria rua. Pretendeu-se captar, em seus relatos, os motivos que os levaram a viver na rua e/ou permanecerem em tal situação, bem como estratégias de adaptação utilizadas. Foram destacadas, em suas falas, a fragilidade dos vínculos familiares e a não convivência familiar ou comunitária, violência e rupturas como um dos principais motivos para ocupação das ruas. Outro motivo apontado diz respeito ao uso precoce e problemático de substâncias psicoativas. Observa-se, ainda, que essas questões somadas ao desemprego e a baixa escolaridade constituem-se como fatores que reforçam a permanência dos mesmos na situação de rua. Enfatizaram, também, o estigma social que sofrem por parte da sociedade em geral, que os rotulam como vagabundos/perigosos e sem possibilidade de saírem de tal condição. Palavras-Chave: Moradores de rua. História oral. Experiências de vida.</p>	<p>Fragilidade Moradores de rua Perigosos Rua Situação de rua Vagabundos Rede de atenção a moradores de rua Substâncias psicoativas Experiências de vida</p>
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA Programa: PSICOLOGIA Título: Sentidos subjetivos: história e trajetória de moradores de rua Autor: REGIS ALBUQUERQUE HENRIQUE Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 15/07/2015</p>	<p>Esta pesquisa tem como objetivo relatar as experiências vividas por moradores de rua. O estudo foi desenvolvido dentro de uma abordagem qualitativa, tendo sido entrevistadas seis pessoas que vivem ou já viveram na rua das cidades de Rio Branco, Acre, e Porto Velho, Rondônia. Foram contatadas por intermédio de unidades da rede de atenção a moradores de rua ou na própria rua. Pretendeu-se captar, em seus relatos, os motivos que os levaram a viver na rua e/ou permanecerem em tal situação, bem como estratégias de adaptação utilizadas. Foram destacadas, em suas falas, a fragilidade dos vínculos familiares e a não convivência familiar ou comunitária, violência e rupturas como um dos principais motivos para ocupação das ruas. Outro motivo apontado diz respeito ao uso precoce e problemático de substâncias psicoativas. Observa-se, ainda, que essas questões somadas ao desemprego e a baixa escolaridade constituem-se como fatores que reforçam a permanência dos mesmos na situação de rua. Enfatizaram, também, o estigma social que sofrem por parte da sociedade em geral, que os rotulam como vagabundos/perigosos e sem possibilidade de saírem de tal condição. Palavras-Chave: Moradores de rua. História oral. Experiências de vida.</p>	<p>Baixa escolaridade Estigma Desemprego Fragilidade Moradores de rua Perigosos Rua Situação de rua Vagabundos Rede de atenção a moradores de rua Substâncias psicoativas Experiências de vida</p>
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL Programa: GEOGRAFIA Título: DOS SUBESPAÇOS AO TERRITÓRIO DESCONTÍNUO PARADOXAL: OS MORADORES DE RUA E SUAS RELAÇÕES COM O ESPAÇO URBANO EM PORTO ALEGRE/RS - BRASIL Autor: LEONARDO LAHM PALOMBINI Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 13/03/2015</p>	<p>A presente dissertação visa apresentar a pesquisa desenvolvida no curso de Mestrado em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul junto a moradores de rua da cidade de Porto Alegre/RS. Os moradores de rua, por viverem no espaço urbano, sem um domicílio ou refúgio próprio, são pessoas que têm um perspectiva totalmente diferente do espaço do que as pessoas domiciliadas. Mesmo a Geografia, habituada à questão do território enquanto categoria central, tem dificuldade de acessar essa percepção. São eles os habitantes urbanos que tem uma relação mais frágil com o espaço. Porém, mesmo sem ter nenhuma espécie de posse sobre o terreno, os moradores de rua estabelecem certas relações com espaço, uma vez que têm preferências por habitar e circular em certas partes específicas da cidade. Apesar disso, esses espaços não lhes são de livre escolha, mas sim submetidos à rede de controle espacial do Poder Público e dos hábitos sociais, que relegam certos espaços à marginalidade, onde os moradores de rua são permitidos a ocupar. Ainda assim, essas ocupações são efêmeras, pois são eles constantemente expulsos, mantendo um constante trânsito no espaço urbano em busca de locais para sua ocupação. Estarão eles, assim, estabelecendo alguma espécie de território? Esse é o principal problema que trazemos à reflexão nesse trabalho. Ainda, perguntamos: de que forma eles se enxergam no espaço urbano, como definem seus locais de estadia, de que maneira se relacionam com seu entorno? Para buscar essas respostas foi desenvolvido trabalho semanal junto ao Jornal Boca de Rua - jornal exclusivamente escrito por moradores de rua de Porto Alegre - em uma pesquisa participante, com acompanhamentos e observações, além da participação em diversos eventos relativos ao tema e aplicação de entrevistas e questionário aos indivíduos em situação de rua. Estabeleceremos algumas</p>	<p>Espaço urbano Habitantes urbanos Marginalidade Moradores de rua Poder Público Território partes específicas da cidade Subespaço Território Paradoxal</p>

	<p>relações e conceitos acerca da espacialização/territorialização dos moradores de rua na cidade, analisando os limites simbólicos constituídos entre o eu e o outro, através das suas relações simbólicas de poder, cultural e socialmente construídas com base nos valores hegemônicos da sociedade. Se os moradores de rua, nesse meio, conseguem ou não estabelecer uma espécie de território na cidade ao se dispor agrupadamente no espaço urbano, de maneira ordenada e deliberada, mesmo que transitória e efêmera, é o que responderemos ao final dessa pesquisa. Procedemos nessa investigação através da análise da transição entre o que chamamos de subespaços-espacos marginalizados e subutilizados na cidade - ao território paradoxal-aquele formado pela imposição social da marginalidade ante os valores hegemônicos, que se dá como contradição a eles, mas também por eles condicionado, numa relação de variação entre centro e margem, insiders e outsider, de acordo com sua temporalidade/espacialidade.</p> <p>Palavras-Chave: Território; Moradores de Rua; Espaço Urbano; Subespaço; Território Paradoxal</p>	
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS Programa: DESENVOLVIMENTO SOCIAL Título: MORADORES DE RUA: porque eles nela permanecem? Autor: PAMELA DANIELE RAMOS TULLER Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 30/03/2015</p>	<p>Este trabalho analisa os moradores de rua, em especial, o porquê de nela permanecerem após longo tempo e com poucas perspectivas de mudança. Ele procura conjugar duas abordagens distintas, uma focada em aspectos estruturais e outra nos comportamentos individuais. No âmbito da primeira, ele se propôs a identificar quem é essa população que mora na rua, empenhando-se para desvendar suas origens, precisamente, de que lugar social advêm. Ademais, nele são destacadas algumas das concepções teóricas a partir das quais a questão vinha e poderá ser tratada. O estudo enfrenta aspectos atinentes à análise desse segmento como afetado por exclusão social ou pela impossibilidade (criada pela ação de certas instituições) de alcançar a cidadania, noutros dizeres, seriam eles sujeitos estáveis que socialmente “caíram” ou pessoas que jamais ascenderam à posição de cidadãos, de iguais, e que, por esta razão, têm o fracasso social como destino? Na seara da segunda, o estudo procura conhecer sobre a forma de vida praticada pelos moradores de rua, dando atenção a aspectos que tangenciam a construção dos espaços de fixação, a vida em grupos, o trabalho, dentre outras. Na oportunidade, submete as constatações alcançadas a algumas das teorias que analisam o espaço e o cotidiano, sobretudo para compreender do que se trata essa forma de vida. O imbricamento das formas de vida com espaço é, aí, ressaltado, porque a particularidade mais relevante aos sujeitos estudados consiste no fato de que eles experimentam no espaço público as práticas que são próprias a este como também as pertinentes apenas ao privado. Finalmente, o estudo leva em consideração a forma pela qual esse gênero de vida desenvolvido é compreendido e também conjurado pelos demais. A perspectiva do desvio a atravessa de ponta a ponta, mas foi possível nele problematizar até que ponto esse viver representa um desvio social. Para que isso se tornasse possível, foram realizadas entrevistas livres, aplicados questionários e feita observação in loco junto a moradores de rua da cidade de Montes Claros/MG, entre os anos de 2012 e 2014. Embora tenham sido utilizados dados secundários, a pesquisa tem viés mais qualitativo, não se mostrando necessário, portanto, estabelecer prévia e rigorosamente uma amostra, pelo que foi adotada a técnica da exaustão das informações. O estudo permitiu inferir que os moradores de rua têm origens comuns. Não estariam presentes neste espaço pessoas advindas senão de estratos já em desvantagem social, componentes do grupo dos subcidadãos. À conta disso, a mobilidade prioritariamente descendente lhes abate como destino, reforçando a permanência na rua. Esse permanecer também guarda relação com o desenvolvimento de um gênero específico de vida, que irrompe, mesmo que na tentativa de continuar a pertencer ao mundo, com o modo de vida usual. Existiria, com o correr dos anos, um processo de rualização, que dificulta a saída e reafirma a permanência.</p> <p>Palavras-Chave: Moradores de rua. Subcidadania. Formas de vida. Espaço. Exclusão social. Desvio</p>	<p>Cidadania Exclusão Moradores de rua Rualização Desvantagem social, Desvio social grupo dos subcidadãos</p>
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO</p>	<p>OBJETIVO: Compreender as percepções do usuário de crack em situação de rua sobre o tratamento para a dependência química. MATERIAIS E MÉTODOS: Abordagem qualitativa e pesquisa do tipo descritiva realizada em Santos/SP. Foram realizadas 26 entrevistas semiestruturadas individuais e uma entrevista semiestruturada coletiva com cinco usuários e ex-</p>	<p>Crack Espaços públicos Higienização</p>

<p>Programa: Interdisciplinar em Ciências da Saúde Título: PERCEPÇÕES DE USUÁRIOS DE CRACK EM SITUAÇÃO DE RUA SOBRE O TRATAMENTO PARA A DEPENDÊNCIA QUÍMICA Autor: CINTIA CRISTINA SILVA ROSSI Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 19/03/2015</p>	<p>usuários de crack em situação de rua, habitantes do município. RESULTADOS: As categorias temáticas resultantes da análise dos resultados deste estudo foram: 1) A Rotina do Usuário: entre as Ruas e as "Pedras"; 2) Tentativas de Manutenção da Abstinência: Crack, é Possível Vencer!; 3) Questões sobre o Tratamento para a Dependência Química; 4) Acesso e Uso da Rede de Saúde e Assistencial; e 5) Estigma, Discriminação e Preconceito: As Maiores Barreiras. A análise dos dados revelou que a população usuária de crack em situação de rua está exposta a maiores riscos à saúde e à maior vulnerabilidade social. Houve relatos frequentes de não adesão aos tratamentos, tanto nos serviços ofertados na rede de saúde quanto naqueles prestados pelas comunidades terapêuticas com base religiosa, mostrando-se ambos pouco efetivos para esta população. Além disto, detectou-se a existência de críticas, pouca informação e acesso limitado aos modelos de tratamento praticados pela rede de saúde, além de ausência de conhecimento sobre estratégias de Redução de Danos. Os usuários referiram sentimentos de estigma, discriminação e preconceito, vivenciados inclusive na relação com os profissionais da rede de saúde e assistência social, sendo esses importantes fatores que dificultam o acesso desta população à rede de cuidados. CONCLUSÕES: O estudo aponta a necessidade de maior investimento e fortalecimento dos equipamentos já instalados no âmbito da rede de saúde e de assistência social e de capacitação de seus profissionais para acolherem e incluírem esta população em suas ações. Além disto, faz- 10 se necessário o avanço na execução e implementação das políticas públicas na área de álcool e outras drogas, favorecendo maior acesso e adesão dessa população. Para assegurar a execução dessas políticas, tornam-se imprescindíveis fiscalização constante, controle social e, principalmente, uma gestão que, de fato, esteja preocupada em cuidar das pessoas e não apenas retirá-las dos espaços públicos, promovendo a higienização de nossa sociedade. Palavras-Chave: Cocaína Crack; Terapêutica; Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias; Moradores de Rua.</p>	<p>Situação de rua Rede de Saúde Vulnerabilidade Estigma Políticas públicas Álcool e outras drogas, Fiscalização constante Controle social Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias Cocaína Crack</p>
<p>Instituição de Ensino Superior: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO Programa: GERONTOLOGIA Título: Ex-Moradores em Situação de Rua que se Tornaram Cuidadores de Idosos Autor: LEONICE APARECIDA MARTINS Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 05/02/2015</p>	<p>O trabalho investiga como ex-moradores em situação de rua tornaram-se cuidadores de pessoas idosas, acolhidas das ruas nas casas da Missão Belém, entidade pertencente à Igreja Católica, cenário deste estudo. A metodologia de pesquisa foi a abordagem qualitativa, por meio da observação participante, tendo como principais instrumentos o diário de campo e a entrevista semiestruturada, com dez cuidadores, sobre como se tornaram cuidadores dos idosos, dificuldades encontradas no cuidado aos idosos, necessidade de orientações sobre o cuidado e processo de envelhecimento. Verificou-se que sete dos entrevistados chegaram à instituição para assumir outras funções, como monitores ou cozinheiros, e se envolveram no cuidado aos idosos acolhidos das ruas, identificando-se com a tarefa de cuidar dos mesmos; seis indicaram alguma dificuldade no cuidado aos idosos e dez respostas assinalaram a exigência de orientações para cuidar adequadamente dos idosos. Ressaltou-se ainda a importância das mudanças que ocorrem nessa faixa etária, tentando desmistificar a imagem do velho somente relacionado a questões negativas, como perdas, doenças e inutilidade. As respostas permitem a reflexão sobre quem é aquele indivíduo e seu direito de escolha, pessoa que deve sempre ser ouvida e respeitada. A pesquisa concluiu que as casas de acolhimento são um rearranjo familiar nas quais emerge a relação intergeracional entre os cuidadores jovens e os idosos: os cuidados são imprescindíveis a ambos os lados. Ao mesmo tempo, procuram ajudar aqueles com quem, outrora desconhecidos, aprenderam a dividir sentimentos e emoções, histórias, segredos e ensinamentos. Observamos que o cuidado dispensado pelos jovens cuidadores aos idosos é um dos caminhos para a própria recuperação na luta contra as drogas, sob a esperança de reconquista da família, da cidadania e dignidade. Palavras-Chave: moradores em situação de rua, gerontologia social, cuidadores de idosos, relação intergeracional, rearranjo familiar</p>	<p>Cidadania Dignidade Drogas Situação de rua Idosos Abrigamento Gerontologia social,</p>
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE ESTADUAL</p>	<p>Na atenção à população em situação de rua e vulnerabilidade social, percebe-se a necessidade permanente de construção de dispositivos para a qualificação da intervenção das equipes técnicas nas Políticas Públicas. Isso se coloca como um</p>	<p>Assistência Social Consultório na Rua</p>

<p>PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (ASSIS) Programa: PSICOLOGIA Título: ARTICULAÇÕES TERRITORIAIS: uma cartografia da atenção à população em situação de rua Autor: JULIA DE ARAUJO MAGALHAES Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 22/06/2015</p>	<p>desafio importante para a área da Saúde Mental, considerando os princípios de universalização, equidade e integralidade do cuidado do Sistema Único de Saúde (SUS). A articulação intersectorial é fundamental nesse campo, pois a Assistência Social é uma área que possui ampla experiência de trabalho com essa população; e, diante da fragilidade dos vínculos entre os albergues e as unidades de saúde, é difícil garantir a continuidade da atenção à saúde dessa população, com grande mobilidade, pouca institucionalização e condições múltiplas de moradia e documentação. A fim de aprofundar o conhecimento sobre as práticas existentes nesse campo, cartografamos modos como são realizados atendimentos por agentes comunitários do Consultório na Rua. A cartografia nos ajuda a analisar as discursividades locais, explorar os limites e mapear linhas de fuga, que nos levam a vislumbrar outros modos de cuidado e de vida se insinuando, com outras formas de composição com o poder. O campo da pesquisa foi realizado na Unidade Básica de Saúde da República, situada no centro da cidade de São Paulo. Problematizamos essa composição tomada pelas práticas de promoção da saúde, com suas especificidades e peculiaridades, e identificamos as forças tanto de submetimento e padronização quanto as emancipatórias de participação inventiva e autônoma. Apresentamos uma descrição dos processos de trabalho, que mais apareceram no contato com as agentes, e que são potentes na consolidação de um trabalho clínico: as idas à campo, e aprofundamos na análise do conceito de território e a maneira como ele atravessa a atenção à saúde dessa população; o Acolhimento; as reuniões, por sua importância na construção de um coletivo multidisciplinar para olhar os usuários como um todo; aprofundamos também na análise das finalidades e condições de trabalho; e das articulações e tensões com outras secretarias. Concluímos que, neste programa, as agentes exercem um trabalho clínico pois seu fazer envolve uma importante função de escuta e de construção de vínculo com os usuários. Palavras-Chave: Consultório na Rua, Cartografia, Território.</p>	<p>Políticas Públicas Situação de rua Vulnerabilidade Cartografia Território Acolhimento Escuta e de construção de vínculo</p>
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA Programa: CIÊNCIAS SOCIAIS Título: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO MORADOR DE RUA: O CONTROLE SIMBÓLICO DA IDENTIDADE Autor: IGOR DE SOUZA RODRIGUES Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 24/02/2015</p>	<p>Este estudo tem como objetivo discutir a questão da identidade do morador de rua a partir da produção simbólica e de sua vinculação à estrutura social, demonstrando como essa constituição está incrustada nas ideologias neoliberais e nos processos de controle e dominação, por exemplo, na transformação da necessidade em escolha, denominada aqui de “mito da escolha masoquista”. Nesse sentido, busca-se desconstruir algumas ideologias, que inclusive perpassam a constituição dessa identidade e da formação desses indivíduos, como a “invisibilidade” do morador de rua, a redução do problema a uma dimensão meramente econômica, expressa na classificação “sem-teto”, e a forma policialesca com que são percebidos. Discute-se também como a mão-de-obra do lumpem se transformou de exército reserva dos empregos fabris em um trabalho autônomo-dependente, não reconhecido sequer como trabalho. A questão principal é a de entender como ser “morador de rua” indica muito mais do que o local onde se dorme, assumindo uma localização em referência ao trabalho, familiar e moral do indivíduo, o que acaba se refletindo no meio acadêmico e em políticas institucionais, dentre elas as formas higienista, domesticadora e piedosa de perceber e atentar para os moradores de rua. Palavras-Chave: morador de rua; identidade social; controle simbólico.</p>	<p>Política Higienista Morador de rua Invisibilidade Forma policialesca A mão-de-obra do lumpem Identidade social</p>
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA Programa: Ciências Sociais Título: O MORADOR DE RUA DA CIDADE DE UBERLÂNDIA ATENDIDO PELA CASA</p>	<p>Nesta dissertação, busco entender o modo como os moradores de rua da cidade de Uberlândia, atendidos pela Casa Santa Gemma, enxergam a si mesmos e como a sociedade os vê a partir da análise das representações sociais, apreendidas na fala dessas pessoas. Ou seja, a partir de um trabalho de campo na referida casa assistencial, pude observar a visão do morador sobre si próprio e sobre a sociedade na qual se insere. Também pude observar a visão de transeuntes da Praça Tubal Vilela, ponto de passagem de pessoas de vários níveis de escolaridade e classes sociais, em que busquei – por pesquisa de opinião – a representação social acerca dos moradores de rua através de uma amostra não probabilística, aleatória, do cidadão transeunte. Apresento, por meio de discussão teórica e observação em trabalho de campo, traços da</p>	<p>Cidadão Estigmatização Moradores de rua Exclusão Pobreza Políticas públicas Falta de trabalho</p>

<p>SANTA GEMMA: vivências e representações Autor: DANIELLE VIEIRA LIMA Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 16/09/2015</p>	<p>realidade do morador de rua da cidade de Uberlândia, delineando os processos de exclusão, pobreza e estigmatização que marcam suas vivências. Apresento também as políticas públicas do município voltadas para o morador de rua, insuficientes para atender à demanda social. Tenho como pressuposto que esses sujeitos sociais não estão em situação de rua por escolha, mas dentre outros motivos, por fatores de natureza econômica, social e pessoal, tais como falta de trabalho e dinheiro, rompimento dos laços familiares, doenças físicas e psicológicas. Palavras-Chave: morador de rua; Santa Gemma; vivências</p>	<p>Rompimento dos laços familiares Doenças físicas e psicológicas</p>
---	---	--

Levantamento de termos – Em situação de rua- 2015

<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO Programa: EDUCAÇÃO Título: A FORMAÇÃO DO POLICIAL MILITAR: OS DESAFIOS PARA A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA Autor: JAMES JACIO FERREIRA Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 29/05/2015</p>	<p>Esta dissertação consiste numa pesquisa de abordagem qualitativa e tem como objetivo principal compreender como se dá a relação entre a População em situação de rua e a polícia militar e vice-versa. Os direitos humanos são o eixo transversal do trabalho e nesse sentido problematizo a condição do policial como protagonista de direitos humanos e de cidadania. A pesquisa é do tipo exploratória e apresenta aspectos históricos e teóricos a saber: o panorama situacional da População em situação de rua e a incidência dos direitos humanos no cotidiano dessas pessoas. Aborda também a formação dos policiais militares e a Matriz Curricular Nacional para as Ações Formativas dos Profissionais de Segurança Pública, além de focalizar a análise do currículo de formação do soldado da polícia militar de Mato Grosso. O ápice desta pesquisa deu-se na realização de entrevistas do tipo grupo focal e individual junto à População em situação de rua e policiais militares. Os dados foram submetidos à Análise de Conteúdo e os resultados indicaram que os direitos da População em situação de rua não são efetivos, pois, aqueles que deveriam garanti-los, atuam como perpetradores. A relação entre os sujeitos da pesquisa se funda em aspectos estigmatizantes, uma vez que existe desconfiança de ambos. Fica claro que o ponto chave para que se tenha melhor prestação de serviços por parte dos policiais militares passa, necessariamente pela formação daqueles que atuam em sala de aula, formando esses policiais. Palavras-Chave: Direitos Humanos; População em Situação de Rua; Formação Policial Militar.</p>	<p>População em situação de rua Direitos humanos Cidadania Estigmatizados</p>
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA Programa: Enfermagem Título: A VIDA NAS RUAS: CONTRIBUIÇÕES PARA O CUIDADO DE ENFERMAGEM Autor: DENICY DE NAZARE PEREIRA CHAGAS Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 27/08/2015</p>	<p>A pesquisa tem como objeto o processo saúde-adoecimento-cuidados de adultos em situação de rua. Buscou-se compreender, na ótica desses, como concebem o processo saúde-adoecimento-cuidados e motivos, que os levam a procurar atendimento à saúde, apresentando uma análise teórica substantiva que contribua para o cuidado de saúde e enfermagem. Realizou-se uma pesquisa qualitativa, por meio do método da Grounded Theory, tendo como aporte metodológico e de análise o Interacionismo Simbólico. O estudo ocorreu no período de março de 2014 a fevereiro de 2015 e o cenário foram as ruas de um município da região da Zona da Mata Mineira. O trabalho de campo começou com uma abordagem inicial, por meio do acompanhamento das atividades do Consultório na Rua. Os dados foram colhidos por meio de observação, exploração e registro de notas em diário de campo e entrevista semiestruturada. Identificou-se e caracterizou-se os participantes da investigação, que foram 16 adultos em situação de rua, seguindo a abordagem de amostragem e saturação teórica, pela qual nenhum dado novo surge e as categorias apresentam-se saturadas. Para edição textual dos dados empíricos, utilizou-se o programa OpenLogos®, permitindo-se a codificação e interpretação das informações. A análise dos dados aconteceu mediante três tipos de codificação: aberta, axial e seletiva, para posterior elaboração da categoria central. A partir da conjunção dos fenômenos relacionados ao objeto de estudo: causa, contexto, fatores intervenientes, estratégias de ação/interação e consequências, foi possível distinguir a categoria central: vivenciando o processo saúde-adoecimento-cuidados em situação de rua, a partir do movimento de</p>	<p>Situação de rua Consultório na Rua Cuidados Educação Saúde Violência</p>

	<p>adaptação interativa do próprio universo simbólico. Quanto ao grupo pesquisado, os dados apontaram que a minoria é do sexo feminino; possuem laços familiares ativos; não souberam relatar a renda e exercem funções informais; dependem das instituições para realizar as suas necessidades básicas e da mendicância; o dia a dia é marcado por pressões psicológicas, violência; não têm acesso ao lazer; os principais motivos de ida para as ruas são as rupturas ou fragilidades dos vínculos familiares, o desemprego e a dependência química; e o tempo de rua variou de dois meses a vinte anos. Em relação ao processo saúde-adoecimento-cuidados, associam o termo "saúde" às ideias de boa alimentação, bons relacionamentos, bem-estar físico e mental, ser feliz, cuidar do outro, cuidado com o corpo, conseguir trabalhar e ter educação; desconhecem a sua história pregressa; procuram pelos serviços de saúde esporadicamente e quando surge um problema de saúde que os incomode; têm as unidades de urgência e emergência como referência para o cuidado; e, em relação ao seu autocuidado, destaca-se: a busca por pessoas próximas; o recolhimento "a um canto" para a espera da remissão espontânea dos sintomas; a automedicação ou o uso de medicamentos prescritos de forma irregular; o uso de plantas; e o uso de bebidas alcoólicas e outras drogas. Contudo, a situação de rua, mesmo que seja difícil, não elimina as esperanças, os sonhos e as expectativas por mudanças, pois eles continuam a acreditar que é possível sair dela. Sabemos que as condições não são postas igualmente para os homens singulares e, assim, faz-se necessário estabelecer parâmetros de justiça e distribuição igualitária, a fim de que o acesso à saúde seja viabilizado de acordo com as especificidades de cada sujeito.</p> <p>Palavras-Chave: Enfermagem. Cuidado. População em situação de rua</p>	
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO Programa: PSICOLOGIA CLÍNICA Título: "Eu vinha rodando pela rua": que ponto de ancoragem para o sujeito adolescente em situação de rua? Autor: PAULA CRISTINA MONTEIRO DE BARROS Tipo de Trabalho de Conclusão: TESE Data Defesa: 27/11/2015</p>	<p>Os "meninos de rua" constituem uma problemática que denuncia a exclusão social de crianças e adolescentes, os quais vagueiam pelas ruas, numa trajetória em que prevalecem a transgressão, a violência, a destruição de si e do outro, por meio dos quais o sujeito insiste em existir para o Outro. Esta tese resulta das inquietações de uma prática clínico-institucional e visou a analisar o que pode indicar uma ancoragem e enodamento na errância do sujeito adolescente em situação de rua a partir dos traços que o singularizam e o destacam do universo "meninos de rua". Sustentamos a hipótese de que a errância, apesar da degradação subjetiva e da radical expulsão, pode constituir um movimento de vida e resistência, uma tomada de posição do sujeito. Baseando-se na proposição psicanalítica do Traço do Caso, a pesquisa foi norteadada pela construção de dois casos clínicos, a partir do que fez tropeço na intervenção e de seus efeitos na escuta. À luz da Aufhebung freudiana e da topologia lacaniana do nó borromeu, destacamos uma realidade marcada por um esgarçamento do tempo e do espaço, uma diluição das fronteiras, uma prevalência do Real. A proposição de uma clínica borromeana situa a instituição como referente simbólico; suplência que opera, no recurso à palavra, reparos nos lapsos do nó. Trata-se de uma construção – do adolescente e da instituição – que transgride o instituído da exclusão, do saber, das práticas sedimentadas, buscando, num ato inventivo e de autoria do sujeito, uma ultrapassagem da "marca da exclusão" para a rasura de um traço, por meio de uma nomenclatura simbólica; um "entre" que enoda e faz laço social; um ponto de ancoragem para quem "vinha rodando pela rua".</p> <p>Palavras-Chave: Adolescente em situação de rua. Errância. Traço do caso. Clínica borromeana. Aufhebung freudiana.</p>	<p>Adolescente Exclusão social Meninos de rua Situação de rua Violência</p>
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa: Saúde mental e atenção psicossocial</p>	<p>Este trabalho consiste em um estudo de caso que analisou a experiência da profissional de psicologia do Consultório na Rua da cidade de Joinville, SC, durante o processo de implantação do serviço. Esta profissional participou do serviço a partir da segunda fase do programa até a fase atual. O relato abrange a implantação do Consultório na Rua, vinculado ao Departamento de Atenção Básica, da Secretaria Municipal de Saúde da cidade, conforme diretrizes do Ministério da Saúde. O serviço Consultório na Rua é um serviço itinerante de saúde que atende a população em situação de rua. O Ministério da Saúde passa a financiar este serviço no ano de 2010 através de projetos pilotos. Dois serviços podem ser considerados marcos da implantação deste serviço. A mobilização do Movimento Nacional de População de Rua e a implantação da Política Nacional</p>	<p>Consultório na Rua População de Rua População em situação de rua Situação de Rua</p>

<p>Título: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA TEM SEDE DE QUÊ? RELATO DA IMPLANTAÇÃO DO CONSULTÓRIO NA RUA DA CIDADE DE JOINVILLE Autor: JOICE PACHECO Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 11/11/2015</p>	<p>de População em Situação de Rua, que culminou na realização do 1º Censo Nacional da População em Situação de Rua, no ano de 2009. Na cidade de Joinville, este serviço inicia com um projeto piloto no ano de 2010 e, no ano de 2014, passa a integrar a Gerência de Atenção Básica, da Secretaria Municipal de Saúde. Outras experiências brasileiras deram origem a atual configuração do serviço, o Consultório DE Rua de Salvador e os programas de Estratégia de Saúde da Família para pessoas sem domicílio da cidade do Rio de Janeiro e Porto Alegre. A especificidade necessária para implantação de um serviço de saúde que atenda a população em situação de rua e a inexistência de uma experiência desta natureza na cidade requer um tempo específico para estudar as ações necessárias e avaliar as ações em andamento. Para análise da implantação do serviço foi utilizado a pesquisa qualitativa através de análise de conteúdo dos documentos do serviço, entrevistas com 5 usuários do serviço, 3 profissionais do consultório na rua e 3 gestores, sendo 2 municipais e 1 federal. Concluiu-se que o serviço do Consultório na Rua apresenta um alto grau potencializador para promoção de saúde da população em situação de rua. Verificou-se que a articulação com os demais serviços de saúde e com os de outras políticas públicas é fundamental para que possa assegurar a resolutividade. Através deste serviço também é possível possibilitar uma melhor qualidade de vida desenvolvendo ações que favorecem aos usuários o desenvolvimento de outros projetos e objetivos para suas vidas. Palavras-Chave: população em situação de rua;saúde da população em situação de rua;consultório na rua.</p>	
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (ASSIS) Programa: PSICOLOGIA Título: ARTICULAÇÕES TERRITORIAIS: uma cartografia da atenção à população em situação de rua Autor: JULIA DE ARAUJO MAGALHAES Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 22/06/2015</p>	<p>Na atenção à população em situação de rua e vulnerabilidade social, percebe-se a necessidade permanente de construção de dispositivos para a qualificação da intervenção das equipes técnicas nas Políticas Públicas. Isso se coloca como um desafio importante para a área da Saúde Mental, considerando os princípios de universalização, equidade e integralidade do cuidado do Sistema Único de Saúde (SUS). A articulação intersectorial é fundamental nesse campo, pois a Assistência Social é uma área que possui ampla experiência de trabalho com essa população; e, diante da fragilidade dos vínculos entre os albergues e as unidades de saúde, é difícil garantir a continuidade da atenção à saúde dessa população, com grande mobilidade, pouca institucionalização e condições múltiplas de moradia e documentação. A fim de aprofundar o conhecimento sobre as práticas existentes nesse campo, cartografamos modos como são realizados atendimentos por agentes comunitários do Consultório na Rua. A cartografia nos ajuda a analisar as discursividades locais, explorar os limites e mapear linhas de fuga, que nos levam a vislumbrar outros modos de cuidado e de vida se insinuando, com outras formas de composição com o poder. O campo da pesquisa foi realizado na Unidade Básica de Saúde da República, situada no centro da cidade de São Paulo. Problematicamos essa composição tomada pelas práticas de promoção da saúde, com suas especificidades e peculiaridades, e identificamos as forças tanto de submetimento e padronização quanto as emancipatórias de participação inventiva e autônoma. Apresentamos uma descrição dos processos de trabalho, que mais apareceram no contato com as agentes, e que são potentes na consolidação de um trabalho clínico: as idas à campo, e aprofundamos na análise do conceito de território e a maneira como ele atravessa a atenção à saúde dessa população; o Acolhimento; as reuniões, por sua importância na construção de um coletivo multidisciplinar para olhar os usuários como um todo; aprofundamos também na análise das finalidades e condições de trabalho; e das articulações e tensões com outras secretarias. Concluímos que, neste programa, as agentes exercem um trabalho clínico pois seu fazer envolve uma importante função de escuta e de construção de vínculo com os usuários. Palavras-Chave: Consultório na Rua, Cartografia, Território.</p>	<p>Assistência Social Consultório na Rua Políticas Públicas População em situação de rua Vulnerabilidade</p>
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE</p>	<p>A pesquisa discute o processo de formação do Enfermeiro da Faculdade de Enfermagem (FAEN) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) com vistas ao enfrentamento da exclusão social. Tal empreendimento já é um grande desafio em si, porém necessário quando se considera o contexto atual do capitalismo e da forte ideologia neoliberal, que obscurece e acentua as exclusões sociais. O Projeto Político Pedagógico (PPP) da FAEN/UERN propõe uma formação para o Sistema Único de Saúde (SUS) e se compromete com a população excluída requerendo refletir sobre a População em Situação de Rua</p>	<p>Desigualdades Excluídos Exclusão social Fragilidades Minoria</p>

<p>Programa: Saúde e Sociedade Título: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO Autor: IRISMAR KARLA SARMENTO DE PAIVA Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 30/03/2015</p>	<p>como expressão da exclusão social, que desafia a universalidade, equidade e integralidade do SUS, ficando à margem da rede de atenção à saúde, apresentando um processo saúde-doença complexo e peculiar. Daí, temos como objetivo central analisar o processo de formação do enfermeiro na FAEN/UERN considerando o compromisso político assumido com o enfrentamento da exclusão social. Pesquisa qualitativa com abordagem dialética e caráter exploratório que parte da compreensão das práticas sociais como engendradas em um terreno de constantes conflitos. A coleta de dados se deu a partir da técnica de grupo focal realizada com treze docentes da UERN, egressos dessa formação entre 2000 a 2013.1, distribuídos entre os campi de Mossoró, Caicó e Pau dos Ferros. A análise de dados foi realizada com base na proposta operativa de Minayo (2014). O estudo evidenciou a intencionalidade do PPP da FAEN/UERN de trabalhar os grupos excluídos. Os egressos destacaram algumas bases referenciais que sinalizam para fundamentar essa problemática, tais como as concepções de sociedade, processo saúde-doença, enfermagem, educação, processo trabalho em enfermagem e gênero. Ao mesmo tempo, parte dos egressos ressaltou a distância entre as bases pensadas e de fato materializadas. Despertamos para os limites e fragilidades desse PPP quando a exclusão social aparece na maioria dos discursos como sendo algo natural, não implicando em responsabilidades sociais. O preconceito se fez presente no discurso acadêmico, sendo os grupos excluídos identificados por estigmas e rótulos, criminalizados e banalizados. Apenas uma minoria reconheceu nesses grupos a materialização das desigualdades sociais da sociedade capitalista despertando para a necessidade de combater a exclusão social. A População em Situação de Rua, para grande parte dos egressos, vem sendo invisibilizada no processo de formação na FAEN/UERN, expressando como fragilidades para o enfrentamento das exclusões sociais a dicotomia entre os saberes clínico e epidemiológico; temática da exclusão ainda restrita a alguns componentes curriculares; desarticulação interna entre os docentes e externa entre a universidade e a sociedade, bem como pouca diversificação nos cenários de aprendizagem. Também destacaram potencialidades para se pensar a temática no campo interdisciplinar e intersetorial. Identificamos algumas posturas de resistência quanto à inserção da discussão acerca da População em Situação de Rua no processo de formação do enfermeiro, reduzindo a problemática a casos individuais pertencentes à dimensão do outro mundo, que não requer compromisso social da universidade. É premente que os posicionamentos políticos distintos sirvam para que tomemos a questão, buscando construir estratégias de enfrentamento da exclusão. Temos a certeza de que as mudanças não ocorrerão de forma automática e que, portanto, não serão breves, mas a miséria e a dignidade humana têm pressa. Palavras-Chave: Formação. Enfermeiro. População em Situação de Rua</p>	<p>População em Situação de Rua</p>
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ Programa: PSICOLOGIA Título: Manifestações afetivas de pessoas em situação de rua usuárias de drogas Autor: GILSON GOMES COELHO Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 07/08/2015</p>	<p>O objetivo deste trabalho foi investigar os afetos que circundam a vida de pessoas usuárias de drogas em situação de rua na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, Brasil. Na realização do mesmo, em primeiro lugar foi apresentado o percurso dos diferentes significados simbólicos atribuídos à condição assumida pelas pessoas em situação de rua a partir de alguns eventos ocorridos na história do ocidente, desde a Idade Média até a contemporaneidade. Em segundo, resgatamos o conceito de afeto de partir de algumas perspectivas apresentadas pela Filosofia e pela Psicologia. Em terceiro, apresentamos a proposta metodológica que parte do referencial teórico e do delineamento epistemológico desenvolvido por González Rey (2002, 2005): a Teoria da Subjetividade e a Epistemologia Qualitativa. Em quarto, descrevemos como a pesquisa foi realizada através de um trabalho de campo, onde apresentamos as sete entrevistas realizadas com pessoas adultas em situação de rua. Para compreender as manifestações afetivas dos entrevistados, elegemos como marco teórico básico para análise e discussão dos resultados a Teoria de los Sentimientos de Agnes Heller (1993). Por fim, em quinto lugar, os depoimentos foram analisados a partir de cinco eixos temáticos: a) o consumo de drogas; b) a percepção de si; c) a temporalidade; d) a afetividade e e) o papel dos afetos nas trajetórias vividas. A análise das entrevistas revelou que o medo e a vergonha são os afetos mais presentes na vida dos entrevistados, decorrentes, sobretudo da situação da pobreza extrema, insegurança e dos vícios que</p>	<p>Drogas Pessoas adultas Pobreza Políticas Públicas Situação de rua Vícios</p>

	<p>provocam alterações comportamentais. Entendemos haver a necessidade urgente de se pensar em Políticas Públicas que visem resgatar a subjetividade de pessoas em situação de rua, de modo a evitar práticas que objetifiquem o humano através do uso de instrumentais padronizados.</p> <p>Palavras-Chave: Afetos. Situação de rua. Drogas. Subjetividade.</p>	
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE Programa: ANTROPOLOGIA SOCIAL Título: ACHAM QUE BROTAMOS DAS FONTES DESSA CIDADE?" Uma etnografia sobre o cotidiano de sobrevivência de pessoas em situação de rua em Natal/RN. Autor: MARILIA MELO DE OLIVEIRA Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 14/09/2015</p>	<p>Através da observação participante, realizada na região administrativa leste de Natal/RN – referida aqui como “região central” – esta pesquisa teve como objetivo principal compreender o cotidiano dos sujeitos em situação de rua na cidade. Como se relacionam com o espaço onde vivem? Nessa relação, quais os usos e estratégias de sobrevivência acionadas por esse segmento social? Esses foram alguns dos questionamentos que nortearam esta pesquisa, com o propósito de evidenciar as especificidades deste modo de vida e os desdobramentos possíveis que tal situação possa reverberar aos seus sujeitos. Nesse sentido, houve um esforço de acompanhar as pessoas em situação de rua, seus itinerários e apreender as narrativas. Ao longo da trajetória de pesquisa – que aconteceu de forma intermitente entre os anos de 2011 a 2015 – frequentei espaços de ocupação e trânsito desse grupo populacional no meio da rua, como também me inseri e me envolvi em eventos, fóruns, seminários, reuniões e articulações de sujeitos em situação de rua enquanto movimento político (MNPR/RN). São consideradas nesta pesquisa como pessoas em situação de rua àquelas que ocupam a rua como espaço principal de sobrevivência e ordenação do cotidiano: nas ruas dormem, alimentam-se, satisfazem as necessidades fisiológicas e de higiene, bem como é o local onde tiram o sustento. A rua é tomada nesta investigação no seu sentido amplo, incluindo todos os possíveis locais relativamente protegidos do frio, da chuva e da exposição à violência, portanto inclui tanto espaços abertos e públicos: como praças e parques; como também locais fechados e privados: albergues, depósitos abandonados, presídios, etc. Observou-se que em nenhum desses espaços os sujeitos em situação de rua se estabelecem de maneira fixa, ao contrário, vivenciam a itinerância, que em parte deve-se aos ordenamentos urbanos – que tende a estigmatizá-los e excluí-los dos lugares – e à própria necessidade de sobrevivência, pois ao viver no meio da rua práticas diferenciadas são acionadas, e estas divergem do modo de vida sedentário dominante.</p> <p>Palavras-Chave: moradores em situação de rua; cidades; cotidiano; estigma.</p>	<p>Estigma Grupo populacional Situação de rua Rua Violência</p>
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa: SOCIOLOGIA POLÍTICA Título: A assistência social à população em situação de rua: um estudo na cidade de Florianópolis/SC. Autor: ROSANA SOUSA DE MORAES SARMENTO Tipo de Trabalho de Conclusão: TESE Data Defesa: 27/02/2015</p>	<p>O debate sobre a população em situação de rua (PSR) está presente no campo de ação das políticas públicas, porém poucas vezes se prioriza conhecer a percepção dessa população sobre os serviços que lhe são prestados e/ou garantidos. Este estudo objetivou compreender a percepção da PSR em Florianópolis acerca dos serviços de assistência social e verificar em que medida estes serviços correspondem ao que está previsto pelo Decreto nº 7.053/2009. Para desvelá-lo, realizou-se pesquisa qualitativa com levantamento bibliográfico acompanhada de pesquisa de campo tanto na rua, quanto nos espaços institucionais. Para critério de seleção da PSR entrevistada, priorizou-se a abordagem de maiores de 18 anos de ambos os sexos, acompanhados ou não pelo serviço municipal Centro de Referência ao seu atendimento, o Centro-Pop. Nos espaços institucionais profissionais dos serviços públicos municipais da assistência social (Centro Pop e Casas de Acolhimento/Abrigos); da saúde (Consultório na Rua e Centro de Atenção Psicossocial-CAPS); do Conselho Municipal de Assistência Social; assim como representantes de organizações não governamentais que atuavam com o atendimento a PSR foram ouvidos. As análises das respostas obtidas foram baseadas em sete categorias conceituais: status, estigma, fenômeno, rualização, pobreza, exclusão social e interdependência. Assim, verificou-se, sob a perspectiva da PSR, que estes não estão recebendo uma proteção social de forma integral; que há necessidade do investimento em ações que fortaleça a intersetorialidade da assistência social com as demais políticas públicas; que é importante valorizar o movimento de organização e participação política deste usuário; que as ações de intervenções com ele não asseguram relações</p>	<p>Assistência social Consultório na Rua Estigma Exclusão social População em situação de rua (PSR) Políticas públicas Pobreza Políticas públicas Rualização</p>

	interdependentes retificando a figuração de que indivíduo e sociedade são instâncias separadas. A partir disso, sugeriu-se uma metodologia de intervenção para com a PSR visando à construção de relações mais interdependentes entre eles e a sociedade. Palavras-Chave: população em situação de rua, assistência social, proteção social.	
Instituição de Ensino Superior: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS Programa: Geografia - Tratamento da Informação Espacial Título: A EXPERIÊNCIA DO URBANO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: TERRITORIALIDADES NA SAVASSI, BELO HORIZONTE, MG Autor: JULIANA CARVALHO RIBEIRO Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 22/04/2015	O urbano pode ser considerado, já há algum tempo, um dos mais importantes temas de interesse da geografia. Modo de vida, ele cria uma teia de relações socioespaciais que, inevitavelmente, torna-se objeto de reflexão da geografia e demais ciências afins. Na medida em que a sociedade contemporânea cria e recria a cidade, os pensamentos sobre o urbano se amplificam. Pensar a cidade e a prática de seus cidadãos é refletir sobre a dinâmica da sociedade urbana e a produção do espaço. O urbano reúne pessoas diferentes, de origens diferentes, com concepções de vida diferentes, bem como com condições e objetivos pessoais dos mais diversos, construindo encontros e desencontros, aproximando e afastando, segregando e atraindo, produzindo convivências espaço-temporais. Assim, enquanto espaços produzidos a partir dos pressupostos de uma modernidade contemporânea, as metrópoles revelam, ao longo do tempo, expressões de uma produção espacial segregada, perversa e que invisibiliza sujeitos sociais. Sobretudo se pensarmos sob a perspectiva das políticas públicas , que legitimam e até constroem espaços de adensamentos econômicos, políticos e populacionais, servindo, de maneira geral, ao processo de reprodução e ampliação do capital, como é o caso da Savassi, em Belo Horizonte, recorte espacial desta pesquisa. Entre os que são atraídos e se apropriam do espaço da Savassi revitalizada, está a população em situação de rua. É importante refletir sobre a apropriação do espaço por esses sujeitos, bem como sobre o imaginário e as reações de outras parcelas da sociedade diante dessa apropriação, uma vez que o capitalismo nega um direito básico a essa população: a moradia. Nas relações da população em situação de rua — com a rua, na rua e através da rua — são estabelecidas territorialidades como uma forma que esses sujeitos encontram para se inserir no urbano e, desenvolvendo estratégias para essa inserção e para sua sobrevivência, buscam se apropriar do espaço em seu favor. Palavras-Chave: Geografia; Urbano; População em situação de rua; Territorialidades; Savassi.	Políticas públicas População em situação de rua

Levantamento de termos – população de rua -2015

Instituição de Ensino Superior: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO Programa: SERVIÇO SOCIAL Título: Por sua culpa, sua tão grande culpa": um estudo sobre o processo de naturalização, responsabilização e culpabilização das mães	A presente pesquisa realiza uma análise sobre o processo de responsabilização das mães das crianças e adolescentes em situação de rua , pelo contexto de abandono no qual os seus filhos se encontram. A presença de crianças e adolescentes vivendo nas ruas das nossas cidades se constitui em uma das mais cruéis expressões da desigualdade social que atinge o nosso país. Este fenômeno não é recente na história do Brasil, e mesmo com os avanços econômicos, sociais e legais nas últimas décadas, persiste em existir. Vários estudos científicos já foram realizados sobre este tema, todavia, há uma prevalência nesses debates teóricos de uma discussão em torno dos diversos fatores geradores desse fenômeno e das políticas de atendimento a essa população. No campo conceitual e empírico não encontramos uma reflexão mais aprofundada sobre a importância da mãe dos meninos e meninas em situação de rua como provedora afetiva, moral e material na vida de seus filhos e de toda a família . Esta tese objetivou o desenvolvimento de uma análise sobre o processo de naturalização e de responsabilização dos papéis socialmente atribuídos à instituição familiar, mais especificamente à figura materna, no cuidado material e emocional dos seus filhos, e à consequente "culpabilização" dessas mães que, por diversos motivos, não correspondem às exigências morais, sociais e legais impostas pelos mais diversos segmentos da sociedade. Este estudo também buscou analisar, na perspectiva da figura da mãe, os motivos que levaram seu filho a buscar a experiência de viver na rua. O processo metodológico fundamenta-se na análise sócio-histórica das abordagens conceituais sobre família, gênero, raça/etnia, aprofundando as diferentes determinações do tema	Adolescentes Crianças Família Situação de rua
---	--	--

<p>dos meninos e meninas em situação de rua Autor: EVERALDO SANTOS OLIVEIRA Tipo de Trabalho de Conclusão: TESE Data Defesa: 05/10/2015</p>	<p>abordado em relação às crianças, adolescentes e suas famílias. Realizou-se estudo de caso a partir da análise das trajetórias de vida de três mulheres mães de adolescentes e jovens em situação de rua, entrevistadas nesta pesquisa. Através dessas análises foi possível perceber o quanto esses relatos individuais se articulam em torno de certos acontecimentos individuais e coletivos, superando assim o caráter unicamente subjetivo. A categorização e análise das falas das pessoas-sujeitos levou em consideração o fato de que na pesquisa quantitativa a coleta dos dados se dá em um contexto fluente de relações no processo interativo com os sujeitos, com o objetivo de atingir a sua essência. A opção por essa forma de pesquisa se deu justamente ao fato dela estimular as entrevistadas a pensar livremente sobre algum tema, objeto ou conceito, o que permitiu ao pesquisador acessar aspectos objetivos, mas também subjetivos, dos entrevistados, de maneira espontânea. A partir da análise e discussão dos dados pode-se afirmar que apesar de todas as adversidades e desencontros que marcam as vidas dessas mulheres, são elas aquelas que assumem o árdua missão de ser o esteio da família e a principal referência afetiva e moral para os seus filhos. Palavras-Chave: SERVIÇO SOCIAL [pt] Família [pt] Mães [pt] Crianças e adolescentes em situação de rua</p>	
<p>Instituição de Ensino Superior: Universidade Federal do Amazonas Programa: PSICOLOGIA Título: ANÁLISE PSICODINÂMICA DO TRABALHO DA POPULAÇÃO DE RUA DE MANAUS Autor: GERUSA MENEZES DE CARVALHO Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 22/06/2015</p>	<p>As transformações por que passa o mundo do trabalho impactam na organização do trabalho, agravam a precarização e o desemprego estrutural. Isso pode levar a condições de vulnerabilidade e risco social, especialmente entre os que não dispõem do apoio familiar ou comunitário. O objetivo desta pesquisa é compreender os processos psicodinâmicos de prazer e sofrimento das pessoas em situação de rua da cidade de Manaus. Trata-se de uma pesquisa qualitativa fundamentada na Psicodinâmica do Trabalho, articulada à Sociologia, à Filosofia e às políticas públicas voltadas para população de rua. Participaram voluntariamente doze pessoas em situação de rua que vivem na rua Silva Ramos, no centro de Manaus; são usuários de equipamentos da Assistência Social. Utilizou-se a entrevista semiestruturada, a observação clínica e o diário de campo. Os resultados foram analisados através da adaptação da Análise da Teoria Fundamentada e apontam que trabalhar, para a população de rua, é pedir e aceitar qualquer tipo de trabalho, ainda que precarizado e desprovido das garantias sociais. Também indica que estes trabalhadores necessitam estar aptos para atuar em diferentes atividades e sinaliza a existência de estratégias de adaptação para dar conta da atividade. Para lidar com o sofrimento, utilizam estratégias defensivas coletivas como a virilidade, a desconfiança, a resignação, o consumo de drogas lícitas e ilícitas, a religião e a racionalização. A organização do trabalho é pautada pelo preconceito devido o estigma, pelo medo da violência e por relações conflituosas entre a população de rua devido a disputas por espaço na rua. Destaca-se, por outro lado, relações de cortesia entre a população de rua e os domiciliados à rua Silva Ramos. Há pouco reconhecimento do trabalho e pouca cooperação entre a população de rua. As relações se estabelecem, em sua maioria, pela necessidade de sobrevivência. Exercem a inteligência prática para sobreviver. Destaca-se o trabalho, nesse cenário, como elo de resgate da cidadania e da identidade do sujeito, atuando como fator de saúde entre a população de rua e como importante via de transformação social da condição de rua em que se encontram. Palavras-Chave: População de rua, Psicodinâmica do Trabalho, Políticas Públicas, Trabalho</p>	<p>Assistência Social Políticas públicas População de rua Situação de rua Risco social Vulnerabilidade</p>
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa: SERVIÇO Título: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E ACESSO À SAÚDE Autor: PATRICIA FRAGA</p>	<p>Esta pesquisa teve como objetivo identificar as estratégias de acesso da população adulta em situação de rua aos serviços de saúde de Florianópolis. Com vistas ao cumprimento do objetivo proposto a pesquisa contou com a revisão de literatura e levantamento bibliográfico para construção da fundamentação teórica. E, nesta direção, pautou-se em algumas das obras de Karl Marx, e, em autores que desenvolveram suas análises a respeito da forma de estruturação da sociedade capitalista tendo como referencial a teoria crítico dialética, tais como, Mézaros (2009), Antunes (1996), Castel (2008), Faleiros (1991) e lamamoto (2001; 2004 e 2006). O movimento de resgate das obras dos autores supracitados permitiu a análise do fenômeno da população em situação de rua sob a perspectiva da totalidade. Com vistas ao aprofundamento do debate proposto o presente estudo pautou-se ainda, nas obras de importantes autores que analisam a temática da população adulta em situação de rua no Brasil, tais como, Bulla et al (2004), Escorel (1999), Ferreira e Machado (2007), Kasper (2006), Nasser (2001) Prates et al. (2004; 2011), Varanda e</p>	<p>Miséria Fragilização Política de Saúde População adulta Precariedade Situação de rua</p>

<p>Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 06/05/2015</p>	<p>Adorno (2004), Silva (2009). E ainda, alguns autores que abordam a temática no que concerne à especificidade do âmbito da saúde: Adorno (2011), Aristides e Lima (2009), Bottil et al. (2009) e Junior et al. (1998). Na metodologia da pesquisa foi utilizada a técnica de entrevistas semiestruturadas, cuja amostragem seguiu o critério da acessibilidade e de inclusão progressiva. No que diz respeito a análise dos dados, buscou-se trabalhar a partir da abordagem crítico dialética, marxista. Para tanto, a pesquisa procurou primeiramente empreender um estudo acerca das condições sócio-históricas que permeiam a chamada situação de rua, o que, levou a compreender esta população enquanto um fenômeno social urbano que tem sua gênese e agravamento junto ao surgimento e desenvolvimento do sistema de produção capitalista. Foi possível ainda, constatar que a população em situação de rua constitui-se enquanto fenômeno complexo, multifacetado e multideterminado, compreendido enquanto processo de rualização que se estabelece a partir de um conjunto de relações sociais; estigmas; situações sócio-econômicas de precariedade e miséria; desemprego; rompimento ou fragilização de vínculos familiares; situações de violência e exploração; enfim de um conjunto de fatores que se gestam e solidificam no espaço doméstico permeado por relações sociais influenciadas por uma série de condicionantes que, podem levar à situação de rua. Com relação ao acesso deste segmento populacional à Política de Saúde concluiu-se que os serviços de emergências hospitalares são utilizados como principais portas de entrada ao atendimento à saúde em sentido ampliado. Entretanto, foram identificados também alguns entraves a este acesso relacionados principalmente ao preconceito e estigma social vivenciado por esta população. Palavras-Chave: População em situação de rua. Saúde. Acesso. Trajetórias e limites do acesso.</p>	
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS Programa: Educação Título: Pode Crer: possibilidades em redução de danos e educação popular para a população em situação de rua na cidade de Sorocaba Autor: DANIELE CRISTINA DA ROCHA E SILVA Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 26/02/2015</p>	<p>O objetivo geral desse trabalho foi analisar a concepção de educação implícita nas atividades desenvolvidas pela Associação “Pode Crer”, buscando compreendê-las a partir do diálogo com a Educação Popular e com as Políticas de Humanização da Saúde. A pesquisa foi desenvolvida por meio da observação participante, a partir de um ano de acompanhamento das atividades desenvolvidas por essa Associação (Drop in, Redução de Danos, Casa de Passagem e algumas atividades extras). A análise mostrou diversas interfaces entre a proposta de Redução de Danos e Educação Popular nas atividades desenvolvidas pela “Pode Crer”. Também se pôde perceber como os referenciais utilizados para uma maior compreensão dessa Associação possuem um ponto comum: a humanização. Assim, trata-se de um relevante trabalho de credibilização dessa atividade que está acontecendo na invisibilidade, porém com grande potencial de promoção de educação para os sujeitos que vivenciam as mais diversas vulnerabilidades, a partir da gestão comum, da corresponsabilidade, do acolhimento incondicional, escuta radical, diálogo horizontal e diversos aspectos que favorecem aprendizagens significativas no dia a dia dessas pessoas. Palavras-Chave: Educação. Redução de Danos. Política Nacional de Humanização. Uso problemático de drogas. População em situação de rua.</p>	<p>Políticas de Humanização da Saúde Vulnerabilidades</p>
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS Programa: Gestão da clínica</p>	<p>Ainda é um desafio para a saúde pública brasileira a potencialização do Sistema Único de Saúde (SUS) deste país, de forma a possibilitar a toda população o acesso aos serviços de saúde, e o cuidado serem realizado com qualidade. O que inclui a dificuldade da população em situação de rua em acessar os serviços de saúde neste território nacional. Apesar de a referida população ser numericamente maior em metrópoles, atualmente, mesmo em cidades de médio porte, tal como São Carlos, existem pessoas nessa condição, justificando-se a escolha do município enquanto campo de pesquisa. O presente trabalho teve como objetivo analisar as práticas de cuidado e concepções sobre a população em situação de rua no município de São Carlos, a partir da fala</p>	<p>População em situação de rua Serviços de saúde Vulnerabilidade</p>

<p>Título: O CUIDADO À SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS (SP) Autor: MONICA YUMI JARDIM DA SILVEIRA Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 18/12/2015</p>	<p>dos profissionais de saúde que a realizam. Para isso, utilizei a metodologia qualitativa de pesquisa, tendo como instrumento a entrevista semi-estruturada e os grupos focais com 16 profissionais de serviços de saúde do SUS que praticam o cuidado as pessoas em situação de rua e um representante do serviço especializado para População de Rua do Sistema Único de Assistência Social. Para analisar os dados, foi utilizada a análise de conteúdos, que consiste em um conjunto de técnicas de visando obter indicadores quantitativos ou qualitativos, possibilitando a inferência de conhecimentos relativos à produção e a recepção de conteúdos. À luz do conceito de vulnerabilidade e artigos a respeito do SUS e o cuidado à População em Situação de Rua discutiu-se cinco grandes categorias de conteúdos extraídos da entrevista/grupos focais. Foram essas: concepções sobre a População em Situação de Rua; concepções sobre o cuidado à saúde da População em Situação de Rua; cuidado realizado à saúde da População de Rua; conhecimento sobre a rede e intersectorialidade; sugestões de melhorias para o trabalho; formação para os profissionais cuidarem da População em Situação de Rua. Discutiu-se que existe a necessidade de ocorrerem processos de educação permanente para os trabalhadores sobre os diversos aspectos intrínsecos ao cuidado à população de rua. E que as gestões municipais, estaduais e federais possibilitem as condições adequadas de trabalho para que este trabalho possa ocorrer com qualidade. Palavras-Chave: Pessoas em Situação de Rua; Atenção à Saúde; Sistema Único de Saúde; Populações vulneráveis</p>	
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Programa: ENFERMAGEM Título: Consultório na Rua em Maceió/AL: o olhar de pessoas em situação de rua Autor: CINTIA PRISCILA DA SILVA FERREIRA Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 26/05/2015</p>	<p>A estratégia do Consultório na Rua é recente, surgiu da convergência de diferentes experiências de atenção à população em situação de rua. O objetivo geral deste estudo é analisar a estratégia Consultório na Rua em Maceió/AL, na perspectiva de seus usuários, sendo os objetivos específicos: 1) identificar, a partir dos relatos dos usuários, as ações realizadas pelos Consultórios na Rua; 2) analisar os desafios e as possibilidades do Consultório na Rua; 3) analisar os significados que o Consultório na Rua tem para os usuários. Esta pesquisa adotou a abordagem qualitativa. O cenário escolhido foram os campos de atuação do Consultório na Rua da cidade de Maceió-Alagoas. O município tem seis equipes de Consultórios na Rua. Os sujeitos da pesquisa foram pessoas em situação de rua atendidas pela estratégia do Consultório na Rua. Os critérios de inclusão foram: ser maior de 18 anos, estar em situação de rua e, já ter sido atendido pelo Consultório na Rua. Para coleta de dados foi realizada a técnica da entrevista semiestruturada, sendo realizadas 18 entrevistas, entre setembro de 2014 a fevereiro de 2015 seguindo a saturação teórica dos dados. Para análise dos dados obtidos foi utilizada a técnica de análise de conteúdo categorial por temática. A análise dos resultados apontaram três categorias. A primeira, "o significado da vida nas ruas", retrata um contexto de necessidades, de faltas e de abusos. A segunda, "o Consultório na Rua como ele é", revela os desafios e as potencialidades dessa estratégia. E a terceira, "O que o Consultório na Rua representa?" revela suporte social, afeto e perspectiva de mudança para quem se encontra em situação de rua. Os resultados do estudo demonstraram que a estratégia Consultório na Rua é avaliada positivamente pelos usuários, os quais apontam receberem apoio social, afeto e em alguns casos oportunidade para mudar de vida. Além disso, destacaram o acesso aos serviços de saúde, o compromisso da equipe e a relação de respeito estabelecida entre equipe e usuários. Contudo, os desafios também são indicados, dentre eles a inadequação da estrutura organizacional, o preconceito e o estigma de alguns profissionais dos serviços da Rede de Atenção à Saúde em relação às pessoas em situação de rua. O presente estudo aponta para a necessidade do engajamento da gestão e dos profissionais de saúde que estão em diversos espaços da rede de atenção às pessoas que vivem em situação de rua. Aponta, também, para a necessidade de enfrentar estigmas e preconceitos em relação à essa população. É recomendável uma ação política junto às pessoas em situação de rua para que reconheçam sua condição de sujeitos e cidadãos, enfrentem os desafios e assumam a luta por sua dignidade e seus direitos. Palavras-Chave: Enfermagem. População de rua. Avaliação dos serviços de saúde; Pesquisa qualitativa.</p>	<p>Consultório na Rua Estigma População em situação de rua Saúde</p>
<p>Instituição de Ensino Superior: PONTIFÍCIA</p>	<p>Esta dissertação enfatiza a condição de vida do egresso prisional em situação de rua no Estado de São Paulo. A investigação foi realizada com base na metodologia de uma pesquisa qualitativa, e coleta de dados, por meio de entrevistas individuais semi-</p>	<p>Assistência social Desemprego</p>

<p>UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO Programa: SERVIÇO SOCIAL Título: O egresso prisional em situação de rua no Estado de São Paulo Autor: BRUNO JAAR KARAM Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 21/09/2015</p>	<p>estruturadas, conduzidas de maneira assistemática. A trajetória de vida de cada participante e de cada profissional entrevistado foi, cronologicamente, organizada com base nos seis capítulos. A partir dessa organização de informações foi possível identificar o percurso que os egressos prisionais em situação de rua percorrem até ficar em situação de rua e também quem são os possíveis profissionais que atendem esse público direta ou indiretamente. No primeiro capítulo para tentarmos entender melhor quem é o egresso prisional em situação de rua, priorizamos efetuar uma análise preliminar sobre a conjuntura brasileira para tentar entender que sociedade é essa que existe egresso prisional em situação de rua. No segundo capítulo analisamos os dados sobre o sistema prisional brasileiro atual: número de pessoas encarceradas e número de funcionários para atender a essa demanda; a superlotação nas prisões – um raio-x do sistema prisional; como são vistas as pessoas presas; os vínculos familiares dos presos, dificuldades e condições impostas para visitas e por último pontuar se acontece ou não a ressocialização dos presos. No terceiro capítulo abordamos a situação do egresso prisional, desde a legislação brasileira, como são vistos pela sociedade, como também sobre os vínculos familiares após seu retorno do encarceramento. Assim como as exigências e o cumprimento das obrigações estabelecidas pela Lei de Execução Penal. No quarto capítulo buscamos apontar as dificuldades que as pessoas em situação de rua sofrem (não limitando apenas a condição de egresso prisional), abordando a fragilidade dos vínculos familiares, o desemprego e as escassas alternativas existentes de trabalho. No capítulo cinco analisamos o trato das políticas públicas da assistência social, saúde pública e de segurança pública com o egresso prisional em situação de rua. Já no último capítulo analisamos todas as nove entrevistas com homens e mulheres adultos, na faixa etária de 21 ~ 64 anos, atendidos em diversos serviços do estado de São Paulo. Analisando as respostas colhidas sobre: a vida na prisão; a realidade como egresso prisional; a preparação para o retorno à liberdade; as determinações da LEP para o egresso prisional; a vida em liberdade após a prisão; o morar na rua; a relação com o trabalho; documentação; situação financeira; a questão da sobrevivência; o preconceito por ser egresso prisional; os desafios; a relação com a família; os serviços públicos de apoio. Analisamos também doze entrevistas com diversos profissionais que atendem essa população desde o momento do encarceramento até a situação de rua</p> <p>Palavras-Chave: SERVIÇO SOCIAL [pt] Prisão [pt] Egresso prisional [pt] População em situação de rua [pt] Políticas públicas</p>	<p>Situação de rua Presidiário Pessoas em situação de rua Saúde pública</p>
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ Programa: Serviço Social, Trabalho e Questão Social Título: Fenômeno população em situação de rua à luz da questão social: percursos, vivências e estratégias em Maracanaú/CE Autor: REGIA MARIA PRADO PINTO Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO</p>	<p>A presente dissertação tem o objetivo de analisar a realidade da população em situação de rua nos diversos espaços urbanos da cidade de Maracanaú, situada na Região Metropolitana de Fortaleza. Com esse propósito, traçamos um roteiro teórico-metodológico tendo como base estudos bibliográficos e pesquisa de campo, por meio de realização de entrevistas com os/as usuários/as do Serviço Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop/Maracanaú. Ao analisar a totalidade da pesquisa, constatamos que o fenômeno da população em situação de rua é uma das expressões da questão social, resultado da relação desigual entre trabalho e capital, inerente à sociedade capitalista. Nesse sentido, a pesquisa nos possibilitou compreender que a população em situação de rua é um fenômeno de múltiplas determinações, cuja origem é a estrutura desigual do modo de produção capitalista. Assim, debruçamo-nos na análise das inúmeras violações de direitos, como desemprego, fome, calor, frio, violência física e moral, preconceito, indiferença, bem como inúmeras barreiras no acesso às políticas públicas. Por outro lado, a pesquisa mostrou, em face desse cenário aviltante, que a população em situação de rua constrói percursos, vivências e estratégias, visando a satisfazer as necessidades humanas nos diversos espaços urbanos de Maracanaú.</p> <p>Palavras-Chave: População em situação de rua. Processos capitalistas. Questão social. Cidade. Necessidades humanas.</p>	<p>População em situação de rua Serviço Especializado para População em Situação de Rua Violações de direitos</p>

<p>Data Defesa: 22/04/2015</p> <p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL Programa: POLITICAS SOCIAIS Título: Travestis em situação de rua no centro da cidade de São Paulo: Aproximações á realidade social e às intervenções da política de assistência social. Autor: ROBSON SILVA SANTOS Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 13/08/2015</p>	<p>A presente dissertação tem como objetivo principal apresentar e identificar se a política de assistência social efetiva o acesso das travestis aos seus direitos, em especial, nos centros de acolhida para a população em situação de rua. Para o alcance desses resultados, foram entrevistadas três travestis que vivem em situação de rua, através de pesquisa de campo e entrevistas semiabertas, visando recuperar histórias de vida. Também foi realizada pesquisa bibliográfica sobre a política de assistência social e identidade de gênero. Estar em situação de rua, com o “agravante” das vivências da identidade de um ser que se apresenta diferente do ser que nasceu, produz segregações inimagináveis para as travestis sujeitos deste estudo, particularmente para as que vivem nessa situação no centro histórico da cidade de São Paulo, lócus desta pesquisa. A respeito dessa população – travestis em situação de rua –, esta pesquisa mostra que a vida nas ruas tem uma configuração diferenciada em relação a outras que ali vivem, com aumento das situações de vulnerabilidade.</p> <p>Palavras-Chave: Travestis, Situação de rua, Política de assistência social</p>	<p>Assistência social Identidade de gênero População em situação de rua Travestis Vulnerabilidade</p>
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO Programa: PSICOLOGIA Título: Pessoas em situação de rua e seus cães: fragmentos de união em histórias de fragmentação. Autor: JULIANA GOMES DA CUNHA Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 22/06/2015 Resumo:</p>	<p>O interesse pelo relacionamento entre humanos e cães tem sido crescentemente refletido em produções científicas, apesar destas ainda se mostrarem incipientes no contexto latino-americano, e, por conseguinte, no brasileiro. Nestes termos, quando se toma como foco o relacionamento específico entre cães e pessoas em situação de rua, a incipiência se mostra ainda mais notória, apesar de se tratar de fenômeno que abarca questões interessantes, tanto de cunho individual quanto social e de políticas públicas. Diante disto, a realização do presente estudo se justificou por contribuir com a elucidação da temática, haja vista que teve por objetivo geral: investigar, apontar e compreender relacionamentos estabelecidos por pares que se caracterizem por pertencerem às espécies em questão e por fazerem das ruas espaços para estabelecimento de suas rotinas. Sendo estes critérios de seleção de participantes somados a idade mínima de 18 anos, foram entrevistadas 12 pessoas que nas ocasiões se encontravam em logradouros públicos dos municípios de Vitória, Serra e Vila Velha. Para guiar as entrevistas, foi utilizado roteiro semiestruturado com o intuito de coletar: dados sociais e econômicos dos participantes; conhecer aspectos dos relacionamentos interpessoais dos participantes; acessar relatos que dissessem respeito a partes das histórias de vida de moradores de rua que envolvessem relacionamento com cães; e por fim, recolher informações acerca do uso de serviços de assistência à população de rua, seja na presença ou na ausência do(s) cão(es). Em adição, foram utilizados dados provenientes de conversa informal e voluntária entre a pesquisadora e três funcionárias do Serviço Especializado em Abordagem Social do município de Vitória. A partir daí, os dados coletados foram organizados em cinco grandes itens, nos quais foram detalhadamente analisados e discutidos. Estes itens são: Caracterização sociodemográfica e econômica dos participantes; Caracterização geral dos relacionamentos; Concepções dos participantes acerca dos cães em suas vidas; Repercussões individuais e sociais do relacionamento; e “Sobre pessoas em situação de rua e cães: o “último vínculo”?”. Diante da análise destes, então, tornou-se possível inferir que o relacionamento entre humanos e cães, apesar de manter semelhanças que, por vezes, fazem com que sejam comparados ou equiparados a amigos ou a relacionamentos familiares, se trata de um tipo a parte. Além disto, quando o humano do par homem-cão se encontra em situação</p>	<p>Cidades Políticas públicas População de rua Situação de rua</p>

	<p>de rua, algumas peculiaridades se fazem bastante evidentes, dentre as quais a dificuldade de afastamento do animal, quando em situações momentâneas (por exemplo, em ocasiões de deslocamentos pelas cidades) ou duradouras (como quando por motivos de idas a instituições de abrigo), em que não é possível tê-lo junto. Por fim, aponta-se como ponderável a recorrente colocação de que o cão seria o único e/ou último vínculo da pessoa em situação de rua com que convive, já que não raramente os participantes mencionaram rearranjos relacionais com humanos posteriores ao início da situação em questão.</p> <p>Palavras-Chave: Relacionamento interpessoal; relacionamento homem-cão; pessoas em situação de rua.</p>	
--	---	--

Levantamento de termos – Mendigo- 2015

	<p>Não foram encontrados resumos disponíveis , que pudessem relacionar com a pesquisa- no ano de 2015 Somente um foi selecionado de forma que se aproximasse.</p>	
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ Programa: HISTÓRIA Título: COMEMORAÇÃO, POBREZA E CULTURA LETRADA NO CENTENÁRIO DE TERESINA (1952) Autor: MAURICIO FEITOSA DOS SANTOS Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 03/11/2014</p>	<p>Este trabalho pretende discutir a emergência histórica do discurso sobre a pobreza na cidade de Teresina no início dos anos 1950. Nesse período, a comemoração do Centenário da cidade, em 1952, mobilizou políticos e intelectuais a pensarem a cidade. Sobretudo na imprensa, o reconhecimento do caráter histórico do pauperismo da capital do Estado do Piauí foi um aspecto capitalizado pela crítica letrada no momento da efeméride. Os discursos que permearam a cultura letrada, ao delimitarem a historicidade da pobreza, foram prudentes quanto ao futuro. A ocorrência da seca de 1951-53 e a movimentação de flagelados por todo o Estado e na capital, somando-se aos mendigos e pobres urbanos, confluíram com certa unanimidade para interpretar aquele tempo como um momento de crise evidente. A elevação do custo de vida contribuiu de modo contundente para o entendimento de que a crise se agravava dia após dia. A partir da investigação de crônicas da imprensa, Censos Demográficos, Atas da Câmara Municipal e Mensagens de Governo, foi possível traçar as linhas gerais do discurso sobre a crise e a pobreza na visão dos letrados. Através de processos judiciais e da literatura, foi possível sondar, em perspectiva, o cotidiano e a vida de pessoas comuns naquele período, buscando compreender as ideias e ações dos pobres em busca de direitos que acreditavam possuir.</p> <p>Palavras-Chave: Comemoração. Cultura letrada. Crise. Pobreza. Cotidiano</p>	<p>Flagelados Mendigos</p>

Levantamento de termos – Sem teto – 2015

<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO Programa: GEOGRAFIA Título: A CONSTRUÇÃO ESCALAR DA AÇÃO NO MOVIMENTO DOS SEM-TETO Autor: MATHEUS DA SILVEIRA GRANDI Tipo de Trabalho de Conclusão: TESE Data Defesa: 19/01/2015</p>	<p>Este trabalho tem como objetivo apresentar três teses sobre a relação entre a dimensão escalada espacialidade humana e o ativismo político, utilizando como referência para tais reflexões as práticas sócio-espaciais cotidianas do movimento dos sem-teto no Brasil. Tomo por base o envolvimento com ocupações deste movimento nos últimos sete anos e o trabalho de revisão e organização da literatura a respeito das escalas geográficas, com atenção especial àquelas reflexões produzidas no ambiente acadêmico brasileiro e em trabalhos elaborados em língua inglesa. Resgato certas ideias presentes na história do pensamento sobre a dimensão espacial para destacar três momentos da problemática das escalas geográficas: seus primórdios, quando os questionamentos se voltavam à identificação das unidades de área, processo através do qual a diferenciação espacial poderia ser significada e o controle territorial subsidiado; sua emergência, quando o “problema da escala” é diretamente elaborado por conta da necessidade de organizar as unidades espaciais e visando a potencialização da ação sobre a realidade; e sua politização, quando a parcialidade política dos procedimentos de definição das unidades espaciais e de sua organização em diferentes configurações ou arranjos escalares é explicitada, levando à multiplicação dos trabalhos a respeito do conceito de escalas geográficas ao redor de eixos que discutiam aspectos ligados à sua natureza, forma e organização. Enfatizo algumas possibilidades de contato entre esses novos debates ocorridos a partir da década de 1980 e as pesquisas sobre movimentos sociais urbanos como forma de introduzir meu interesse em refletir sobre a escalaridade a partir das práticas sócio-espaciais cotidianas do movimento dos sem-teto. Abordo, então, alguns aspectos do uso da categoria “luta” por moradoras e moradores dos territórios ocupados pelas organizações desse movimento - com foco principal em duas ocupações do Rio de Janeiro (Ocupação Quilombo das Guerreiras e Ocupação Chiquinha Gonzaga) e uma de São Paulo (Ocupação Mauá)— entendendo-o como um termo escalar e que confere sentido de transcendência às atividades diárias do movimento. Em seguida, aproveito o compartilhamento de situações do dia a dia das ocupações para, por fim, sugerir três teses sobre a escalaridade: a relevância de se compreender as escalas geográficas como categorias da prática sócio-espacial cotidiana, a possibilidade de se abordar as dinâmicas escalares a partir de ao menos duas faces complementares - uma topográfica e outra topológica— e, por fim, importância de se reconhecer a escalaridade enquanto um instrumento crucial de exercício de poder. Palavras-Chave: Escalas geográficas; Movimento dos sem-teto; Práticas sócio-espaciais cotidianas; Brasil.</p>	<p>Sem-teto Ocupação</p>
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA</p>	<p>O que pretende o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto? Quem são essas pessoas que queimam pneus, travam rodovias e ocupam prédios e terrenos abandonados nas cidades? O que o direito tem a ver com isso? O que elas têm a ver com o direito? Por meio da pesquisa-militante e do acompanhamento do MTST do Distrito Federal desde o final de</p>	<p>Moradia urbana População Rua Segregação</p>

<p>Programa: DIREITO Título: O DIREITO QUE NASCE DA LUTA: a construção social do direito à moradia e à cidade pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto no Distrito Federal Autor: KAROLINE FERREIRA MARTINS Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 09/04/2015</p>	<p>2013, o presente trabalho busca compreender a relação entre o MTST e a produção e realização do direito. Os dados foram coletados a partir de metodologias qualitativas da pesquisa científica, como entrevistas semiestruturadas e rodas de conversa, bem como ampla pesquisa bibliográfica, documental, atas de reuniões, matérias jornalísticas, notas públicas, sites, vídeos, cartilhas entre outros. O trabalho pretende investigar de que modo o movimento constrói – enuncia e efetiva – o direito à moradia e à cidade a partir de sua práxis e organização social e coletiva. Para isso, traço um panorama geral da questão urbana, do modelo capitalista de organização das cidades e de como sua divisão socioterritorial tem provocado um aumento da segregação e periferização da população pobre e negando a contingentes cada vez maiores da população o acesso à cidade, seus bens, espaços e serviços. Posteriormente, traço um histórico do MTST nacional e regionalmente, bem como busco destacar as principais características que compõem a identidade do movimento. Finalmente, com base nos referenciais da teoria crítica do direito, do pluralismo jurídico e do Direito Achado na Rua, analiso uma ocupação do MTST-DF, o “Novo Pinheirinho de Taguatinga”, a fim de extrair categorias e chaves interpretativas que permitam avaliar, na prática, as estratégias e ações do movimento no sentido da construção, reivindicação e enunciação do direito à moradia urbana adequada e do direito à cidade.</p> <p>Palavras-Chave: Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); direito à moradia; direito à cidade; Direito Achado na Rua</p>	<p>Sem Teto</p>
<p>Instituição de Ensino Superior: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO Programa: Educação Título: O MST E A EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM OLHAR SOBRE AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA ESCOLA ESTADUAL PAULO FREIRE, ASSENTAMENTO ANTÔNIO CONSELHEIRO, BARRA DO BUGRES/MT. Autor: JAIR PEREIRA DA CRUZ Tipo de Trabalho de Conclusão: DISSERTAÇÃO Data Defesa: 19/11/2015</p>	<p>Os objetivos deste estudo foram avaliar as práticas pedagógicas da Escola Estadual “Paulo Freire” partindo da realidade da escola e da proposta de educação do Movimento Por Uma Educação do Campo, além dos princípios e valores da luta pela terra organizada pelo Movimento Sem Terra. A partir da avaliação, discutir e apontar caminhos para a reconstrução do Projeto Político Pedagógico da escola de forma coletiva e participativa de acordo com a realidade atual da instituição. O estudo teve uma abordagem qualiquantitativa. Os dados quantitativos foram levantados através de um questionário que foi respondido, por pais e alunos que proporcionou uma discussão qualitativa sobre o objeto de estudo e seu contexto dentro de uma abordagem coletiva, construindo uma avaliação das práticas pedagógicas desenvolvidas pela escola. Através de entrevista com a diretora e a coordenadora da escola e também em documentos da escola. O material empírico foi categorizado e analisado de acordo com a perspectiva metodológica do materialismo histórico dialético. A pesquisa-ação foi desenvolvida pelo coletivo da escola, num grupo denominado de Gespeduc, formados por educadores, gestores, pais e alunos que desenvolveu todo processo da pesquisa e discutiu a avaliação feita por alunos e pais através do questionário, usando como técnica de pesquisa o grupo focal. Este foi um estudo importante, para que a escola pudesse repensar sua prática educativa, a partir do pensamento coletivo e construir metas para que no futuro, alcance seus objetivos com êxito. O resultado da pesquisa mostra que no geral a comunidade escolar está satisfeita com a proposta pedagógica da escola, porém algumas situações precisam ser melhoradas para que esta possa de fato empreender a Educação do Campo proposta pelos Movimentos Sociais e almejada pela comunidade escolar. Entre essas questões as principais são: a participação da comunidade na escola, a didática por parte de alguns educadores e a organicidade das famílias para</p>	<p>Sem Terra Ações sociais</p>

	<p>mobilizar ações sociais que pressionem a conquista de melhores condições de vida para o assentamento. O transporte escolar é um problema crônico que se arrasta há anos no cotidiano escolar e dificulta o processo de ensino aprendizagem dos educandos. A nível nacional existem diversas políticas públicas para Educação do Campo que contemplam as discussões dos movimentos sociais, na prática pouco se concretiza, porém os movimentos pressionam e na medida do possível as conquistas se materializam nos assentamentos. No Estado de Mato Grosso, pode-se considerar avanços significativos para a educação camponesa, no entanto, ainda precisa-se avançar muito. No município de Barra do Bugres, a discussão está parada, poucas ou nenhuma ação foi feita até o momento para garantir à população camponesa municipal as conquistas da Educação do campo, uma realidade que necessita de uma intervenção dos camponeses.</p> <p>Palavras-Chave: Educação do Campo, Movimento Sem Terra, Práticas Pedagógicas.</p>	
--	--	--

APÊNDICE B – Termos identificados em instituições oficiais

Lista de Termos – Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos da Prefeitura do Rio de Janeiro

<p>RIO DE JANEIRO. (Município). Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/web/smasdh/exibeconteudo?id=2813484 Acesso em: 22 mar.2018. Edital para co-gestão de projeto de apoio e inclusão social à população de Rua</p>	<p>Acolhimento Assistência Social Cidadania Exclusão Fragilizados Inclusão social Políticas públicas População em situação de rua Proteção social Reinserção familiar Ruas Vulnerabilidade</p>
<p>RIO DE JANEIRO. (Município). Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/web/smasdh/exibeconteudo?id=2813679 Acesso em: 22 mar.2018. CRAS - Centro de Referência de Assistência Social</p>	<p>Assistência Social Direitos Cidadania Convivência familiar Situação de vulnerabilidade social</p>
<p>RIO DE JANEIRO. (Município). Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/web/smasdh/exibeconteudo?id=2813679 Acesso em: 22 mar.2018. Processo para Cogestão do Programa de Apoio e Inclusão Social às Pessoas em Situação de Rua</p>	<p>Abrigamento Inclusão social Pessoas em situação de rua</p>
<p>RIO DE JANEIRO. (Município). Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/web/smasdh/exibeconteudo?id=2813873 Acesso em: 22 mar.2018. Coordenadoria Geral de Gestão do Sistema Municipal de Assistência Social – SIMAS</p>	<p>Cidadania Direitos Política de assistência social Políticas sociais Violência Risco social Socioassistenciais Socioeducativos Vulnerabilidade social</p>

APÊNDICE C – Identificação de termos sobre moradores de rua em entrevistas

Assuntos dado em ordem de importância na perspectiva dos entrevistados					
	Entrevista 1	Entrevista 2	Entrevista 3	Entrevista 4	Entrevista 5
1	segurança	direitos / garantias sociais	direitos / garantias sociais	falta de políticas públicas	direitos / garantias sociais
2	direitos / garantias sociais	invisibilidade	drogas	Drogas	falta de políticas públicas
3	assistência / documentação	saúde / doenças	falta de políticas públicas	espaços públicos (instituições)/ impedimentos	invisibilidade
4	saúde / higiene	saúde / atendimento	escolarização / profissionalização	Abrigos	preconceito / higienização
5	saúde / atendimento	gravidez	invisibilidade	direitos / garantias sociais	preconceito / criminalização
6	saúde / doenças	falta de políticas públicas	preconceito / higienização	assistência / documentação	violência / policial
7	abrigo	drogas	preconceito / criminalização	escolarização / profissionalização	escolarização / profissionalização
8	Drogas	assistência / documentação	saúde / doenças	gravidez	violência / terceiros
9	escolarização / profissionalização	segurança	saúde / atendimento	saúde / doenças	violência / comlurb
10	gravidez	abrigo	segurança	saúde / atendimento	violência entre moradores de rua
11	invisibilidade	escolarização / profissionalização	violência / policial	saúde / higiene	saúde / doenças
12	falta de políticas públicas	violência / terceiros	violência / terceiros	preconceito / criminalização	saúde / atendimento
13	espaços públicos (instituições)/ impedimentos	trabalho precário / catador	abrigo	violência / terceiros	saúde / higiene
14	espaços públicos (praças, ruas etc.) / impedimentos	violência / policial	assistência / documentação	violência / policial	assistência / documentação
15	preconceito / higienização	(violência entre moradores de rua	espaços públicos (instituições)/ impedimentos	Segurança	espaços públicos (instituições)/ impedimentos
16	preconceito / criminalização	preconceito / higienização	gravidez	trabalho precário / catador	espaços públicos (praças, ruas etc.) / impedimentos
17	relacionamento / outros moradores de rua	preconceito / criminalização	violência / comlurb	Invisibilidade	trabalho precário / catador
18	trabalho precário / catador	relacionamento / outros moradores de rua	espaços públicos (praças, ruas etc.) / impedimentos	relacionamento / outros moradores de rua	segurança
19	violência / policial	relacionamento / cães	relacionamento / outros moradores de rua	relacionamento / cães	drogas
20	violência entre moradores de rua	espaços públicos (instituições)/ impedimentos	saúde / higiene	preconceito / higienização	abrigo

21	violência / comlurb		relacionamento / cães	espaços públicos (praças, ruas etc.) / impedimentos	gravidez
22	violência / terceiros	espaços públicos (praças, ruas etc.) / impedimentos	trabalho precário / catador	violência entre moradores de rua	relacionamento / outros moradores de rua
23	relacionamento / cães	violência / comlurb	violência entre moradores de rua	violência / comlurb	relacionamento / cães

APÊNDICE D – Termos sobre moradores de rua em ordem alfabética

Termos (entre parêntesis o termo preferido)	Sinônimos ou quase sinônimos no domínio
abrigos	abrigamento; habitação; casa de abrigo; albergue; centro pop; habitações, casas de abrigos, albergues, centros pops
abrigamento (abrigos)	
abusos	
acesso a moradia (políticas de habitação)	
adoecimento (doenças)	
adolescentes de rua (crianças em situação de rua)	
adolescentes em situação de rua (crianças em situação de rua)	
adolescente morador de rua (crianças em situação de rua)	
adulto em situação de rua (homens em situação de rua)	
albergue (abrigos)	
albergues (abrigos)	
ações culturais (ações socioculturais)	
ação de assistência social (ações socioassistenciais)	
ações de assistência social (ações socioassistenciais)	
ação educativa (ações socioeducativas)	
ações educativas (ações socioeducativas)	
ações de leitura (leitura)	
ações de saúde e higiene	
ações sociais (ações socioassistenciais)	
ações socioculturais	eventos culturais; inserção cultural; lazer; evento cultural; inserções culturais;
ações socioeducativas	ações educativas; ação educativa; educação
ações socioassistenciais	ações de assistência social; assistência social; ação de assistência social; ações sociais
adoecimentos (doença)	
adolescente de rua (criança em situação de rua)	
adultos em situação de rua (homem em situação de rua)	
advogado (defensor público)	
afetividade (relações afetivas)	
agentes comunitários (voluntariado)	
agentes públicos	funcionários públicos; servidores públicos; agente público; funcionário público; servidor público.
agentes públicos de saúde (agentes de saúde)	
agentes de saúde	agentes públicos de saúde
agentes sociais	agente social; atores sociais; ator social
agentes voluntários (voluntariado)	
agressão (violência)	
agressão de civis (violência de civis)	
agressão de agentes públicos (violência pública)	
agressão policial (violência policial)	
álcool	alcoholismo; alcoólatra; alcoólico; alcoólatras; alcoólicos
alcoólico (álcool)	

alcoólatra (álcool)	
alcoholismo (álcool)	
alcoólatras (álcool)	
alcoólicos (álcool)	
animais de estimação (relações com animais)	
apartheid (exclusão social)	
artesanato (ensino de artesanato)	
asseio (higiene e beleza)	
assistentes sociais	assistente social
assistência social (ações socioassistenciais)	
associações civis	
atendimento a gestante (pré-natal)	
atendimento na rua (consultório na rua)	
atendimento a idosos de rua (gerontologia social)	
atores sociais (agentes sociais)	
banho	
barba	fazer a barba
bibliotecas	salas de leitura
biblioterapia (leitura)	
cães de estimação (relações com animais)	
canto (formação de corais)	
cantos (formação de corais)	
capacitação	treinamento; profissionalização; formação profissional; treinamentos; formações profissionais
carrapatos	
casa de abrigo (abrigos)	
casas de abrigo (abrigo)	
catadores	catador
catadores de latas	catadores de latinha; catador de latinhas; catador de latas
catadores de latinhas (catadores de latas)	
catadores de papel	catador de papel e papelão; catadores de papel e papelão
catadores de papel e papelão (catadores de papel)	
centro pop (abrigos)	
centros pop (abrigos)	
centro espírita (centros)	
centros	centro espírita
cheirador de cola (cola)	
cidadania	
criança de rua (crianças em situação de rua)	
crianças em situação de rua	criança de rua; criança em situação de rua; criança sem teto; adolescentes em situação de rua; adolescentes de rua; adolescente morador de rua
crianças sem teto (crianças em situação de rua)	
cocaína	uso de cocaína; usuário de cocaína; usuário de pó
cola	usuário de cola; cheirador de cola
compulsão (vícios)	compulsões
compulsões (vícios)	
conscientização da população (políticas de conscientização)	

consultório dentário (odontologia)	
consultórios dentários(odontologia)	
consultório na rua	atendimento na rua; serviços de saúde; serviços de assistência
corais (formação de corais)	
corais de moradores de rua (formação de corais)	
corte de cabelo	penteado
crack	uso de crack; usuário de crack;
cracolândia	
cracudo (crack)	
criminalização	Criminalizar, criminalizações
criminalizações (criminalização)	
criminalizar (criminalização)	
defensores públicos	defensor público; advogado; advogados
dependência química (vícios)	
depressão	
desapropriação de pertences (recolhimento de pertences)	
desapropriações de pertences(recolhimento de pertences)	
desempregado (desemprego)	desempregados
desempregados(desemprego)	
desemprego	desempregado
diabetes	
diagnóstico de doenças	
direito a segurança (segurança)	
direitos	direitos civis; direitos humanos
direitos e discriminação	
discriminação	Preconceito; preconceitos
documentos	documentação; documentos civis; documentações
documentação (documentos)	
documentações(documentos)	
documentos civis (documentos)	
doenças mentais (transtornos mentais)	
doenças parasitárias (infestações)	
doenças psiquiátricas (transtornos mentais)	
doenças sexualmente transmissíveis (DSTs)	
Doenças	doença; adoecimento; males; adoecimentos
drogas (vícios)	
DSTs	doenças sexualmente transmissíveis
educação (ações socioeducativas)	
Empresas	
encaminhamento a rede de assistência	encaminhamento social; encaminhamento ao sus; encaminhamentos sociais; encaminhamentos ao sus
encaminhamento ao sus (encaminhamento a rede de assistência)	
encaminhamentos ao sus (encaminhamento a rede de assistência)	
encaminhamento social (encaminhamento a rede de assistência)	
encaminhamentos sociais((encaminhamento a rede de assistência)	

ensino (escolarização)	ensinos
Ensinos(escolarização)	
ensino de artes manuais (ensino de artesanato)	ensinos de artes manuais
ensinos de artes manuais ensino de artesanato)	
ensino de artesanato	ensino de artes manuais; artesanato; oficinas de artesanato; ensinos de artesanatos
ensinos de artesanatos (ensino de artesanato)	
ensino de música (formação de corais)	Ensinos musicais;
ensinos musicais (formação de corais)	
ensino profissional (capacitação)	ensinos profissionais;
ensinos profissionais(capacitação)	
entorpecentes (vício)	
Escolarização	ensino
espaços da cidade (espaços urbanos)	
espaços urbanos	lugares públicos; locais públicos; logradouros públicos; espaços da cidade
estigma (marca social)	marca social; estigmatização; estigmas
estigmas(marca social)	
estigmatização (marca social))	estigmatizações
estigmatizações (marca social)	
evento cultural (ações culturais)	
eventos culturais (ações socioculturais)	
exclusão social (marginalização)	marginalização; apartheid; exclusões sociais
exclusões sociais(marginalização)	
família de moradores de rua (famílias em situação de rua)	família de moradores de rua
famílias de moradores de rua (famílias em situação de rua)	
família em situação de rua	família de moradores de rua; famílias sem teto; famílias em situações de rua
famílias em situações de rua(família de moradores de rua)	
famílias sem teto (família em situação de rua)	
fazer a barba (barba)	
fazer as unhas (manicure)	
flanelinhas	guardador de carro; guardadores de carros; flanelinha
fome	
formação de corais	corais de moradores de rua; canto; corais; formações de corais; cantos;
formações de corais	
formação de leitores (leitura)	
formação profissional (capacitação)	formações profissionais
formações profissionais(capacitação)	
fragilidade social (vulnerabilidade socioeconômica)	fragilidades sociais,
fragilidades sociais (vulnerabilidade socioeconômica I)	
gênero (identidade de gênero)	gêneros
gêneros (identidade de gênero)	
gerontologia social	atendimento a idosos de rua; atendimentos a idosos de rua
gestação (gravidez)	gestações
gestações (gravidez)	
gravidez	gestação
guardadores de carro (flanelinhas)	

habitação (abrigo)	
habitações (abrigo)	
hanseníase	lepra; mal de hansen
higiene de pés e mãos (manicure)	
higiene e beleza	
Hipertensão	pressão alta
homens de rua (homens em situação de rua)	
homens moradores de rua (homens em situação de rua)	
homens em situação de rua	homens moradores de rua; homens de rua, homens sem teto; homem em situação de rua; adulto em situação de rua
homens sem teto (homens em situação de rua)	
Hospitais	hospital; pronto-socorro; upa
Identidade de gênero	gênero; opção sexual; homossexualidade; opções sexuais
homossexualidade (identidade de gênero)	
idosos de rua	idoso em situação de rua; velhos em situação de rua; velhos sem teto; velhos de rua
idoso em situação de rua (idosos de rua)	
Igrejas	igreja; paróquia; paróquias
inclusão social (reinserção social)	Inclusões sociais
Inclusões sociais(reinserção social)	
infestações	parasitas; doenças parasitárias
instituições públicas	serviço público; serviços públicos
invisibilidade social (invisíveis)	invisibilização; invisibilizações; invisíveis; invisibilidades sociais
invisibilidades sociais (invisíveis)	
invisíveis (invisibilidade social)	
invisibilização (invisibilidade social)	
Invisibilizações (invisibilidade social)	
inserção cultural (ações socioculturais)	
inserções culturais (ações socioculturais)	
integração social (reinserção social)	
integridade física (segurança)	
lazer (ações socioculturais)	
leitura	ações de leitura; formação de leitores; biblioterapia
lepra (hanseníase)	
locais públicos (espaços urbanos)	
lugares públicos (espaços urbanos)	
logradouros públicos (espaços urbanos)	
maconha	uso de maconha; usuário de maconha; maconheiro
maconheiro (maconha)	maconheiros
maconheiros (maconha)	
mal de hansen (hanseníase)	
males (doenças)	
Manicure	higiene de pés e mãos; pedicure; fazer as unhas
marca social (estigma)	marcas sociais
marcas sociais (estigma)	
marginalização (exclusão social)	marginalizações
marginalizações (exclusão social)	
moradoras de rua (mulheres em situação de rua)	

moradores de rua	peessoa em situação de rua; população em situação de rua; população de rua; pedinte; mendigo; sem teto; morador de rua
mulheres em situação de rua	mulheres de rua; mulheres moradoras de rua; moradoras de rua; mulheres sem teto
mulheres moradoras de rua (mulheres em situação de rua)	
mulheres sem teto (mulheres em situação de rua)	
odontologia	consultório dentário; consultórios dentários
oficinas de artesanato (ensino de artesanato)	
Ongs	ong; organização não governamental; organizações não governamentais ongs
opção sexual (identidade de gênero)	
opressão (violência)	
organização não governamental (ongs)	
organizações não governamentais ongs (ongs)	
parasitas (infestações)	
paróquia (igrejas)	
paróquias (igrejas)	
pedicure (manicure)	
pedinte (moradores de rua)	
penteadado (corte de cabelo)	
Percevejo	
peessoas em situação de rua (moradores de rua)	
peessoas voluntárias (voluntários)	
piolho	
políticas de assistência social	
políticas de conscientização	conscientização da população
políticas de estado (políticas públicas)	
políticas emprego (políticas de trabalho)	
políticas de governo (políticas públicas)	
políticas de habitação	políticas de moradia; acesso a moradia
políticas higienistas	
políticas de moradia (políticas de habitação)	
políticas de trabalho	políticas emprego
políticas de saúde	
políticas públicas	políticas de estado; políticas de governo
população de rua (moradores de rua)	
população em situação de rua (moradores de rua)	
Praças	
preconceito (discriminação)	
preconceitos ((discriminação)	
pré-natal	
pressão alta (hipertensão)	
procuradores públicos	
profissionalização (capacitação)	
pronto-socorro (hospitais)	
Prostituição	Abuso; abusos
quebra de direitos (violação de direitos)	
refeição gratuita (refeitórios)	

refeitórios	restaurante público; restaurante popular; refeição gratuita
reinserção social	integração social; inclusão social
relacionamentos afetivos (relações afetivas)	
relacionamento com agentes sociais (relações com agentes sociais)	
relacionamento com animais (relações com animais)	relacionamentos com animais
relacionamentos com animais (relações com animais)	
relacionamento familiar (relações familiares)	relacionamentos familiares
relações com a família (relações familiares)	
relações familiares	relação com a família; família; vínculos familiares; vínculos com a família; relacionamento familiar
relações afetivas	vínculos afetivos; afetividade; relacionamentos afetivos
relações com agentes sociais	vínculos com agentes sociais; vínculo com voluntários; relacionamento com agentes sociais
relações com animais	animais de estimação; relações com cães; cães de estimação; vínculo com cães; vínculos afetivos com animais
relações com cães (relações com animais)	
relações entre moradores de rua	vínculo entre moradores de rua; vínculo entre pessoas em situação de rua
relações sexuais	sexo
Remoção	retirada de moradores de rua; remoção da população de rua; remoção de moradores de rua; retiradas de moradores de rua; remoções das populações de rua; remoções de moradores de rua
remoção de moradores de rua (remoção)	
remoções das populações de rua; (remoção)	
remoção da população de rua (remoção)	
remoções de moradores de rua ((remoção)	
recolhimento de pertences	roubo; desapropriação de pertences; roubos; desapropriações de pertences
restaurante público (refeitórios)	restaurantes públicos
restaurantes públicos (refeitórios)	
restaurante popular (refeitórios)	restaurantes populares
restaurantes populares (refeitórios)	
retirada de moradores de rua (remoção)	
retiradas de moradores de rua (remoção)	
rodas de leitura (leitura)	
roubo (recolhimento de pertences)	
ruas	
salas de leitura	bibliotecas
sarna	
saúde	
segurança	direito a segurança; integridade física
segurança alimentar	
sem teto (moradores de rua)	sem tetos
serviços de assistência (consultório na rua)	
serviço público (instituições públicas)	serviços públicos
serviços públicos(instituições públicas)	
serviços de saúde (consultório na rua)	
sexo (relações sexuais)	

sexualidade	vida sexual
subemprego (trabalho precário)	subempregos
subempregos	
substâncias entorpecentes (vício)	
tortura (violência)	torturas
Torturas ((violência)	
trabalho precário	Subemprego;
trabalho voluntário (voluntariado)	trabalhos voluntários
trabalhos voluntários(voluntariado)	
transtornos mentais	transtornos psiquiátricos; doenças mentais; doenças psiquiátricas
treinamentos (capacitação)	
Tuberculose	
upa (hospitais)	upas
uso de cocaína (cocaína)	
uso de crack (crack)	
uso de drogas (vício)	
uso de maconha (maconha)	
usuário de cocaína (cocaína)	usuários de cocaína
usuários de cocaína ((cocaína)	
usuário de cola (cola)	usuários de cola
usuários de cola (cola)	
usuário de crack (crack)	usuários de crack
usuários de crack (crack)	
usuário de maconha (maconha)	usuários de maconha
usuários de maconha (maconha)	
usuário de pó (cocaína)	usuários de pó
usuários de pó (cocaína)	
velhos em situação de rua (idosos de rua)	
velhos sem teto (idosos de rua)	
vício	compulsão; dependência química; vícios; uso de drogas
vínculos afetivos (relações afetivas)	
vínculos afetivos com animais (relações com animais)	
vínculos com agentes sociais (relações com agentes sociais)	
vínculo com cães (relações com animais)	vínculos com cães
vínculos com cães (relações com animais)	
vínculo entre moradores de rua (relações entre moradores de rua)	vínculos entre moradores de rua
vínculo entre pessoas em situação de rua (relações entre moradores de rua)	vínculos entre pessoas em situações de rua
vínculos com a família (relações familiares)	vínculos familiares
vínculos familiares (relações familiares)	
violação de direitos	quebra de direitos
violência	opressão; tortura; agressão
violência de agentes públicos	violência pública; agressão de agentes públicos
violência da polícia (violência policial)	
violência de civis	violência dos cidadãos; violência das pessoas; agressão de civis
violência entre moradores de rua	luta entre moradores de rua; violência da população de rua; agressão entre moradores de rua

violência policial	violência da polícia; agressão policial
violência pública (violência de agentes públicos)	
voluntariado	agentes voluntários; trabalho voluntário; agentes comunitários
voluntários	peessoas voluntárias

APÊNDICE E - Organização dos termos sobre moradores de rua por categorias principais

MORADORES DE RUA	Mulheres em situação de rua				
	Crianças em situação de rua				
	Homens em situação de rua				
	Famílias em situação de rua				
	Idosos em situação de rua				
DIREITOS E DISCRIMINAÇÃO	Direitos	Segurança	Violência (opressão; tortura; agressão)	Violência policial	
				Violência de agentes públicos	
				Violência entre moradores de rua	
			Violação de direitos	Violência de civis	
				Remoção	
	Discriminação (preconceito)	Cidadania	Política higienista		Recolhimento de pertences
					Internação involuntária
SAÚDE	Doenças (doença; adoecimento; males)	Depressão			
		Transtornos mentais			
		Infestações	Piolho		
			Percevejo		
			Carrapatos		
			Sarna		
		Hipertensão			
		Hanseníase			
		Tuberculose			
		Diabetes			
DSTs					

	Vícios Obs: optou-se por reunir ao vício o usuário e a droga.	Maconha			
		Crack			
		Cocaína			
		Alcoolismo			
	Sexualidade	Usuário de Cola			
		Identidade de gênero			
		Prostituição			
		Gravidez			
		Relações sexuais			
RELAÇÕES AFETIVAS (vínculos afetivos; afetividade)	Relações com agentes sociais				
	Relações com animais				
	Relações familiares				
	Relações entre moradores de rua				
EMPREGO	Desemprego				
	Trabalho precário	Catadores	Catador de latas		
			Catador de papel		
	Flanelinhas				
ESPAÇOS COLETIVOS E PÚBLICOS	Instituições públicas	Bibliotecas			
		Hospitais			
		Abrigos			
		Refeitórios			
		Defensoria pública			
	Espaços urbanos	Ruas			
		Praças			
		Viadutos			
		Marquises			
		Crackolândia			
POLÍTICAS, AGENTES E AÇÕES SOCIAIS	Agentes sociais	Voluntariado	Voluntários		
			Ongs		
			Igrejas		
			Centros		
			Associações civis		
			Empresas		
	Agentes públicos	Assistente social			

			Agentes de saúde				
			Procuradores públicos				
			Defensores públicos				
	Ações sociais	Ações socioculturais		Ensino de artesanato			
				Leitura			
				Formação de corais			
		Ações socioassistenciais			Documentos		
					Encaminhamento rede de assistência		
					Reinserção familiar		
					Reinserção social		
					Distribuição de comida		
		Ações socioeducativas			Distribuição de roupas		
					Capacitação		
		Ações de saúde e higiene			Escolarização		
					Consultório na rua		Gerontologia social
		Odontologia					
		Pré-natal					
		Políticas públicas			Diagnósticos		
					Higiene e beleza		Corte de cabelo
	Banho						
	Manicure						
	Barba						
	Políticas de saúde						
Políticas de assistência social							
Políticas de habitação							
Políticas de trabalho							
Políticas de conscientização							